REVISTA BRASILEIRA DE

BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

VOLUME 11 NÚMEROS 1/2
JANEIRO/JUNHO
1978

Biblioteca Pública é Biblioteca Escolar?

Biblioteconomia centrada no CONSULENTE

DOCUMENTAÇÃO E LINGÜÍSTICA

Normalização Internacional das estatísticas relativas a Bibliotecas

DEBATE: A APB E A REFORMA DA LEI 4.084 62

Como obter uma Bolsa de Estudo da CAPES

Digitalizado gentilmente por:

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários FEBAB

Diretoria 1978-1980:

Antonio Gabriel
Presidente

Ronice Maria Albamonte Arruda
Vice-presidente

Maria Cristina Machado Bignardi
Secretária-Geral

Maria Angélica R. Quemel
Primeira Secretária

Neide de Carvalho
Segunda Secretária

Pedro Luiz Martinelli
Primeiro Tesoureiro

Noreth Calmon de Cerqueira Ribeiro
Segunda Tesoureira

Aníbal Rodrigues Coelho
Observador Legislativo

Julce Cornelsen
Bibliotecária

Associações filiadas:

Associação Paulista de Bibliotecários
Associação Profissional de Bibliotecários do Estado de Pernambuco
Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro
Associação Rio-Grandense de Bibliotecários
Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Bahia
Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo
Associação de Bibliotecários de Minas Gerais
Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
Associação Campineira de Bibliotecários
Associação dos Bibliotecários do Ceará
Associação dos Bibliotecários São-Carlenses
Associação Paraense de Bibliotecários
Associação Bibliotecária do Paraná
Associação Amazonense de Bibliotecários
Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão
Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba
Associação dos Bibliotecários de Santa Catarina
Associação dos Bibliotecários do Rio Grande do Norte

Revista Brasileira de BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Órgão oficial da
Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários

Editora:
Neusa Dias de Macedo
Secretária editorial:
Maria Angélica R. Quemel
Traduções:
Rosemarie Erika Horch
Legislação:
Cecília Andreotti Atienza
Reportagens:
Beatriz Silva Ferreira
Resenhas:
Inês Maria Moraes Imperatriz
Levantamentos bibliográficos:
Thereza Diácoli Quadrelli
Noticiário:
Carminda Nogueira de Castro e
Tereza Marques de Souza Nogueira
Revisão:
Anna Maria Balogh e
Maria de Fátima Moreira

Conselho Editorial:
Alfredo Américo Hamar (ECA/USP e Esc. Eng. S. Carlos)
Celina Tereza M. Ippólito (ECA/USP)
Dinah Aguiar Población (ECA/USP)
Diva C. de Andrade (FFLCH/USP)
Elza Granja (I.Psicologia/USP)
Eufélia Pupo de Paula (Esc.Soc. e Política)
Inês Maria Litto (ECA/USP)
Jandira Batista de Assunção (ECA/USP)
José Teixeira Coelho Netto (ECA/USP)
Luís Augusto Milanesi (ECA/USP)
Maria Luiza Rigo Pasquarelli (Fac.Med.Vet./USP)
Maria Terezinha D.de Andrade (Fac.Hig.S.Publ./USP)
Rosmarie Appy (Biblioteca Central/USP)

Programação visual e produção gráfica:
Luiz Gonzaga de Luca
Jornalista responsável:
José Hamilton Ribeiro

Em convênio com o
Instituto Nacional do Livro/MEC
Publicação trimestral
Número avulso: Cr$ 80,00
Assinatura até 1978 (4 fascículos): Cr$ 300,00
Pagamentos em cheque visado pagável em São Paulo ou ordem de pagamento em nome da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários dirigidas ao Banespa — PEPS, Cidade Universitária, conta nº 120-13-02093-3 ou ao Banco do Brasil S/A. agência 9 de julho, conta nº 70-599-3.

Digitalizado gentilmente por:

REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

SUMÁRIO

5 Editorial

Artigos

Carminda Nogueira de Castro Ferreira
9 **Biblioteca Pública é Biblioteca Escolar?**

Elza Correa Granja
17 **A Biblioteca Universitária e sua contribuição para o desenvolvimento da pesquisa científica**

Leila Novaes e Leônidas Hegenberg
21 **Biblioteconomia centrada no consulente.**

J. Teixeira Coelho Netto
29 **A Biblioteca como modelo de sistema de comunicação.**

Johanna W. Natali
33 **Documentação e Lingüística: inter-relação e campos de pesquisa.**

Anneliese Carneiro da Cunha, Virgínia Lobo Ferreira, Marily Antonelli Graeber, Laís Fernandes de Carvalho
43 **Divulgação científica em periódicos brasileiros**

Luís Augusto Milanesi
47 **Orientação Bibliográfica: uma experiência**

Neusa Dias de Macedo e Maria de Fátima G. Moreira
65 **Resumos: subsídios para sua elaboração.**

R. bras. Bibliotecon. Doc., São Paulo
Volume 11, números 1/2, páginas 1-140
Janeiro/junho 1978
ISSN 0100-0691

Digitalizado gentilmente por:

Seções

Entrevista

73 **May Brooking Negrão**

Documento

76 **Normalização Internacional das estatísticas relativas a bibliotecas — Recomendação da Unesco**

83 **A respeito da Recomendação da Unesco**

Legislação

86 **Decreto 82.590 — Regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo**

Debate

89 **Posição da APB em relação à Reforma da Lei 4.084/62**

94 *Noticiário*

96 *Congressos*

Comentário

98 *Cursos*

Informação

101 **Como obter uma Bolsa de Estudos da CAPES**

103 *Resenhas*

112 **O que é o sistema ISBN**

114 **Roteiro para elaboração de resenhas**

Levantamento bibliográfico

119 **1 — Bibliotecas Públicas**

125 **2 — Bibliotecas Universitárias**

138 *Abstracts*

Toda a correspondência para a RBBD
deve ser dirigida à Federação Brasileira
de Associações de Bibliotecários
rua Avanhandava, 40, cj.110
01306 – São Paulo, SP
Fone: (011) 257-9979

Digitalizado gentilmente por:

REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO

CONTENTS

5 Editorial

Articles

Carminda Nogueira de Castro Ferreira
9 **The School Library as Public Library**

Elza Correa Granja
17 **The University Library and its contribution to scientific research development**

Leila Novaes & Leônidas Hegenberg
21 **Library Science centered on library user**

J. Teixeira Coelho Netto
29 **Library as communication system model**

Johanna W. Natali
33 **Documentation and Linguistics — interrelation and fields of research**

Anneliese Carneiro da Cunha, Virgínia Lobo Ferreira, Marily Antonelli Graeber, Laís Fernandes de Carvalho
43 **Scientific dissemination through Brazilian serials**

Luís Augusto Milanesi
47 **Library use and research paper orientation: a teaching experience**

Neusa Dias de Macedo & Maria de Fátima G. Moreira
65 **Abstracts: technical procedures**

R. bras. Bibliotecon. Doc., São Paulo
Volume 11, numbers 1/2, pages 1-140
January/june 1978
ISSN 0100-0691

Digitalizado gentilmente por:

Sections

Interview

73 May Brooking Negrão: For a more active Public Library

Document

76 International standardization for Library Statistics: UNESCO's recommendation

83 Translator's commentary

Legislation

86 Decr. 82 590 regulating the Archivist and Auxiliary of Archivist's carriers

89 Debate

94 News

96 Congresses

Commentary

98 Courses

101 How to obtain a CAPE's scholarship

103 Book reviews

112 The ISBN System

114 Guidelines for book reviews

Bibliographical surveys

119 1. Public Library

125 2. University Library

138 article's abstracts

Quartely publication
Single number - US$ 4,00 - Subscription price abroad (1978): US$ 15,00
Orders should be placed to "Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários" Address - rua Avanhandava 40, cj. 110 - CEP 01306 - São Paulo, Brasil.

Digitalizado gentilmente por:

EDITORIAL

São Paulo é a sede da Diretoria da FEBAB para o triênio 1978/1980. À sua testa, entusiasta e empreendedor, o novo presidente Antonio Gabriel quis tornar ainda mais estreitos os laços que unem todas as Associações agilizando, para isso, o principal canal de comunicação da FEBAB. Para tanto, movimentou o grupo paulista e deu-lhe uma oportunidade ímpar, quase um desafio: reformular a Revista Brasileira de Bibliotecomia e Documentação.

É sobre a RBBD e sua nova fase que queremos informar.

Como a própria Federação, esta revista foi concebida e concretizada por Laura Moreno Russo. Com a colaboração de Maria Helena Brandão, Maria Alice de Toledo Leite e do jornalista Etuji Nakashima, a incansável e operante presidente da FEBAB redigiu e editou a revista durante estes seis anos. De 1972 a 1975, na sua gestão, foram publicados os volumes de número 1 a 4 e, quando a presidência da FEBAB foi ocupada por Esmeralda Maria de Aragão, publicaram-se os números 5 a 10, correspondentes aos anos de 1976 a 1977.

Agora, em 1978, a demanda cada vez maior pela informação especializada e diversificada e o desejo de servir cada vez melhor à classe que, dia-a-dia, cresce e está se tornando uma das peças vitais na complexa estrutura que alicerça o desenvolvimento cultural, econômico e social de nosso país, levaram a RBBD a estabelecer uma nova linha editorial. Foi criado um Grupo de Planejamento para a reformulação da revista, integrado pelas bibliotecárias e professoras da USP, Neusa Dias de Macedo, Maria Angélica R. Quemel, Diva Andrade, Maria Luiza Rigo Pasquarelli e Maria Teresinha Dias de Andrade. Esse grupo teve a assessoria gráfica do comunicador visual Luiz Gonzaga de Luca e conta também com a orientação de um dos profissionais mais respeitados na imprensa brasileira, o jornalista José Hamilton Ribeiro. Foi também formado um Conselho Editorial, órgão consultivo da RBBD e integrado por especialistas, professores e bibliotecários ligados à Universidade de São Paulo.

Digitalizado gentilmente por:

Uma das primeiras medidas da nova editoria está sendo a de estruturar uma rede de correspondentes por todo o território nacional, visando proporcionar à RBBD a infra-estrutura necessária a um órgão realmente representativo de todas as Associações. O primeiro passo já foi dado por ocasião do IV Encontro das Comissões Permanentes da FEBAB, realizado em São Paulo, em agosto do corrente ano. Todos os presidentes das associações e comissões nacionais ali reunidos se propuseram a colaborar e dar todo o apoio à nova fase da RBBD. Em termos concretos, cada associação se comprometeu perante à editora da RBBD a designar uma pessoa apta para a função de correspondente regional da revista. Por seu lado, a revista irá reservar, a cada número, 30% do seu espaço editorial para as matérias oriundas das associações, através dos correspondentes. Dessa forma, um verdadeiro mapeamento nacional poderá ser realizado, abrangendo um noticiário e informativo técnico-científico completo da produção profissional e acadêmica em Biblioteconomia e Documentação que se processa em cada região e Estado de nosso país. Contatos no exterior já estão sendo feitos, visando assim ampliar cada vez mais o leque de informação da RBBD.

Quanto à sua reformulação editorial, a RBBD pretende, na medida em que isso for possível, publicar a cada número determinadas matérias centralizadas no enfoque de um tema específico de interesse da classe. O presente número, reunindo os fascículos 1 e 2, oferece diversas matérias sobre o amplo tema Biblioteca Pública e Bibioteca Universitária.

Uma das diretrizes da nova linha editorial da RBBD será a importância a ser conferida às matérias que tratam de temas técnicos, científicos e educacionais da Biblioteconomia e Documentação. Oferecendo aos autores uma revista moderna e profissional em termos editoriais e gráficos, a RBBD espera assim estimular a divulgação da produção intelectual que se realiza entre a classe. Outra preocupação será a de apresentar matérias de cunho prático e informativo para bossos leitores. A nova RBBD pretende ser uma revista de serviço.

As seções estão passando por inteira reformulação. Todo o cuidado será dispensado à Legislação. Podemos mesmo adiantar que uma edição especial e muito importante está sendo preparada: um índice de toda a legislação sobre Biblioteconomia e Documentação, até agora publicada no Boletim e na Revista da FEBAB, está sendo organizado por uma equipe de bibliotecárias da Câmara Municipal de São Paulo, sob a direção da responsável pela seção de Legislação da RBBD, Cecília Andreotti Atienza.

As seções de Noticiário, Informações, Cursos e Congressos também estão sendo estruturadas. Embora ainda não em sua forma definitiva, essas seções pretendem brevemente se tornar uma importante fonte de informação para a classe. Uma seção especial "Debate" foi criada a fim de veicular os temas atuais que estão em discussão e dizem respeito aos interesses de bibliotecários e

Digitalizado gentilmente por:

documentalistas. "Comentário" pretende ser uma seção opinativa sobre acontecimentos significativos ocorridos no trimestre. Para o futuro, novas seções serão criadas, destacando-se especialmente a de "Cartas".

No tocante à seção de Noticiário, a RBBD se situará numa visão mais geral, uma vez que o Jornal da FEBAB — o outro órgão de informação da Federação — cobre esse setor de forma brilhante e com uma periodicidade que lhe permite veicular com bastante atualidade as notícias de interesse da classe.

Uma particularidade da nova RBBD será a de publicar, no último fascículo de cada ano, um índice completo do volume anual e fichas catalográficas de todos os artigos, com resumos em português e inglês, acompanhados de palavras chaves e CDU.

Uma palavra sobre a presente edição. Problemas de custos e, principalmente, prazos de publicação, nos levaram a publicar os quatro fascículos referentes ao ano de 1978 agrupados dois a dois, ou seja, em dois volumes; o primeiro (a presente edição) saindo no fim de dezembro e o segundo a sair em fins de fevereiro de 1979. Queremos deixar aqui consignados nossos agradecimentos ao INL por todo o apoio que nos tem dado nesta difícil fase de reformulação.

Evidentemente, o presente número reflete maior porcentagem de matérias do grupo paulista. Isto ocorreu, unicamente, em virtude da urgência de prazos de produção nos quais a reformulação da revista teve de se enquadrar a fim de sair ainda neste ano de 1978.

A organização operacional completa do esquema editorial e da rede de correspondentes ainda não dispôs de tempo suficiente para ser plenamente efetivada. Por isso, o material procedente de outros Estados e Regiões não nos chegou às mãos em tempo hábil. Esta justificativa quer apenas reforçar o empenho que colocamos em atingir o grande objetivo da nova RBBD que é o de torná-la uma revista à disposição de todos e de expressão nacional da classe inteira. Assim, é com imenso prazer que registramos, no momento de fecharmos esta edição, um comunicado da Associação Bibliotecária do Paraná indicando um seu membro para correspondente e pedindo a reserva, para o ano de 1979, de toda uma edição a fim de veicular material daquela associação.

Em suas mãos, a RBBD em nova série. Aguardamos suas críticas e sugestões, pois sabemos que a reformulação se faz ao longo do tempo e não de um momento para o outro, como um projeto fechado. Aguardamos, também, e principalmente, sua produção intelectual sob a forma de artigos e matérias, certos de podermos colocar à disposição dos autores um órgão de informação de penetração nacional e com envergadura profissional. É colocando nossa experiência e nosso pensamento em comum que construiremos a unidade e forjaremos uma classe forte para defender nossos interesses que são os interesses de toda a comunidade.

NDM

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

Biblioteca Pública é Biblioteca Escolar?

Carminda Nogueira de Castro Ferreira*

Considerações sobre os objetivos das Bibliotecas Públicas e da Biblioteca Escolar e a diversidade dos seus respectivos "dever ser". Em condições especiais, aceita-se a fusão das duas bibliotecas numa só: a Biblioteca Comunitária.

Na Era do Planejamento, considerado hoje quase como a fórmula mágica para solucionar os problemas mais complexos, muito se discute sobre objetivos. A "previsão metódica" de uma ação a ser realizada e a "racionalização dos meios" para atingir determinados fins apresenta-se hoje, em todos os setores da vida humana, como exigência básica. Os fins a serem atingidos assumem importância capital como força centrípeta de todas as ações, condicionando, qualificando e classificando toda a atividade para a qual foi, metodicamente, prevista uma ação através de determinados meios. Assim, a determinação clara, precisa e correta dos objetivos é hoje considerada como exigência prévia fundamental em qualquer atividade e a condição necessária para definir a sua verdadeira razão de ser, ou melhor, o seu "dever ser".

Qual seria, então, o dever ser de uma biblioteca pública e o de uma

*Doutora em Letras pela Universidade de Coimbra, Portugal; Professora do Depto. de Biblioteconomia da Fac. de Filosofia de Caranduva, SP.

Digitalizado gentilmente por:

biblioteca escolar? Seria o mesmo para ambas?

O dever ser da Biblioteca Pública

Poderá parecer redundância o chamar a atenção para os objetivos da biblioteca pública, tão citados e discutidos têm eles sido em reuniões e congressos [4]. Mas nem por serem muito repetidos certos conceitos perdem sua força e oportunidade. A avaliação em profundidade dos serviços prestados pela biblioteca pública só será possível se nos ativermos a normas estabelecidas e reconhecidas ou, pelo menos, a noções amplamente aceitas e relacionadas com aqueles objetivos e funções. Nesse sentido, existe um documento-base, alvo de muitos estudos que ainda não lhe esgotaram o tema, intitulado "Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública" [5]. Estão hoje definidos por esse documento, a nível internacional, o papel da biblioteca pública, os seus objetivos e o seu dever ser.

O referido Manifesto proclama a confiança da UNESCO na biblioteca pública como força em prol da educação, da cultura, da infrmação e como instrumento indispensável para promover a paz e a compreensão entre os povos e as nações. A biblioteca é "o centro cultural natural da comunidade" que permite a todo e qualquer cidadão obter com facilidade os livros ou quaisquer outros documentos graças aos quais poderá conhecer e compreender melhor os assuntos de cárater geral, cultural e prático que lhe interessem".

Reconhecendo a importância da biblioteca pública no desenvolvimento cultural e educacional, o Manifesto, frisa que ela deve ter identidade própria, conservando-se como instituição independente, fiel e seus objetivos. Contudo se estes objetivos não forem perfeitamente claros, a árdua, complexa, mas extremamente relevante tarefa da avaliação da eficiência e eficácia dos seus serviços ficará fundamentalmente prejudicada.

Um grupo de estudos da London and Home Countries Branch of the Library Association publicou uma Declaração sobre finalidades e objetivos das bibliotecas públicas, considerando-os como o aspecto mais importante a ser levado em conta ao se fazer uma correta "avaliação de resultados" [2]. As finalidades expressas na Declaração estão perfeitamente de acordo com o Manifesto da UNESCO, já então revistas e aprovadas pela Seção de Bibliotecas Públicas da FIAB. Os objetivos foram definidos nos seguintes termos:

a) estimular o desenvolvimento pessoal e proporcionar meios, tanto ao indivíduo quanto ao grupo, em todas as etapas do ensino, para que eles possam vencer o abismo existente entre o conhecimento individual e o saber universal;

b) oferecer ao indivíduo e ao grupo, com rapidez e profundidade necessárias informações exatas, especialmente as que se referem aos temas de interesse atual;

c) ser o centro principal da vida cultural e promover uma maior e mais intensa participação em todas as artes, bem como usufruí-las e apreciá-las mais profundamente;

d) contribuir e favorecer o emprego correto do tempo de lazer do indíviduo e proporcionar material que facilite a distração e a recreação.

Além destes objetivos, a Declaração subdivide-os e apresenta objeti-

Digitalizado gentilmente por:

vos secundários, propondo, ao mesmo tempo, os meios necessários para atingi-los.

Sintetizando, pode-se dizer, de uma maneira bem simples, que os objetivos da biblioteca pública são os seguintes: estimular a Educação, fornecer a Informação, promover a Cultura e proporcionar o Lazer "a todo e qualquer membro da comunidade, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social ou nível de instrução", de modo que a possam utilizar "livremente e em igualdade de condições".

Está definido assim o "dever ser" da biblioteca pública. Será mais fácil agora determinar até que ponto os seus serviços satisfazem às necessidades dos seus leitores atuais e em potencial.

O dever ser da Biblioteca Escolar

"Centro de Materiais Educativos", "Centro de Multimeios" ou qualquer outro nome que se lhe atribua, nada acrescentará importância maior à biblioteca escolar do que aquela que já lhe tem sido atribuída, desde há muito tempo, nos países desenvolvidos, que é a de ser o órgão de apoio a todos e quaisquer programas educativos. Para atender às exigências desses programas educativos, a biblioteca escolar deverá fornecer toda a espécie e tipo de materiais essenciais à obtenção dos objetivos dos currículos, satisfazendo ao mesmo tempo aos interesses, necessidades, aptidões e objetivos dos próprios alunos.

Na seleção daqueles materiais, de acordo com a Lei Fundamental da Biblioteca Escolar, a American Association of School Libraries atribui à biblioteca escolar as seguintes responsabilidades:

a) proporcionar materiais que enriqueçam e apóiem o programa de estudos e levem em conta os diversos interesses, aptidões e níveis de maturidade dos alunos;
b) oferecer elementos que estimulem o desenvolvimento do conhecimento dos fatos, o gosto literário e a avaliação estética e ética;
c) fornecer uma base suficiente de informação que permita aos alunos formularem juízos inteligentes em sua vida cotidiana;
d) proporcionar materiais que focalizem questões controvertidas, sob pontos de vista opostos, de tal forma que os jovens cidadãos possam exercitar-se, sob a orientação de um professor, na prática da leitura e do pensamento críticos;
e) fornecer materiais representativos dos vários grupos religiosos, étnicos e culturais bem como suas contribuições para o patrimônio nacional;
f) colocar os princípios acima da opinião pessoal e a razão acima dos preconceitos na seleção dos melhores materiais, com o objetivo de reunir uma grande coleção, realmente adequada aos seus usuários.

Esta visão ampla de uma biblioteca escolar, que não limita seus recursos ao material impresso, mas usa de todo o tipo e espécie de recursos instrucionais como instrumentos básicos necessários ao processo ensino/aprendizagem, não está ainda suficientemente implantada em nosso sistema educacional [1]. A biblioteca escolar continua a permanecer entre nós, em sua quase totalidade, como um simples repositório de material impresso, e isso ainda *quando ele existe.*

Digitalizado gentilmente por:

A American Library Association também fixou os objetivos que devem servir de balizas básicas para o planejamento e realização dos programas da biblioteca escolar:

a) cooperar eficazmente com o programa escolar no sentido de satisfazer às necessidades dos alunos, dos mestres, dos pais e de todos os membros da comunidade escolar;
b) proporcionar ao aluno os materiais e os serviços bibliotecários mais adequados e sugestivos para o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento individual;
c) estimular e guiar os alunos em todos os aspectos da leitura a fim de que nela eles encontrem prazer e satisfação crescente, e aprendam a avaliá-la, cultivando assim o juízo crítico;
d) dar oportunidade aos alunos para que possam desenvolver interesses proveitosos com a experiência adquirida na biblioteca, possibilitando-os assim se adaptarem ao meio e adquirirem costumes sociais aceitáveis;
e) ajudar os alunos a utilizarem-se com critério dos materiais impressos e audiovisuais da biblioteca;
f) acostumar as crianças a usufruirem das bibiliotecas desde a mais tenra idade, cooperando assim para estimular e desenvolver o gosto pelo contínuo aperfeiçoamento educacional e cultural;
g) colaborar com os mestres na seleção e no emprego de todos os tipos de materiais bibliográficos que sejam úteis aos seus programas de ensino;
h) participar, com os diretores e mestres, na elaboração de programas destinados ao aperfeiçoamento profissional e cultural do pessoal da escola;
i) cooperar com outras bibliotecas e com os dirigentes de comunidade no planejamento e desenvolvimento de programas bibliotecários de comunidade ou região.

Tais objetivos, embora fixados por uma entidade internacional, enquadram-se perfeitamente nos ideais da educação brasileira. Trazem eles, porém, uma exigência fundamental: *a bibilioteca escolar deve, obrigatoriamente, estar integrada no contexto curricular da escola a que serve.*

Novo dever ser, nova biblioteca

Em vista do que foi exposto, concordemos com esta premissa: biblioteca pública *não é* biblioteca escolar. Contudo, há muito tempo que uma situação totalmente anômala continua a se verificar: organismos com dever ser diferentes subtituindo-se uns aos outros.

Já em 1959, Etelvina Lima, em judicioso trabalho apresentado ao II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, focalizava a falta de bibliotecas escolares em nosso meio e fazia ver a necessidade de as bibliotecas públicas atuarem como agentes supletivos, sugerindo mesmo uma colaboração estreita e fixando algumas diretrizes básicas para que os diversos objetivos pudessem ser conciliados. Na ocasião, a emérita bibliotecária apresentou as seguintes propostas:

a) ampliação dos regulamentos das bibliotecas públicas a fim de permitir a freqüência de leitores de menor idade às salas de leitura;
b) a admissão de pessoal especializado para atender aos escolares em bibliotecas públicas;
c) composição de um acervo ade-

Digitalizado gentilmente por:

quado à prestação dos novos serviços;
d) elaboração de normas adequadas ao atendimento propriamente dito;
e) serviço de relações públicas no setor de atendimento a escolares;
f) empréstimo domiciliar;
g) colaboração com os estabelecimentos de ensino através de serviços de extensão bibliotecária;
h) colaboração com os professores[3]

Etelvina Lima não deixou de salientar a necessidade de se criar, em número cada vez maior, "bibliotecas escolares, bem aparelhadas, para dar aos adolescentes a oportunidade de uma educação integral, condição indispensável ao progresso de nosso País." Todavia, vinte anos já se passaram e ainda estamos sem as desejadas bibliotecas escolares...

Com as adptações inteligentes propostas naquele trabalho, a biblioteca pública passaria a ter outro "dever ser" e outros objetivos. Não mais seria biblioteca pública — seria biblioteca escolar ou, muito mais, *biblioteca conjunta comunitária.*

Esta idéia já foi posta em prática nos Estados Unidos, no começo do século XX, quando uma estreita colaboração passou a existir entre os dois tipos de bibliotecas. A pública responsabilizava-se pela orientação e manutenção da escolar e, reciprocamente, a escolar atuava como biblioteca pública abrindo suas portas à comunidade em horários convenientes. Os resultados daquelas experiências, todavia, não foram animadores; os objetivos dos dois tipos de bibliotecas não lograram ser atingidos.

Muitos foram os motivos do insucesso; os principais, e facilmente compreensíveis, foram os seguintes:

a) falta de pessoal realmente capacitado para satisfazer aos duplos objetivos fixados para serviços e programas diferentes;
b) a localização, por vezes inconveniente, das bibliotecas quer para público em geral quer para os alunos;
c) a pobreza e/ou inadequação do acervo às necessidades específicas de ambos os tipos de usuários;
d) os entraves, típicos aos países em desenvolvimento, que impedem o crescimento de cada uma dessas bibliotecas.

Biblioteca Pública não é Biblioteca Escolar

Escusa maiores justificativas a conclusão a que chegamos. A avaliação dos serviços de uma biblioteca determina até que ponto seus objetivos foram atingidos. Por isso, viemos insistindo na definição dos objetivos, tanto da biblioteca pública quanto da escolar, a fim de que ficasse bem claro o seguinte: *se os objetivos mudam, altera-se também o dever ser.*

Sem objetivos claramente definidos não se pode avaliar a eficácia dos serviços. Para esta eficácia contribuem diversos fatores que sofrem profunda alteração, dependendo dos objetivos estabelecidos para cada tipo de biblioteca. São eles:

a) a existência de um acervo abundante e adequado às necessidades e características do grupo usuário (grupo esse bem definido na biblioteca escolar);
b) a facilidade de acesso ao material e à informação (facilidade essa bastante relativa na biblioteca escolar);
c) a presença de pessoal capacitado

Digitalizado gentilmente por:

(que exige um treinamento especializado na biblioteca escolar);

d) a adaptação conveniente das instalações (sendo que a biblioteca escolar tem exigências todas especiais).

É possível a biblioteca conjunta?

Convém citar uma experiência relatada pelo bibliotecário-chefe da Biblioteca Nacional de Singapura, Rasu Ramachandran[6], levada a cabo no Hawai. Ali foram instaladas várias bibliotecas públicas conjuntas que passaram a oferecer serviços integrais de biblioteca, recursos audiovisuais e informativos.

Para uma população total de 800 mil habitantes, o Hawai dispõe de 215 bibliotecas escolares e 40 públicas, alcançando assim um percentual satisfatório de acordo com os padrões internacionais. Elas são subordinadas ao Departamento de Educação e constituem o sistema nacional de bibliotecas. O referido órgão é integrado por seis departamentos que estão sob a direção de um bibliotecário e todos os serviços técnicos são também ali centralizados.

No final da década de 60, surgiu uma nova política visando oferecer melhores serviços. Foram então instaladas bibliotecas destinadas tanto aos escolares e universitários quanto à comunidade em geral. Atendidas por um mesmo pessoal, dispunham de um acervo comum. O planejamento desse novo serviço não se fundou em razões de carência ou de ordem econômica (como é o nosso caso), mas apenas no desejo de se utilizar um acervo único de maneira mais eficaz possível e tornar também a prestação de serviços mais eficiente e ampla, de modo a atingir os habitantes afastados das áreas urbanas. Uma preparação especial foi então dispensada ao pessoal destinado a servir ao novo tipo de biblioteca com duplo serviço; do mesmo modo, as responsabilidades, os serviços e os horários foram cuidadosamente estudados e divididos.

É importante salientar que não foram instalados serviços de funções diversas com pessoal e acervos insuficientes ou inadequados, mas *instalou-se uma instituição nova,* representando e servindo, de forma adequada e simultânea, aos interesses da escola e da comunidade.

O ponto vital no planejamento daquela experiência residiu nas condições exigidas para a instalação e construção de cada uma das bibliotecas. Elas foram implantadas:

a) em comunidades rurais, relativamente pequenas, onde não se previa grande crescimento demográfico;

b) em comunidades dotadas de vias de fácil acesso destinadas a permitir a livre movimentação de estudantes e de público em geral;

c) em comunidades dotadas de um centro escolar localizado relativamente próximo do núcleo de atividades de maior importância comunitária e facilmente acessível tanto a adultos como a escolares, dispondo inclusive de estacionamento;

d) em comunidades que demonstrassem a necessidade daquele tipo de biblioteca e que permitissem o uso eficaz de carros-biblioteca, centros e salas de leitura ou outros métodos de extensão bibliotecária;

e) em comunidades que se propuseram a colaborar efetivamente com os programas a serem desenvolvidos e que proporciona-

Digitalizado gentilmente por:

vam um mínimo aceitável de condições para alojar e manter o pessoal especializado dos serviços bibliotecários;

f) em comunidades onde os professores e as autoridades deram apoio e cooperação suficientes para desenvolver a biblioteca local.

Evidentemente, o tipo de biblioteca implantado, a par de algumas desvantagens, apresentou muitos pontos positivos e interessantes. Evitam-se duplicações desnecessárias e onerosas, facilitando assim a melhor utilização e integração do pessoal especializado e do material audiovisual. Foram, também, eliminados os naturais problemas de adaptação experimentados por todos os alunos quando começam a utilizar as bibliotecas públicas após deixarem as escolas.

É este, realmente, um tipo de biblioteca funcional e dinâmica. Ela pode cumprir sua ação cultural propulsora na comunidade, desde que sejam solucionados os inevitáveis problemas oriundos dos conflitos de interesses existentes entre escola e comunidade. Mas, também, *desde que sejam observadas as condições necessárias à sua instalação* acima elencadas.

Veremos, então, a biblioteca pública e a biblioteca escolar se associarem, não mais como dois órgãos independentes, mas como duas seções de um todo harmonioso, consagrando-se totalmente, e com todos os seus recursos, para um único fim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 — CARVALHO, Alzira Eeko F. de; FERREIRA, Carminda Nogueira de Castro; BUENO, Nancy. Projeto de pesquisa sobre bibliotecas escolares do Município de São Paulo. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9., Porto Alegre, 3 e 8 jul. 1977. *Anais do 9º Congresso Brasileiro & V. Jornada Sul - Rio-Grandense de Biblioteconomia.* Porto Alegre, 1977, V. 1, p. 296.315.

2 — GARNER, Frank M. Finalidades y objectivos de las bibliotecas públicas. *boletin de la Unesco para las Bibliotecas*, Paris, 27 (4): 186-97, 1975.

3 — LIMA, Etelvina. *Atendimento de escolares em bibliotecas públicas.* Belo Horizonte, 1959. Trab. apres. ao 2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, 1959.

4 — MACEDO, Neusa Dias de. *Bibliotecas públicas: re-exame de seus objetivos e o problema do atendimento ao escolar.* Santo André, 1976. Trab. apres. ao II Encontro de Bibliotecas Públicas e Escolares do Estado de São Paulo e IV Encontro de Bibliotecas Públicas do Interior do Estado de São Paulo, 1976.

5 — MANIFESTO de la Unesco sobre la biblioteca pública. *Boletin de la Unesco para las Bibliotecas*, 26 (3): 250-4, 1968.

6 — RAMACHADRAN, Rasu. La noción de biblioteca escolar en Hawai. *Boletin de la Unesco para las Bibliotecas*, Paris, 28 (4): 213-9, 1974.

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

A Biblioteca Universitária e sua contribuição para o desenvolvimento da pesquisa científica *

Elza Corrêa Granja **

O papel desempenhado pelas universidades e institutos de pesquisa na busca de soluções para os desafios do momento. A contribuição da universidade no desenvolvimento do ensino superior e da pesquisa científica. A Biblioteca Universitária como elemento de apoio indispensável na transferência e disseminação da informação científica. Despreparo atual da biblioteca universitária brasileira para atender às necessidades do momento em termos de ensino e pesquisa. Resultados revelados por estudo realizado entre 15 bibliotecas da Universidade de São Paulo, conclusões obtidas e sugestões apresentadas.

Vivemos numa sociedade em que o crescimento rápido tornou-se fato consumado e desafio à capacidade humana de encontrar soluções que venham trazer a esse crescimento índices compatíveis de desenvolvimento.

Face a esse ritmo acelerado de transformações, que se registram globalmente, depositamos nas organizações humanas nossas esperanças de que sejam capazes tanto de gerar mudanças quanto de se adaptarem a essas transformações com vistas à sua própria sobrevivência.

De todas as organizações exige-se mobilidade face às condições ambientais vigentes, mas, algumas delas, podemos dizer, foram especificamente criadas para desenvolver, induzir e favorecer a mudança. São as organizações que chegam à inovação como conseqüência do esforço na procura de soluções para os desafios do momento. Dentre essas organizações destacam-se as universidades e os institutos de pesquisa e desenvolvimento.

No passado, essas organizações produziram inovações capazes de responder a desafios na área da saúde e da engenharia. Hoje espera-se que gerem inovações para que não se acentuem os problemas que surgem em decorrência da explosão demográfica, educacional e da explosão da própria informação científica.

A Universidade é fenômeno relativamente novo em nossa cultura e o momento de transição e renovação que vivemos talvez seja aquele que dela exigirá grandes esforços na contribuição para o desenvolvimento. Es-

* Tema debatido na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em São Paulo, 16/7/78.

** Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP. Bibliotecária-Chefe do Instituto de Psicologia da USP.

Digitalizado gentilmente por:

sa contribuição é esperada, sobretudo, no desenvolvimento do ensino superior e da pesquisa científica que geram, por sua vez, o avanço da própria ciência.

No entanto, ensino e pesquisa requerem, para o seu desenvolvimento, o apoio de estruturas técnico-administrativas capazes de gerar informações com o objetivo precípuo de fomentar e alimentar os trabalhos científicos em andamento.

Nesse processo de gerar informações, a Biblioteca Universitária ocupa lugar de destaque servindo como elemento de apoio indispensável ao progresso da ciência.

Entretanto, constatamos que as bibliotecas universitárias brasileiras não se encontram em estágio de desenvolvimento capaz de atender às rápidas transformações que ocorrem em nossa sociedade nem, tampouco, fazer face à demanda que ora enfrentam em relação às necessidades de informação de seus usuários. Em outras palavras, nossas bibliotecas não estão preparadas para atender às exigências do momento em termos de ensino e pesquisa.

Não obstante o papel que desempenham no desenvolvimento científico, cultural e tecnológico do país, a importância da Biblioteca Universitária é freqüentemente reconhecida em trabalhos de especialistas e profissionais da área, mas poucas vezes efetivamente demonstrada em nossa realidade.

Fato comprobatório desta afirmação revela-se na constatação de que as bibliotecas não constituem, salvo possíveis exceções, prioridade orçamentária nas universidades. Ao contrário, as verbas a elas destinadas são atribuídas dentro de critérios os mais diversos, sem qualquer vinculação a um planejamento global alicerçado em necessidades de caráter multidimensional.

Na área oficial, onde figuram as bibliotecas universitárias de maior porte do país, os orçamentos-programa, quando elaborados, seguem, em geral, práticas administrativas rotineiras e improdutivas: a previsão é feita em excesso, prevendo-se os cortes usuais, ou o programa deve-se limitar à previsão daquelas necessidades consideradas imprescindíveis à manutenção dos serviços de rotina.

É obvio que tal proceder limita consideravelmente o desempenho da biblioteca que fica, desta forma, reduzida a um serviço de importância relativamente pequena, atendo-se ao empréstimo de livros e periódicos e ao atendimento do leitor nas suas mínimas necessidades. Uma prestação de serviços bastante coerente, sem dúvida, com a imagem tradicional de bibliotecas.

Mas, onde está o caráter inovador que deve pautar as atividades daquelas organizações que se propõem a colaborar na busca de soluções aos problemas do desenvolvimento?

Países desenvolvidos ou, melhor definindo, países que têm acesso à informação, já transformaram suas Bibliotecas Universitárias em verdadeiros "centros de informação" por considerarem o acesso ao conhecimento acumulado um recurso fundamental ao desenvolvimento.

Poucas Bibliotecas Universitárias brasileiras poderiam ser consideradas "centros de informação" e pouquíssimas, talvez, teriam o direito de usar o termo documentação.

De modo geral, as Bibliotecas Universitárias não têm gerado informação científica em nenhum estágio

Digitalizado gentilmente por:

de suas atividades. Um serviço de documentação implica capacidade de reunir e disseminar informações tendo em vista um processo comunicativo estabelecido com o usuário. Tal atividade pressupõem um conhecimento efetivo dos usuários e um sistema de análise das informações armazenadas.

Com o objetivo de obter um diagnóstico dos "Serviços de Referência" de bibliotecas da USP, alunos do 8° semestre do Curso de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP realizaram um estudo de campo, sob a programação e coordenação da Profa. Neusa Dias de Macedo, responsável pela disciplina "Referência".

Os dados obtidos, uma vez tabulados, revelaram que:

De 15 bibliotecas analisadas apenas 7, ou seja 47% contam com bibliotecário de referência e destas 7 apenas 2 processam Serviços de Disseminação Seletiva da Informação. Na realidade o estudo de campo demonstrou que das 15 bibliotecas pesquisadas apenas 5, ou seja, 33% possuem um Serviço de Referência estruturado, com metodologia própria.

Outro item bastante revelador do estado atual dos Serviços de Informação prestados diz respeito ao treinamento do usuário no uso da biblioteca e dos recursos bibliográficos. Ante a pergunta: "A biblioteca promoveu algum curso de orientação bibliográfica" apenas 3 das 15 unidades responderam afirmativamente.

O estudo de campo previu igualmente, em seus questionários e entrevistas, perguntas que dessem oportunidade aos bibliotecários de expressarem as razões que os impediam de prestar tais serviços de apoio e à pesquisa. As respostas se repartiram pelos seguintes motivos:

60% — falta de pessoal especializado, ou seja, bibliotecários.

20% — falta de recursos

20% — outros motivos

Quanto à avaliação feita pelo usuário no que diz respeito aos Serviços de Referência que lhe foram oferecidos, o estudo de campo revelou que:

20% — consideraram ótimo o grau de utilidade que tiveram no desenvolvimento de seus trabalhos.

43% — consideraram-no de boa utilidade.

37% — consideraram-no de utilidade regular.

Quanto ao acervo das bibliotecas apenas 41% dos usuários consideraram-no atualizado para fins de estudo e pesquisa.

Um padrão tão limitado de serviços prestados não deveria registrar índices tão altos de satisfação. Entretanto, é preciso lembrar que a prestação de serviços em baixo nível gera conseqüentemente no usuário um grau de expectativa de nível ainda mais baixo.

Sendo as Bibliotecas Universitárias um dos instrumentos principais na assimilação individual do conhecimento científico faz-se necessário e urgente que sua atuação liberte-se das limitações presentes para que possam realmente oferecer uma contribuição decisiva aos planos nacionais de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural.

O desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias Brasileiras seria rapidamente alcançado se houvesse:

1. Maior atuação, empenho e influência dos bibliotecários junto aos órgãos de decisão para que se reconheça a biblioteca como parte da estrutura total da universidade e como elemento fundamental ao ensino e à pesquisa.

Digitalizado gentilmente por:

2. Prioridade orçamentária para as bibliotecas para que seja reduzida a defasagem existente no momento entre os acervos e as necessidades dos usuários.

3. Maior integração entre as bibliotecas universitárias e as especializadas tendo em vista a complementação de acervos entre pesquisa e ensino e entre ciência pura e aplicada.

4. Maior facilidade na utilização de recursos eletrônicos e de computação com vistas à automação de bibliotecas e o uso crescente de meios não impressos de informação.

5. Melhor administração dos recursos recebidos de fontes financeiras externas. Sua utilização deverá ser pautada em critérios definidos e sua administração alicerçada num plano global de investimentos no setor bibliotecário das universidades.

6. Maior entrosamento entre os órgãos oficiais responsáveis pelo planejamento de Sistemas de informação e as universidades brasileiras no sentido de que estas participem e contribuam nesse planejamento com vistas a um maior e mais amplo desenvolvimento.

7. Criação de um Sistema Brasileiro de Bibliotecas Universitárias como agência de planejamento e coordenação de intercâmbio de recursos e experiências. Este Sistema seria vinculado a entidade governamental que lhe conferisse apoio quanto ao plano de funcionamento e quanto às medidas propostas com vistas a:

. Maior entrosamento de atividade.

. Racionalização do trabalho em Bibliotecas Universitárias.

. Intercâmbio de pessoas e experiências.

. Transferência de tecnologia.

. Planejamento em âmbito local, regional e nacional.

8. Criação de um Conselho Bibliotecário Assessor atuando junto aos órgãos superiores das Universidades e composto por representantes do corpo docente e de representantes do corpo de bibliotecários da universidade e do diretor da Biblioteca Central. O conselho teria caráter consultivo e seria presidido pelo Reitor da universidade.

Ao levantar problemas e formular críticas às Bibliotecas Universitárias não queremos deixar aqui a impressão de um espírito crítico negativista ou transmitir sensação de impotência em relação às dificuldades ora enfrentadas. Baseamo-nos apenas no propósito de que a procura de novos caminhos implica em novas decisões e decidir exige consciência do presente e conhecimento da direção futura que queremos tomar. Usando as palavras de Drucker "...construir o futuro não é decidir o que poderia ser feito amanhã mas determinar o que poderá ser feito hoje para haver uma amanhã".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERLA, Georges — *Information in 1985: a forecasting study of information needs and resources.* Paris, Organization for Economic Cooperation and Development, 1973.

AZEVEDO, Fernando de — *A cultura brasileira.* 5.ed. São Paulo, Ed. USP e Melhoramentos, 1971.

DRUCKER, Peter F. — *Drucker on management.* New York, Management Publications, 1970.

MIRANDA, Antonio — *Planejamento bibliotecário no Brasil; a informação para o desenvolvimento.* Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1977.

PFROMM NETO, Samuel — A biblioteca como instrumento da tecnologia educacional. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG.* Belo Horizonte, *4*(1): 19-39, mar. 1975.

Digitalizado gentilmente por:

Biblioteconomia centrada no Consulente

Leila Novaes*

Leônidas Hegenberg**

Exame das relações entre usuários e bibliotecários: o primeiro deseja resolver questões para fins de preparação de trabalho; ao segundo compete localizar esses informes em documentos relevantes. A noção de relevância é levada em conta, conforme seus vários significados. Ensino de biblioteconomia deve atentar para os aspectos da troca de idéias entre consulente e bibliotecário.

O psicólogo Carl Rogers fala com freqüência em uma "terapia centrada no paciente"[1]. Parafraseando-o, escolhemos o título destes comentários, em que pretendemos explicitar nossa opinião acerca da tarefa dos bibliotecários — analisando a questão sob um prisma particular e apenas sugerindo alguns temas adicionais que poderão ser objeto de mais aprofundados estudos por parte de outros interessados.

Em amplas linhas, há que considerar as bibliotecas públicas e as especializadas [2]. Concentrar-nos-emos nestas últimas. Ao final, tentaremos dizer alguma coisa acerca das primeiras.

Ainda sob uma perspectiva genérica, o usuário das bibliotecas especializadas recorre ao bibliotecário para colher informações que lhe facilitem a resolução de um problema — resolução que, via de regra, vamos admiti-lo

*Professora-Assistente de Pesquisa Bibliográfica e Técnica em Documentação da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos, UNESP.

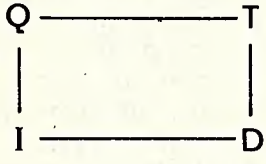
**Professor Titular e Chefe do Departamento de Humanidades do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, SP.

Digitalizado gentilmente por:

neste contexto, acaba fixada em um artigo, em um relatório técnico, em uma tese.

É possível que o usuário não encontre as informações de que precisa. A sua investigação tomará, em tal caso, a forma de uma pesquisa experimental (ou teorética) — pessoal, de que, em princípio, o bibliotecário não participa. O mais comum, porém, é existirem as informações desejadas, caso em que a participação do bibliotecário é fundamental.

Visualizemos a situação por meio de um diagrama. Temos:



'Q' indica o problema, a "questão" que o usuário lança, a dificuldade que o leva à biblioteca. 'T' indica a tese, o produto acabado da investigação (o artigo em que a solução da dificuldade vem exposta). 'I' indica "informação", recolhida em um ou mais "documentos", 'D', que participaram da elaboração da tese.

Nesse diagrama, a linha horizontal superior corresponde ao que é próprio do pesquisador. Ele formula a questão; ele elabora a tese.

A linha vertical da esquerda retrata o diálogo que se estabelece entre pesquisador e bibliotecário. O pesquisador leva sua questão ao bibliotecário, procurando informações fidedignas e relevantes para a resolução de seu problema.

A linha horizontal inferior corresponde, por seu turno, ao que é próprio do bibliotecário. A este compete cotejar a informação com os documentos, ou seja, compete analisar documentos, em busca das informações requeridas.

A fim de não deixar o quadrado incompleto, podemos imaginar que a linha vertical da direita corresponde a um diálogo entre bibliotecários. Imaginando que a tese se complete, ela aparece na forma de novo documento, que cabe disseminar entre os centros de pesquisa, o que é tarefa do bibliotecário.

Um dos aspectos importantes do nosso diagrama é a linha vertical da esquerda — que retrata o diálogo entre pesquisador e bibliotecário. Esse diálogo assenta-se em tácita aceitação do "princípio de cooperação"[3]. Significa isso que tanto o pesquisador quanto o bibliotecário aceitam algumas "normas" que regem o diálogo. Certas normas são triviais; entre elas, a de que não se deve afirmar quando existe dúvida e, paralelamente, a de não afirmar quando falta evidência. Outras, embora também sejam triviais, merecem maior destaque, para que se vejam atendidas uniformemente; entre elas, a de que o diálogo se estabeleça ordenadamente, evitando ambigüidade, eliminando pontos obscuros e, se possível, de forma breve (sem rodeios desnecessários).

Das normas que caracterizam o princípio da cooperação, estas, porém, são as mais importantes:

i) fornecer informações compatíveis com o desejado;

ii) não fornecer mais informações do que o requerido.

Significa isso que o bibliotecário não deve partir de um "pressuposto de ignorância", apresentando ao pesquisador uma lista imensa de informações, com tudo aquilo que aparentemente possa interessar-lhe, mas deve

Digitalizado gentilmente por:

partir do "pressuposto de conhecimento", oferecendo ao estudioso apenas os itens que, a seu ver, em primeira aproximação, possam ser-lhe úteis. Dito de outro modo, o que importa é colher as informações relevantes. Entramos assim em um terreno escorregadio, pois a noção de relevância exige elucidação. Com efeito, não há um só tipo de relevância, mas vários. Exploremos o assunto, tendo sob os olhos o diagrama traçado acima [4].

Comecemos por observar que os documentos fazem alusão a certos objetos (concretos ou não), que constituem a sua "classe de referência", indicada por R (D). Isso permite estabelecer um liame entre D e I, nos termos seguintes:

(1) (D,I): D é referencialmente relevante para I se (e somente se) I pertence à classe de referências de D. [Em símbolos: $I \in R(D)$.]

Assim, um artigo em que se fala a respeito de terceiros molares é referencialmente relevante para informes acerca de dentição. Uma tese em que se discuta radiografia pulmonar é referencialmente relevante para questões relativas ao diagnóstico da tuberculose. Em oposição, um livro de biologia geral não é (em princípio) referencialmente relevante para colher informes acerca de ligas metálicas.

O liame que se estabelece entre I e Q é de natureza diversa. Parece importar, em tal caso, uma relevância semântica. Comecemos notando que as questões (problemas) não aparecem em um "vácuo intelectual", mas em um contexto — em um "meio cognitivo" — onde algo se mostra inadequadamente explicado e força "ajustes". A pesquisa destina-se, justamente, a eliminar a inadequação, a explicar o que pareceu desajustado. Isso posto, eis a conexão entre I e Q, formulada em duas etapas:

(2a) (I,Q): I é sintaticamente relevante para Q se (e somente se) existe um contexto onde I e Q se acham logicamente correlacionados.

Exemplificando, ao se formular uma definição (e.g., 'pai $=_{df}$ genitor masculino'), o definiens (neste caso, 'genitor masculino') é sintaticamente relevante para o definiendum (ou seja, 'pai'). De maneira análoga, as premissas de um argumento são sintaticamente relevantes para a conclusão desse argumento.

Podemos passar para a segunda etapa:

(2b) (I,Q): I é semanticamente relevante para Q se (e somente se) i) I é sintaticamente relevante para Q; e ii) I e Q partilham referentes.

A questão Q alude a certos objetos, $o_1, o_2, \ldots, o_p$; de sua parte, a informação alude a outros objetos, $o'_1, o'_2, \ldots, o'_q$. A informação será semanticamente relevante para a questão se pelo menos alguns dos o_i forem idênticos a alguns dos o'_j.

* * *

Embora o assunto não importe para os comentários subseqüentes, exploremos os liames que se estabelecem entre D e R e entre D e T. A conexão entre D e T parece mais simples de caracterizar. Dispomos, em síntese, de documentos D que são utilizados para a elaboração de um novo documento, T. A relação entre D e T é a de relevância factual. Cabe dizer que há uma relação de relevância factual entre dois itens se (e somente se) um "afeta" o outro. Mais explicitamente,

(3) (D,T) i) D é factualmente relevante para T, no sentido de que sem D não se chegaria a T;

Digitalizado gentilmente por:

ii) T é factualmente relevante para D, no sentido de que T modifica D (altera, corrige, amplia, restringe os dados reunidos em D).

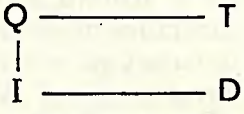
Entre Q e T, de outra parte, há mais de uma relevância a considerar. É claro que uma delas é a referencial (análoga à relevância que subsiste entre D e I). De fato, T é referencialmente relevante para Q (assim como D o era para I), uma vez que T e Q partilham referentes. Além disso, também parece oportuno falar, aqui, de uma relevância pragmática: Q é pragmaticamente relevante para T, no sentido de que orienta (ou exerce influência sobre) uma ação — a ação que conduz o pesquisador a T. Em forma explícita:

(4) (Q,T): Q é pragmaticamente relevante para T se (e somente se) Q pertence a uma teoria capaz de confirmar ou refutar T.

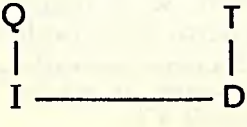
Completadas as considerações sobre a relevância, abrangendo os vértices de nosso diagrama, voltemos ao tema central de nosso comentário.

***

Em nosso diagrama, o pesquisador fica "retratado" por um 'U' deitado:



Com efeito, ele deseja T, em função de uma dada Q. Necessita, para tanto, de I, que tratará de obter em D. Mais importante, porém, para os nossos comentários, é o fato de que o bibliotecário fica "retratado" por um 'U' comum:



De fato, uma vez conhecida a questão Q, compete ao bibliotecário cercar-se de documentos que contenham as informações relevantes — que permitam ao pesquisador atingir T. De acordo com o que foi dito acima, o bibliotecário analisa questões e procura informes semanticamente relevantes (para a questão em foco). Essa busca, assentada no princípio de cooperação, leva a documentos referencialmente relevantes (para I). Uma vez concluída a tese T, ela se apresenta como novo documento, a exigir comparação com os antigos, D — ponto em que entra em tela a relevância factual (de T para D).

Em todo esse esquema de trabalho, o aspecto mais delicado é o do liame entre Q, I e D. Examinemo-lo com mais vagar.

Formulada a questão (de maneira clara, sem ambigüidades, com a desejável brevidade), cabe ao bibliotecário colher informações relevantes. Isso o leva aos documentos referencialmente relevantes. Não é preciso, como ressaltamos acima, exagerar na busca: um só documento ou um grupo de artigos de um dado Autor pode, perfeitamente, deflagrar o processo, dando-lhe a necessária orientação. O bibliotecário apresenta ao pesquisador alguns documentos (que ele imagina relevantes). Cabe ao pesquisador, diante de tais documentos, distribuí-los em uma ordem hierárquica — em que se distinguem os "mais relevantes". O pesquisador pode utilizar, para tanto, a definição seguinte:

Dados dois documentos, D e D', referencialmente relevantes para um domínio de informações I, diz-se que D é mais relevante do que D' se e somente se

$$R(D') \cap I \subset R(D) \cap I.$$

Em palavras, D é mais relevante do que D' se a restrição da classe de

Digitalizado gentilmente por:

referência de D' à informação I está contida na restrição da classe de referência de D à mesma informação I. Intuitivamente, D é mais relevante do que D' se D (com respeito à informação I)"diz mais" do que D' (com respeito à mesma informação I).

As indicações de relevância são transmitidas ao bibliotecário. Este utiliza-as para novas buscas, dando, naturalmente, peso maior aos termos que figuram em documentos relevantes (ou mais relevantes) e peso menor aos termos que comparecem em documentos irrelevantes (ou menos relevantes). Iteração do procedimento conduz, habitualmente, ao desejado tipo de documento — em que estarão reunidas as informações de maior relevo para a resolução da questão formulada.

Os comentários precedentes nos levam para o âmbito do ensino da biblioteconomia. Para executar as suas tarefas, tendo em conta o diagrama apresentado, de que necessitou o bibliotecário? De teoria da comunicação? Talvez. De teoria da informação? Certamente não. De sociologia, filosofia, psicologia? Não. De teoria dos conjuntos, estatística, lógica? Também não. Necessitou de bom senso, de amplo domínio de sua biblioteca, de boa vontade e de capacidade de compreensão dos elementos básicos de um diálogo com o pesquisador.

A fim de localizar os documentos, necessita o bibliotecário de completo domínio de algum sistema de informação — que se destina a selecionar documentos, organizar o material selecionado e disseminá-lo. Isso pressupõe, é claro, uma classificação adequada, uma catalogação bem feita. Pressupõe, ainda, total domínio de umas tantas obras de referência — como, digamos, o *Current Contents*, o *Chemical Abstracts*, o *Mathematical Review* ou o *Dissertation Abstracts*. E pressupõe conhecimento de obras devidamente indexadas, para onde encaminhar, se possível, o produto final, a tese pronta. (Pressupõe, ainda, conhecimentos amplos do nosso idioma e de mais um, pelo menos, preferentemente o inglês.)

A busca de informações relevantes depende, é claro, de algum conhecimento de lógica (a nível prático — como diretriz para a coerência dos argumentos). Depende, talvez, do conhecimento de uma parte elementar da programação — que facilitará, ao encarregado, o uso do computador, para mais rápida obtenção das fontes procuradas. Não depende, porém, de conhecimentos substantivos das teorias em que o pesquisador está interessado. Ao pesquisador cabe, em seu diálogo com o bibliotecário, fornecer as indicações (claras, sem ambigüidade, breves) relativas ao que se propõe a fazer e ao que, em primeira aproximação, lhe interessa obter. O bibliotecário não precisa conhecer o assunto em que está envolvido o pesquisador. Precisa, isto sim, reconhecer, nas fontes, as que possam mostrar-se relevantes. Isso é bom senso e, naturalmente, muita prática. E cultura ampla, que o tempo se encarregará de prover e firmar.

Assim, o fundamental não pode ser esquecido. Ao ensinar a biblioteconomia, cabe insistir na classifição e na catalogação. Cabe insistir no manuseio de obras de referência. Cabe insistir na conveniência de manter-se contato permanente com revistas especializadas que serão encontradas nas bibliotecas. E cabe insistir na validade de uma constante consulta aos índices e uma freqüente vistoria

Digitalizado gentilmente por:

das obras novas, através de resenhas e de leitura direta do conteúdo. Está-se preparando, dessa maneira, o técnico perfeitamente capaz de manter diálogo com os pesquisadores e habilitado a ajudar os estudiosos a prepararem seus artigos, suas teses e seus livros.

Um aluno da escola de biblioteconomia que venha a questionar a presença, no programa, de disciplinas como a classificação ou a catalogação, é um aluno "deslocado". Tão deslocado quanto, digamos, o aluno de um instituto de matemática que viesse a questionar a presença de álgebra ou de geometria. Mostrando-se inconformado com a presença de tais matérias, esse aluno deve ser convidado a procurar melhor determinação de suas vocações — pois não se compreende biblioteconomia sem classificação ou catalogação.

E as demais disciplinas do programa? Cabe a filosofia, a história, a sociologia, a teoria dos conjuntos, a programação? Depende. Vejamos.

Nossas bibliotecas estão longe da perfeição. Faltam funcionários competentes. Não há verbas adequadas. Muito tempo se consome com tarefas rotineiras. A reprografia deixa muito a desejar. Em tais bibliotecas, o profissional de que se necessita é, antes de tudo, uma pessoa de bom senso, capacitada a executar, com o devido acerto, as tarefas descritas anteriormente, de acordo com o nosso diagrama. O que implica na classificação, na catalogação, no manuseio de obras de referência, na permanente consulta às revistas e aos livros existentes no acervo. Pouco mais do que isso, provavelmente.

Todavia, sob o impacto das inovações destas últimas décadas, a biblioteconomia passou a ser uma disciplina "per se", estudada por seus proprios méritos. A fim de fazer com que a biblioteconomia também avance, é preciso, naturalmente, que ela tenha seus cultores, seus especialistas. Quer isso dizer que o bibliotecário deve poder dispor de centros avançados de estudos — onde filosofia, matemática, teoria da informação e algumas teorias substantivas sejam objeto de análise profunda. Cabe, pois, ensinar muita coisa ao bibliotecário, conforme o rumo que ele tende a tomar.

Isso nos devolve (como indicamos no início) às bibliotecas públicas. A situação, nessas bibliotecas, é bem diversa — são diferentes os problemas que se apresentam em bibliotecas públicas e em bibliotecas especializadas. Lá, os consulentes não têm, via de regra, uma questão a resolver, um trabalho a preparar. Vão em busca do prazer que a leitura pode propiciar, vão em busca de alguma orientação — em meio de tantas publicações existentes. E o papel do bibliotecário é bem outro, neste caso, pois cabe a ele fixar diretrizes para a leitura, contribuir (muitas vezes de forma decisiva) para a formação intelectual do jovem e até para a sua formação espiritual. Aqui são de extrema importância a filosofia, a psicologia, a sociologia — uma cultura ampla.

Evitemos alongar em demasia os comentários. Resumamos. No curso de biblioteconomia devem comparecer as matérias básicas. E deve haver certa sensibilidade para despertar, nos alunos, o desejo de conhecer obras de referência, técnicas de "pesquisa bibliográfica" e de redação de trabalhos científicos. Aí deve entrar o que consta em lei: o estágio obrigatório em bibliotecas[5]. Fixado o rumo que o futuro profissional deverá seguir, então sim, cabe fornecer-lhe (em cursos de extensão, de aperfeiçoamento, de

Digitalizado gentilmente por:

pós-graduação) os elementos que o capacitem a desempenhar com acerto suas funcões — na biblioteca em que se fixará.

Se o formando é capaz, que se lhe abram as portas da pós-graduação e que lhe seja permitido estudar biblioteconomia como assunto autônomo. Se ele vai para uma biblioteca especializada, que tenha conhecimentos que o tornem útil aos pesquisadores, segundo, por exemplo, o que ficou registrado em nosso diagrama. E se ele vai para uma biblioteca pública, que se cuide de lhe dar sólidos conhecimentos que o tornem um verdadeiro orientador dos moços — missão das mais nobres e que, infelizmente, nem sempre recebeu a devida atenção.

Há campo para todos. Desde o que tem tendências para estudos profundos até o que almeja exercer influência sobre os hábitos de leitura de nossos jovens. Fundamentalmente, cada um dos bibliotecários lida com a linha inferior do nosso diagrama — o binômio I, D. Mas não pelo simples prazer de relacionar documentos, registrando informações. E sim pelo que esse binômio representa para o consulente — a figura mais importante de qualquer biblioteca.

NOTAS

1 — Carl Rogers (1902), psicólogo norteamericano, celebrizou-se com o seu *Client-centered therapy*, Boston, Mifflin, 1951 (de que já existe versão brasileira).

2 — É comum classificar as bibliotecas em três grupos: públicas, escolares e especializadas. Para efeito das discussões seguintes, a biblioteca escolar universitária aproxima-se da especializada, ao passo que a escolar de nível médio pode ser comparada à pública. É o que nos leva a considerar apenas as públicas e as especializadas.

3 — O princípio de cooperação foi amplamente discutido por H. P. Grice, em 'Logic and conversation', notas mimeografadas — "Willliam James lectures", 1967/68 — ainda não publicadas, mas largamente comentadas. Ver, p. ex., R. M. Kempson, *Pressuposition and the delimitation of semanitcs*, Cambridge, Cambridge Unviersity Press, 1975 (esp. p. 138 e seqs).

4 — Os vários tipos de relevância são examinados, em contexto bem diverso, aliás, por M. Bunge; ver o seu livro *Semantics*, primeiro volume do *Treatise on basic philosophy*, Dordrecht, D. Reidel Pub. Co., 1974 (p. 75 e seqs) (Há versão brasileira dessa obra distribuída pela E. P. U. e pela EDUSP, 1976.) Outros aspectos da mesma questão aparecem discutidos em 'Relevance', de T. Saracevic, In: *Advances in Librarianship*, v. 6, New York, Academic Press organizado por M. J. Voigt e M. H. Harris, 1976; e, ainda, em alguns pontos do livro de G. Salton, *Dynamic information and library processing*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1975 (ver, em espec., p. 23, 138, 227, 237-39, 243, 262, 368 e 472-83).

5 — Em verdade, a lei não é clara. O estágio devia ser obrigatório, uma parte indispensável do aprendizado. Os amantes da teoria hão de preferir as investigações de gabinete. Os "práticos" preferirão atuar nas bibliotecas, junto aos consulentes. De qualquer modo, um período de ativo trabalho na classificação, na catalogação, no empréstimo, nos serviços prestados aos usuários, há de ser enfrentado por todos. Afinal, a biblioteca é o laboratório da biblioteconomia e não tem muito sentido desenvolver "teorias" que fujam aos ditames da prática efetiva.

Digitalizado gentilmente por:

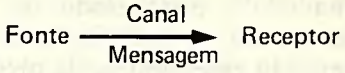
Digitalizado gentilmente por:

A biblioteca como modelo de sistema de comunicação

J. Teixeira Coelho Netto*

O tradicional modelo de comunicação FONTE ⟶ RECEPTOR é um fracasso total em virtude de sua natureza paternalista. Deveria ser substituído pelo seguinte modelo: FONTE ⟵ RECEPTOR ou por este: RECEPTOR ⟶ FONTE que é o modelo adequado para um sistema de Comunicação bibliotecário. Este novo modelo, que não se aplica apenas à biblioteca, está mais capacitado a atender às reais necessidades das pessoas, quando comparados com outros sistemas (como os de massa) que antes transformam as pessoas em objetos ao invés de tratá-las como sujeitos. A natureza do modelo tradicional é ainda apresentada como uma das razões do desempenho insatisfatório das bibliotecas, particularmente em casos como o do Brasil.

Levou um bom tempo até que o tradicional modelo de comunicação



demonstrasse toda sua inadequação (fruto, na verdade de um verdadeiro "pecado original" em comunicações) e tivesse decretada sua falência em termos irrecorríveis — embora muitos na praça demonstrem ainda não ter tomado conhecimento da sentença final.

As razões da inaceitabilidade desse modelo estavam no comportamento por ele imposto aos participantes de um processo de comunicação, mais do que em sua impossibilidade de simbolizar adequadamente o que acontecia na prática. Na medida em que esta resultava do próprio modelo, ele só lhe poderia ser fiel, e foi esta a causa do retardamento na desmontagem do modelo. Era necessário inicialmente perceber que a insatisfação com o modelo tradicional resultava da existência de uma *realidade moldada pelo modelo* o qual, assim, só poderia ser combatido se se enfrentasse e mudasse a própria realidade por ele imposta.

O ponto central da falha do modelo estava na verdade bem à vista — por isso mesmo suficientemente oculto — e materializava-se diante do analista sob uma forma bastante inocente: a flecha que mostrava o caminho percorrido pela mensagem da Fonte ao Receptor, do destinador ao destinatário. Uma rápida psicanálise desse signo utilizado frequentemente em certas linguagens simbólicas — psicanálise que na verdade poderia ser

*Mestre em Ciências da Comunicação pela USP
Professor-Assistente do Depto. de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP.

Digitalizado gentilmente por:

feita também com os próprios termos "fonte", "receptor", "destinador" ou "destinatário", produzindo os mesmos resultados — poderia desde logo ter demolido esse modelo de processo de comunicação, mostrando que na verdade ele se propunha como cristalização de uma ideologia conservadora relativa ao processo de produção e distribuição da cultura. A demora na realização dessa análise, porém, não lhe retirou sua força renovadora,

O fato é que essa flecha e os termos por ela relacionados[1] indicam claramente, no mínimo e desde logo, uma posição e um entendimento paternalistas relativos ao processo de comunicação. Sua origem era a pressuposição de que o processo era todo orientado a partir da fonte para o receptor e que, mais ainda, a mensagem era produzida *pela* fonte e *para* o receptor. A fonte surgia assim como ponto de partida de todo o processo, produzindo informações a sua vontade, dando início ao processo e paternalistamente levando-as ao receptor — cujo único papel, inteiramente passivo, era o de receber essas informações produzidas longe de seu próprio campo de ação ou, no mínimo, nos horizontes desse campo. De pouco ou nada serviam para corrigir as distorções desse modelo as afirmações de que a fonte acionava o processo *pelo* receptor (isto é, em seu nome, a seu favor, pelo seu bem) ou de que a retroalimentação serviria para conhecer as "verdadeiras necessidades" do receptor e com isso corrigir sua conduta. A primeira das alegações na verdade sempre caracterizou o processo de produção cultural e os sistemas de educação em todos seus níveis e tempos: sua falência não precisa ser demonstrada, nem a hipocrisia de que se reveste e os verdadeiros interesses a que serve. E o mesmo se poderia dizer da segunda: os recursos da retroalimentação, ainda quando podem ser aplicados com algum resultado[2], na verdade são rápida e comodamente esquecidos, e mesmo quando chegam a ser empregados servem apenas para corrigir a conduta da fonte em relação à informação e ao receptor mas *não* tendo em vista satisfazer às exigências do destinatário e, sim, atender a seus próprios interesses, freqüentemente identificados com uma melhor manipulação desse mesmo receptor.

O modelo, portanto, teria de ser desconstruído e reelaborado a partir da mudança de direção da flecha, se se quisesse com isso propor uma realidade da comunicação mais adequada ao projeto humano. O modelo deveria começar por ser proposto assim:

Fonte ◄——— Receptor

ou ainda, se se quiser, mantendo-se a flecha na mesma direção mas invertendo os pólos

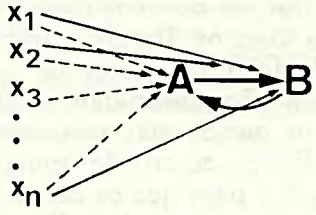
Receptor ———► Fonte

A leitura do modelo passaria então a ser a seguinte: ao invés de ser estimulado pela fonte, o receptor estimula a fonte ao precisar de uma informação e utiliza-a conforme seus próprios interesses. O sistema de comunicação, e seu respectivo processo, é posto com isso a andar sobre seus verdadeiros pés ao invés de arrastar-se sobre a própria cabeça. Inversões deste tipo parecem impor-se em mais de um campo das relações sociais e em mais de uma época... Não mais o receptor é manipulado pela fonte (como ainda continua a acontecer impunemente no caso dos meios de comunicação de massa) mas é ele que *se*

Digitalizado gentilmente por:

desperta para uma certa necessidade de informação, manipulando a fonte de acordo com suas próprias diretivas; torna-se enfim um sujeito ativo do processo de produção cultural. "Sujeito ativo" é, de fato, uma redundância evitável: torna-se enfim *sujeito*, simplesmente, do processo de produção cultural, única condição a permitir não apenas uma correta utilização das informações conseguidas (a possibilitar um enraizamento dessas informações e sua posterior germinação) como uma ulterior e eventual produção de informações novas.

Westley e MacLean[3] haviam iniciado a reforma do modelo tradicional ao proporem um modelo conceitual da comunicação que já retirava da fonte (embora não de maneira total e explícita) a possibilidade das iniciativas. Esse modelo gerava uma situação como a seguinte



e que pode ser lido, apesar de sua apresentação formal (o que não deixa de ter suas conseqüências), praticamente do mesmo modo proposto mais acima, isto é: B necessita de uma ou de todas as informações contidas no campo x_1 — x_n e esta necessidade é atendida ou diretamente (indo B diretamente às informações) ou indiretamente, através de um A que capta as informações por B, transmite-as a ele, toma conhecimento do comportamento de B diante das informações e rearranja seu próprio comportamento para melhor atender às solicitações de B. Como foi ressalvado, o esquema de Westley e MacLean fugiria inteiramente a todo esquema paternalista (que obriga a uma posição passiva, de mero consumo, por parte do "receptor) se na verdade o destinatário deixasse de ser denominado de B (isto é, um segundo numa dada ordem, ocupando uma posição secundária), assumisse a de A com isso passando o antigo A do esquema dos autores à posição nele ocupada por B, e invertendo-se ainda a direção das flechas. Neste caso, sim, se teria um modelo de sistema de comunicação capaz de efetivamente proporcionar o desenvolvimento pleno do indivíduo.

Ora, este modelo na verdade sempre tendeu a ser o do sistema de comunicação por biblioteca. Nele, as informações são estocadas (de x_1 a x_n) e ficam à disposição do receptor que se dirige a elas e as escolhe, recebendo-as de acordo apenas com seus interesses e motivações (pressupondo-se, obviamente, que não tenha sido previamente condicionado de algum modo). Claro que pode haver uma intermediação entre ele e a informação, intermediação representada pelo próprio sistema da biblioteca e seus agentes (o bibliotecário, o fichário, índices, etc.) mas de qualquer modo essa intermediação é posta a serviço do receptor e nunca se coloca na postura da Fonte dos modelos tradicionais. Ou pelo menos pode deixar de assumir essa postura antiga se obedecer a certos critérios mínimos e facilmente determináveis e observáveis (por exemplo, possibilitando-se a participação efetiva do usuário na escolha de obras a adquirir, etc.).

E esse modelo de comunicação por biblioteca (e é isto o que interessa ressaltar aqui) pode propor-se como

Digitalizado gentilmente por:

modelo de sistema de educação e como modelo de sistema de transmissão de informação genericamente considerado — tal como já sugeriu Tefko Serajevic porém de modo inverso, uma vez que ele partiu de um modelo geral da comunicação para chegar ao modelo de comunicação por biblioteca passando pelo modelo de sistema de educação. O que se propõe aqui, como objetivo e função social da Biblioteconomia (sem aliás nenhum traço de originalidade), é exatamente o modelo de comunicação utilizado pela biblioteca não apenas como modelo para a prática da comunicação em diferentes níveis e setores como um dos modelos (e um dos poucos) que efetivamente possibilita um processo de transmissão de informação mais capacitado a cumprir seus objetivos últimos. Modelo que na verdade não data de hoje, mas desde os tempos platônicos.

Esse modelo do sistema e do processo da biblioteca pode ter, ao lado de seu aspecto positivo, um outro, "negativo". E que seria o responsável pelo "insucesso das bibliotecas", especialmente em países como o Brasil. De fato, uma preocupação constante entre os que estudam os problemas básicos da biblioteconomia é a de procurar determinar os motivos da pouca atividade do trabalho cumprido pela biblioteca. Estes poderiam ser encontrados justamente em seu modelo de comunicação que foge aos esquemas diretivos e paternalistas (e por isso manipuladores do receptor, assim destituído de sua condição de sujeito e transformado em objeto da comunicação), existentes e praticados em todos os outros setores envolvidos no processo da comunicação, como a escola, a universidade, os meios de comunicação de massa. É bem conhecida uma lei básica de economia segundo a qual a moeda fraca expulsa a forte do mercado. Ou uma outra "lei" de psicologia, a do menor esforço: diante de todos os outros sitemas e processos que conduzem totalmente o receptor, mastigando informações a lhe serem fornecidas e que lhe dão uma falsa sensação de realização, o processo de comunicação por biblioteca exige o contrário, exige do receptor que ele passe à frente e abra seu próprio caminho.

Neste sentido, a luta que se abre para a Biblioteconomia não é pequena: trata-se de compatibilizar seu sistema com os demais sistemas de comunicação existentes na sociedade, porém não reformando o seu conforme os outros mas tentando criar as condições, dentro de limitada esfera de ação, para que os outros adaptem seus sistemas ao dela. Enquanto isso não ocorrer, a biblioteca está condenada ao "fracasso" — mas este "fracasso" é a própria, e uma das únicas, garantia de um desenvolvimento do sistema de comunicação na sociedade, considerado em sua totalidade.

NOTAS

1 — Não é necessário demonstrar que a disputa em torno da terminologia não é em nada irrelevante, e que as palavras recortam, cobrem e encobrem realidades sociais bem concretas.

2 — A eficiência e a oportunidade desses recursos no caso dos meios de comunicação é justamente discutível.

3 — Bruce H. Westley e Malcolm S. MacLean. Um modelo conceptual para 1ª investigación en comunicaciones. *Comunicacion y cultura*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1972.

Digitalizado gentilmente por:

Documentação e lingüística: inter-relação e campos de pesquisa

Johanna W. Natali *

A relação entre Linguística e Documentação se evidencia na análise de texto, na análise de conteúdo dos documentos (análise documentária). As duas disciplinas até então trabalharam isoladamente, uma vez que as pesquisas lingüísticas se desenvolveram sobretudo no campo da Sintaxe. Mesmo as conquistas semiológicas voltadas para o extra-frásico (o "sentido"), não procuraram desenvolver métodos operacionais. A prática da análise documentária tem-se baseado em operações implícitas, circunscritas à cultura individual do indexador. A intersecção entre as disciplinas surgiu das tentativas de sistematizar as relações entre a Linguagem Natural (LN) e a Linguagem Documentária (LD). Segundo Gardin, as LD compõem-se de um léxico (lista de descritores), uma rede paradigmática (classificação dos descritores) e uma rede sintagmática (relacionamento entre os descritores), podendo-se formalizá-la em termos de um sintagma mínimo, Ri (x,y), onde Ri é uma relação binária, paradigmática ou sintagmática, e x e y termos ou descritores do léxico. A abundância das LD possibilita pesquisas tanto quanto à passagem de LN para a LD, quanto sobre a compatibilidade entre as diferentes LD. As primeiras partem do postulado segundo o qual é possível explicitar todas as regras que sustentam a tradução entre as duas linguagens. A compatibilidade entre as diferentes LD vem sendo pesquisada a partir do formato de base do sintagma mínimo de Gardin, que permite a análise de equivalência entre diferentes léxicos; estas pesquisas têm tomado direções diferentes, mas paralelas: 1) conversão de um ou vários léxicos em um léxico fixo; 2) construção de um macrothesaurus, *a partir do qual se possa derivar diferentes* microthesauri *especializados; 3) criação de uma linguagem de concordância, de um dicionário intermediário que permita a concordância entre sistemas diferentes. A Documentação, considerada por muitos como a variante mais industrializada da análise de texto, servirá de* feed-back *para as pesquisas lingüísticas das quais ela se alimenta, estimulando a mútua colaboração entre ambas as disciplinas.*

* Bacharel em Biblioteconomia pela ECA/USP. Mestre em Biblioteconomia pela Universidade de Paris, Sorbonne Nouvelle.

Digitalizado gentilmente por:

Introdução

Constatemos em primeiro lugar o óbvio: a possibilidade de reduzir a um único denominador comum, no campo múltiplo de disciplinas das ciências humanas, a necessidade de se operar a análise de textos textos naturais, tendo em vista *x*, *y* ou *z*. Para que as coisas fiquem mais claras, substitua-se *x*, *y* ou *z* por conteúdos dos mitos dos índios das tribos do alto Xingú (ou seja, a análise mitológica ou etnológica), o conteúdo semântico de questionários: não diretivos (a análise de conteúdo dos sociólogos), análise de um romance ou de um poema (análise literária ou poética), ou a extração e organização de conceitos — ou *análise documentária*). Há evidentemente uma disciplina que tem por objeto a análise dos textos em linguagem natural, tendo em vista os próprios textos. Trata-se da lingüística. A vizinhança entre a lingüística e a análise documentária, aqui privilegiada apesar de não se poder desprezar seu paralelismo com outras práticas de análises de textos, constitui, desta forma, algo que ultrapassa o "jeitinho" retórico que torna possível qualquer paralelismo.

A vizinhança entre a lingüística e a documentação, apesar de evidente a partir de um certo nível de abstração, é, porém, menos explorada do que se poderia esperar. Os trabalhos de síntese, salvo algumas honrosas exceções, ainda não foram efetuados. Esta contradição aparente se justifica por duas razões complementares:

1)as pesquisas *lingüísticas* desenvolveram-se primordialmente até agora no campo da sintaxe, cujo interesse é importante mas não suficiente numa perspectiva documentária [1]; por sua vez, as pesquisas *semiológicas*, mais voltadas para o extra-frástico, o "sentido" e/ou a organização total dos enunciados, não chegaram ou talvez não tenham procurado desenvolver métodos operacionais em grande escala [2].

2) a prática da *análise documentária* baseou-se muito tempo em operações implícitas, circunscritas à "cultura" individual do indexador (indexação manual). Somente com a desenfreada explosão de informações científicas que assistimos hoje — a uma taxa que alguns afirmam ser provavelmente de 12,5% ao ano, ou na pior das hipóteses uma duplicação no período de uma década[3] — fez-se sentir a necessidade de uma documentação "industrial" e automatizada, surgindo assim o imperativo da explicitação das operações de indexação anteriormente implícitas. Para citar um exemplo, a definição de sinônimos sempre constituiu uma operação de primeiro plano em qualquer indexação. Mas se antes era possível efetuá-la "manualmente" (pela consulta de dicionários, *thesauri*, ou com base na cultura do indexador), a necessidade de automatizar a indexação corresponde à previsão de uma abundância de mecanismos, sobretudo de ordem lingüística, que façam o computador associar sinônimos, desassociar homógrafos e assim por diante.

Assim, pode-se dizer que a lingüística tornou-se fundamental para uma documentação automatizada [4], embora ela tenha ao mesmo tempo enveredado, *lato sensu*, por direções de pesquisas menos "utilizáveis" de imediato numa perspectiva documentária.

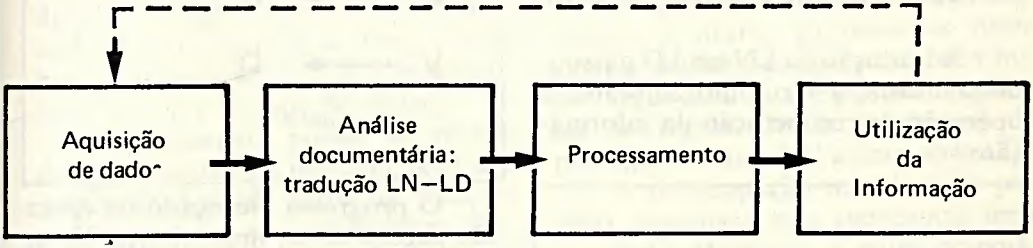
Vejamos, agora, mais detalhadamente, qual a situação atual da documentação e, de forma um pouco mais sumária, a da lingüística que os docu-

Digitalizado gentilmente por:

mentalistas poderiam utilizar. Este paralelo procura recensear informações que permitam, no futuro, uma melhor coleta de dados para prever uma inter-relação mais estreita entre os dois campos.

Situação atual da Documentação

Para melhor situar os diferentes problemas documentários a serem aqui expostos, e igualmente para contextualizar a terminologia que empregaremos, vale a pena relembrar de início o esquema básico, proposto por C. Montgomery, que representa em parte ou no todo os sistemas de informação[5]:



Neste esquema, a *aquisição* dos dados significa a seleção de documentos em linguagem natural (por exemplo, a literatura científica), e a introdução de tais dados no sistema.

A *análise* tem por objetivo o isolamento dos "conteúdos" — julgados pertinentes pelo sistema — e a seguir a representação destes mesmos "conteúdos" numa forma *estandardizada* (por exemplo: descritores, palavras-chave ou códigos numéricos) e *unívoca:* a tradução da linguagem natural (LN) em linguagem documentária (LD). Esta tradução constitui a "indexação".

Na etapa seguinte, opera-se o *processamento* das formas estandardizadas, organizando as informações segundo as matrizes pertinentes para o sistema. Dá-se prioridade, por exemplo, à forma estandardizada como entrada ao sistema ou então aos documentos que, como entrada, tornarão atributiva a forma estandardizada.

Por último, o *usuário* do sistema de informação fechará o esquema, na medida em que, a partir das respostas obtidas às perguntas formuladas, os processos de *feed-back* poderão ser idealizados e postos em prática.

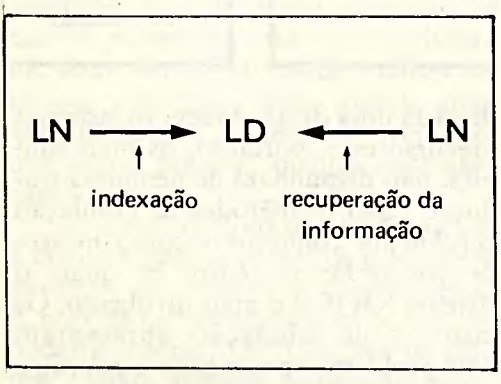
A evolução dos sistemas de informação, como se sabe, implicou de um ponto de vista histórico numa gradativa complexidade: aumento do número de etapas e complicação crescente de cada uma delas. Assim, os sistemas precursores e, portanto, os mais simples, não dispunham de nenhuma tradução[6]. São os métodos de tabulação geralmente conhecidos como índices de concordância, entre os quais o sistema KWIC é o mais divulgado. Os métodos de tabulação apresentam dois problemas principais: a *seleção* e a *organização* das informações. A seleção consiste na distinção, nos textos em linguagem natural (LN), entre as unidades consideradas significativas e as não significativas; estas últimas compõem o antidicionário. É fácil perceber que esta seleção não obedece a critérios lingüísticos rígidos, sendo apenas operada em função dos objetivos do próprio índice. Quanto à orga-

Digitalizado gentilmente por:

nização das informações, os índices assim compostos geralmente seguem a ordem alfabética, o que constitui no máximo uma herança extremamente arcaica e primitiva da lingüística. Inexiste assim, neste estágio da análise documentária, uma interação significativa entre a lingüística e a documentação.

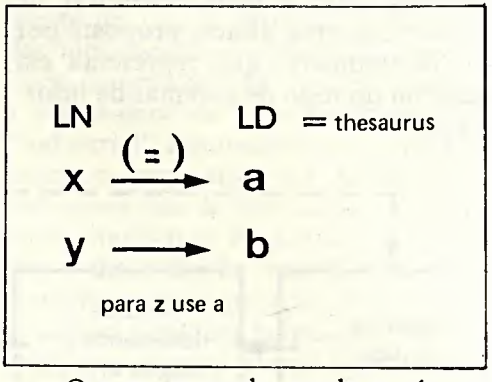
Vieram, a seguir, os sistemas de informação com tradução, provenientes tanto da consciência da especificidade da linguagem natural (seu caráter ambíguo e repetitivo havia gerado índices muito carregados, longos e conseqüentemente pouco econômicos), quanto dos objetivos peculiares da documentação (recuperação da *informação* e não de palavras em LN).

A tradução da LN em LD passou, desta forma, a ter como corolário a operação de recuperação da informação:



Esta concepção do momento central de todo sistema de informação, ou seja, a tradução da LN em LD e viceversa, foi o fruto de diferentes etapas de discussão. Na primeira delas, desenvolveram-se as próprias LD, conceituando-se as diversas classificações pelas quais são as "palavras" e não as "coisas" que se organizam entre si. No entanto, a relação de inclusão simples, característica comum a todas as classificações, já não ocupa mais hoje em dia uma posição de destaque nas discussões da lingüística ou da lógica modernas.

Na segunda das etapas, surgem as tentativas de sistematização da relação entre a LN e a LD, sobretudo com as discussões sobre os *thesauri*. Neste quadro, a problemática consiste em entender melhor o valor das operações básicas dos *thesauri*, isto é, as equivalências e remissivas[7]:



O progresso alcançado na época não deixou de ser importante. Não se deve, porém, supervalorizar a base lingüística dos primeiros *thesauri*; eles se fundamentam numa acepção bastante fluida dos campos semânticos, sem explicitar a maneira pela qual importaram tais instrumentos da lingüística. Os *thesauri* permitiram, no entanto, um avanço real no caminho de uma interseção das disciplinas Lingüística e Documentação, já que possibilitaram o aprofundamento da noção de LD. Assim, na acepção atual das LD segundo Gardin[8], elas se compõem de:

> um léxico (a lista de termos-descritores, já filtrados e purificados depois de extraídos da LN);

Digitalizado gentilmente por:

uma rede paradigmática (ou seja, uma organização dos termos do léxico, naquilo que seria, *lato sensu*, uma classificação);

uma rede sintagmática (lista organizada ou não de relações que podem ser determinadas entre os termos retidos no momento da indexação, a fim de reproduzir a informação sintagmática transmitida pelos textos analisados. A rede sintagmática não está presente em todas as LD, sendo uma característica exclusiva das mais desenvolvidas).

Ainda segundo Gardin, de cinco ou seis anos para cá tornou-se corrente a formalização das LD em termos de um sintagma mínimo - Ri (x,y) onde Ri corresponde a uma relação binária paradigmática ou sintagmática, e *x* e *y* a termos de léxico.

Tal sintagma possui ao menos duas vantagens. De um lado, restitui a igualdade formal entre as relações paradigmáticas e sintagmáticas (nenhuma das duas é privilegiada em detrimento da outra), e, de outro, ao reduzir toda relação entre termos a uma relação binária, deixa-se a porta aberta para o estabelecimento de relações mais complexas (*n* termos) que poderão ser em seguida decompostas em relações binárias, reportando-se, assim, à operações lógicas perfeitamente domináveis.

A definição dos constituintes das LD e de suas interrelações representa ultimamente, sem dúvida alguma, o campo mais trabalhado pela pesquisa documentária. Se há uma abundância de LD, o fenômeno é por um lado positivo por nos liberar do monopólio das classificações universais, sendo ao mesmo tempo problemático por ter criado questões em torno das quais se situam as atuais pesquisas documentárias:

a) a passagem da LN para a LD; e

b) a compabilidade entre diferente LD.

A) *A passagem da LN para a LD*

A relação que se estabelece inevitavelmente entre as duas linguagens (análoga à relação estabelecida na tradução de um idioma para outro) é geralmente vaga e implícita. Quando se decide uma eventual explicitação dos mecanismos de passagem de uma a outra, acaba-se caindo num sistema pesado ao extremo e de dimensões inverossímeis.

As pesquisas, a nosso ver, fascinantes e muito promissoras neste campo, partem de um postulado inicial segundo o qual é possível explicitar as regras *(todas* as regras) de passagem de uma LN a uma certa LD.

A preocupação manifestada por estas pesquisas não representa uma novidade destinada a elites entediadas, mas sim uma necessidade de sujeitar um processo de traduções e de seleções que em grande parte fugia ao controle destas mesmas elites. Não é mais suficiente constatar os efeitos da passagem da LN à LD. É também preciso saber como a passagem se operou e quais são os mecanismos lógico-semânticos que a possibilitaram, a fim de permitir a escolha dos mecanismos mais econômicos.

Evidentemente, é a partir desta mesma preocupação documentária que a conexão com a lingüística se mostrou abertamente pela primeira vez há alguns anos. Se procuramos formalizar a análise documentária (ou seja, explicitar totalmente a passagem

Digitalizado gentilmente por:

LN-LD), devemos saber como extrair os "sentidos" pertinentes de um texto em LN e portanto, igualmente, como analisá-lo.

B) *A compatibilidade entre diferentes LD*

Outro campo de pesquisa, atualmente frutífero, diz respeito às relações entre as diferentes LD. Tais estudos partem freqüentemente do formato de base do sintagma mínimo definido por Gardin (Ri (x,y)),o que permite a análise de equivalências entre diferente léxicos, com o propósito de fundamentar a compatibilidade possível entre eles. Esta compatibilidade facilita o intercâmbio de informações entre centros de documentação, preocupando , por esta razão , os grandes centros nacionais de documentação que incorporam freqüentemente redes nacionais e/ou internacionais. Neste campo de pesquisas, três direções são hoje desenvolvidas de maneira paralela. Sumariamente:

1) *Conversão*: converte-se um ou vários léxicos em um léxico considerado fixo. A fusão de vocabulários assim operada é rentável a pesar de não oferecer jamais soluções globais, na medida em que trata o problema da diversidade de léxicos de forma pontual, em relação a um único léxico fixo. Para se chegar a desenvolver algoritmos de conversão automática, em que o computador tenha por função o reconhecimento de palavras idênticas, de palavras variantes (ortográficas), de inversões entre palavras de uma mesma expressão e equivalências entre sinônimos, é evidente que os programas não se basearão apenas numa lingüística geral, mas muito mais na escolha de uma certa escola lingüística, nas últimas pesquisas desta escola, e assim por diante.

2) *Construção de macro e micro thesauri*: concebe-se um *macrothesaurus* que corresponde a um grande serviço de informação, e que seja portanto relativamente geral mesmo se restrito a um único assunto. A partir deste *macrothesaurus*, constroem-se diferentes *microthesauri*, especializando a informação contida no *macrothesaurus* e que sempre mantêm, entre si, sob a forma de "ponte" assegurando a passagem de um ao outro, a estrutura geral do próprio *macrothesauri*, Esta alternativa, para tornar compatíveis diferentes LD (os *microthesauri*), deve também fundamentar-se nos últimos progressos lingüísticos se quisermos que o investimento de criação de *macrothesaurus* e *microthesauri* correspondentes tenha um sentido prático, especialmente no que se refere à definição dos campos semânticos de cada conceito e à organização vertical e horizontal que eles obedecem. Esta fórmula obteve um bom sucesso ultimamente e levou à constituição, por exemplo, de um *macrothesaurus* na União Soviética para as informações sobre o COMECON, de um *macrothesaurus* em economia para o Mercado Comum Europeu, um *macrothesaurus* de ciências e técnicas na França, a ser publicado em breve , e assim por diante.

3) *Criação de uma linguagem de concordância*: considerada como a solução mais elegante para o estabelecimento de pontos de contato entre as diferentes LD, trata-se da criação de um dicionário intermediário no qual um complicado sistema de notações faz com que o conceito de um sistema documentário possa ser transformado em seu equivalente — ou equivalentes — em outro sistema documentário. O dicionário intermediário, que permite a concordância entre sistemas, possui

Digitalizado gentilmente por:

um imenso mérito: ele é independente da estrutura dos vocabulários em questão. Este simples dado faz com que as linguagens de concordância sejam geralmente encaradas como a solução do futuro, por serem bem mais maleáveis que as alternativas precedentes e, ao mesmo tempo, por constituírem a solução que implica na maior inter-relação com a lingüística, a semântica e a lógica, especialmente quanto à delimitação de traços distintivos dos conceitos para o estabelecimento das correspondências semânticas (operação-alicerce da notação do dicionário).

Situação atual da Lingüística em suas facetas pertinentes à Documentação.

Não pretendemos abordar a lingüística moderna em detalhes por não se tratar de nosso campo de competência. Convém, no entanto, levantarmos certos problemas de peso, como, por exemplo, o fato de a expressão geral "lingüística" não significar uma única alternativa metodológica. Em verdade, elas são inúmeras. Isto nos leva à escolha das *escolas*, o que é, a nosso ver, inevitável, sendo ao mesmo tempo essencial nunca se perder de vista que esta escolha foi operada. A primeira das escolhas é ditada pelos imperativos práticos da documentação, que nos fixa a necessidade de sermos *operacionais*. Para tanto, impõe-se uma visão simplificadora da linguagem; abstraem-se propositalmente certos conceitos que ela desenvolve, o mesmo valendo para a semântica e semiologia atuais. Um único exemplo justifica tal abstração: o conceito de *intertexto*, fértil em diversos pontos, é, ao menos por enquanto, perfeitamente inoperacional num contexto de recuperação da informação. Chega-se, assim, a partir de uma seleção que tem por fim a operacionalidade, a uma visão chamada "*demográfica*" do texto. O texto da documentação é um texto-superfície; o documentalista deve portanto ignorar, de propósito, tudo aquilo que a superfície pode esconder, tudo aquilo que a ultrapassa[11].

Neste quadro, a lingüística por nós considerada operacional em relação aos problemas de indexação e de recuperação da informação é, tradicionalmente, a anglo-americana: inicialmente o distribucionalismo de Harris, mais tarde a semântica generativa de Chomsky, Katz e Postal, e, finalmente, por ora, o transformacionalismo de Fillmore, Lakoff, McCawley e Bach.

Grosso modo, a análise documentária acompanhou a evolução histórica de uma certa lingüística, dosando-a freqüentemente com um complemento considerado menos nobre mas todavia eficiente: a análise estatística. Caricaturando, pode-se aventar um sistema de análise documentária no qual se comece, por exemplo, a análise (automática) de um texto em LN pela extração, por critérios lingüístico-sintáticos, de todos os substantivos do texto em questão. A seguir, procede-se à contagem estatística da freqüência de cada substantivo e decide-se — levando esta caricatura meio pejorativa às últimas conseqüências — que os 30 substantivos mais freqüentes indicam os assuntos mais importantes do texto. Caricatura? Certamente, apesar de o apelo à estatística, quando efetuado com sutileza, ser corrente nos sistemas documentários altamente automatizados. E isto por razões perfeitamente nobres: devido à

Digitalizado gentilmente por:

massa imensa de informações a ser tratada, a estatística (por cálculos de freqüência e de co-ocorrência, na maior parte dos casos) corresponde a um atalho válido para a diminuição do custo dos sistemas documentários. O problema reside essencialmente no tipo de análise lingüística escolhida, predominantemente sintática, como no exemplo anterior, ou prioritariamente semântica, segundo uma tradição mais francesa, ou na justaposição de ambas. Citemos ainda entre as opções disponíveis a intrução ou não da estatística, quais os critérios estatísticos retidos, a ordem seguida pelas operações para definir se a estatística intervirá no início ou no final, etc.

Delineia-se, assim, mais um campo de pesquisas em documentação. Nele, a dosagem e a ordenação das análises sintática, semântica e estatística constitui a preocupação principal. Apesar de nos ser praticamente impossível prever de que maneira esta problemática se definirá no futuro (a supor, o que é meio duvidoso, que uma única solução seja retida), as tendências que se demarcam nitidamente dizem respeito à predominância de critérios sintáticos ou semânticos na análise documentária automática, numa discussão em que a análise estatística surge num plano secundário.

Este borbulhar de opiniões e tentativas por parte dos documentalistas, apesar de extremamente positivo e importante para a própria documentação, caucionando prováveis progressos, não pode ocultar um último aspecto da inter-relação possível, ou seja, o do percurso inverso ao aqui percorrido: em lugar da lingüística à documentação, da documentação à lingüística. Se, por definição, a documentação trata grandes quantidades de informações em grandes sistemas voltados para a eficiência, a lingüística avança habitualmente por tentativas e erros, num processo em que cada pequeno exemplo pode ser invalidado por outro. Veja-se o caso protótipo da validação de uma regra transformacionalista. Encontramo-nos diante de algo semelhante à fábula do elefante da formiga. Mas, ao invés de caminhos paralelos, onde o elefante-documentação acaba importando dados desenvolvidos com suor e lágrimas pela formiga-lingüística, a colaboração entre ambas poderia ser mais dinâmica. E isto na medida em que se conceba a máquina documentária como um meio de validação das operações lingüísticas, através da aplicação destas operações a um grande número de exemplos, e sobretudo pela obsessão documentária de eficiência. A documentação, considerada por muitos como a variante mais industrializada da análise de textos, serviria assim de *feed-back* para as pesquisas lingüísticas das quais ela novamente se alimentaria. Por esta razão, a documentalista C. Montgomery conclui em seu artigo aqui citado que, em documentação e lingüística, cada campo chegou ao máximo sem o auxílio do outro, e que doravante a cooperação mútua se torna um imperativo.

NOTAS

(1) Refiro-me, como veremos mais adiante, à lingüística de tradição anglo-americana, considerada mais próxima das preocupações documentárias. O generativismo e o transformacionalismo adquirem, especialmente, enorme importância neste quadro, por mais que a prioridade dada à estrutura sintática (a introdução da semântica efetiva-se num segundo momento) dificulte sua aplicação à problemática documentária.

Digitalizado gentilmente por:

Neste panorama, vale ressaltar a tentativa — teórica ao que nos consta — de Hutchins para inverter esta situação, gerando estruturas sintáticas a partir de uma base semântica (a estrutura semântica é habitualmente considerada prioritária em documentação).

(2) Veja-se, por exemplo, as "inovações" essencialmente taxinômicas (ou seja, de classificação do dito signo lingüístico) que prevaleceram nas propostas do I Congresso Internacional de Semiologia (Milão, 1974), onde os verdadeiros progressos metodológicos transbordaram a área de pertinência semiológica para se originarem em campos — como a lógica e a psicanálise — que lhes são exteriores.

(3) Quanto ao aumento anual do número de artigos científicos, ver Anderla, p. 131.

(4) Vale a pena lembrar que é inútil tornar privilégio, em si, a documentação automatizada em relação à documentação "manual". A passagem de uma à outra não corresponde a um progresso, mas simplesmente a uma resposta justificada pelos imperativos de ordem quantitativa, aos quais a documentação atual se expõe.

(5) Montgomery, p. 196.

(6) Gostaríamos de sublinhar mais uma vez que a "simplicidade" dos primeiros sistemas de informação não comporta qualquer julgamento de valor. A palavra "simplicidade" só tem sentido em relação a sistemas mais complexos.

(7) Deixemos de lado toda a problemática da organização hierárquica dos textos do *thesaurus* — o que nos levaria novamente às discussões sobre as classificações — e sobretudo o nível hierárquico ao qual certo termo em LN é associado.

(8) Gardin, p.147-9.

(9) Basta citar o seríssimo exemplo de um mecanismo de uma análise documentária totalmente explicitada e da aridez das explicitações à qual conduz, inevitavelmente, esta preocupação: Bely et alii. Por outro lado, aceitando-se certas análises de textos por mecanismos implícitos como fatos consumados, o caminho inverso, ou seja, a tentativa de reconstituição dos mecanismos que levaram dos textos aos comentários, é bem mais trabalhoso, evidenciando a complexidade das operações de transformação operadas sobre os textos originais. Veja-se Agresti e Natali.

(10) Deixamos de abordar voluntariamente, nesta problemática, outro campo igualmente fundamental de pesquisas comparativas entre LD, que visam à medida dos desempenhos de cada sistema documentário através das medidas de ruído, pertinência e custo da recuperação da informação, e ainda a comparação dos resultados obtidos em diferentes sistemas documentários e a conclusão relativa à eficiência de cada um. Num segundo momento, estes estudos — quando associados a discussões sobre as bases lingüísticas das LD — passarão a fornecer dados capitais para a confirmação ou a infirmação de hipóteses sobre as LD de melhor ou pior desempenho. Os estudos de avaliação das LD foram sobretudo desenvolvidos por Cleverdon, na Universidade de Cranfield, EUA.

(11) É muito difícil prever em que medida esta situação continuará inalterada, tanto pela imprevisibilidade das direções a serem seguidas pela pesquisa semiológica (hoje aparentemente distante das preocupações documentárias), como igualmente pela falta de dados para saber até que ponto a própria documentação encontrará meios ou razões para expandir sua visão dos textos em LN, que é por enquanto relativamente simples.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AGRESTI, H. *Sur les méthodes de C. Lévi-Strauss dans les "Mythologiques"*. Aix-en-Provence, Université de Provence (Aix-Lettres), 1972. Tese de doutoramento.

ANDERLA, G. *L'information en 1985: une étude prévisionnelle des besoins et des ressources*. Paris, OCDE, 1973.

ARTANDI, S. Machine indexing: linguistic and semiotic implications. *Journal of the American Society for Informations Science*, Washington, D.C., 27 (4): 235-239, Jul/Ago 1976.

BELY, N. et alii. *Procédures d'analyse sémantique appliquéss à la documentation scientifique*. Paris, Gauthier-Villars, 1970.

Digitalizado gentilmente por:

COYAUD, M. *Linguistique et documentation: les articulations logiques du discours.* Paris, Larouse, 1972.

COYAUD, M & SIOT-DECAUVILLE, N. *L'analyse automatique des documents.* Paris, Mouton, 1967.

GARDIN, J.C. Document analysis anda linguistic theory. *Journal of Documention,* London, 29 (2): 137-168, Jun. 1973

HUTCHINS, W.J. *The generation of syntactic structures from a semantic base.* Amsterdam, North-Holland, 1971.

MONTGOMERY, C.A. Linguistcs and information science. *Journal of the American Society for Information Science,* Washington, D.C., 23 (3); 195-219, May/Jun 1972.

NATALI, J.W. *De L'analyse documentaire à l'analyse poétique: à propos des critiques des "Chats" de Baudelaire.* Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sicences Sociales, 1976. Tese de doutoramento.

WOLFF-TERROINE, M. La classification automatique. Son utilisation dans la science de l'information. *Documentaliste,* Paris, 9 (1): 21-24, mars 1972.

Digitalizado gentilmente por:

Divulgação científica em periódicos brasileiros

Anneliese Carneiro da CUNHA*
Virgínia Lobo FERREIRA*
Marily Antonelli GRAEBER*
Laís Fernandes de CARVALHO**

O trabalho visa a oferecer ao pesquisador brasileiro informações sistematizadas acerca de nossos periódicos científicos. Para isto, sua divulgação no Index Medicus, Biological Abstracts, Chemical Abstracts e Current Contents é analisada em termos quantitativos em relação à sua atualização, áreas de conhecimento e distribuição geográfica.

Introdução

Em uma época de intensa pesquisa científica, a projeção e prestígio dos pesquisadores dependem, em grande parte, da eficiência na divulgação de seus trabalhos. Esta divulgação é feita, sobretudo, através de revistas científicas internacionais e nacionais bem como através de congressos. Tratando-se de revistas científicas, fatores de muita importância são a periodicidade e o tempo decorrido entre sua publicação e a divulgação em índices especializados.

Sob estes aspectos é que procuramos situar a realidade da publicação científica nacional e sua posição em nível internacional.

O artigo científico remetido para publicação é submetido a um processo normal de avaliação e editoração que ocasiona uma demora prevista de três meses a um ano. Sua divulgação é feita principalmente através das chamadas "fontes secundárias" que indexam e resumem o material, seja paralelamente (Current Contents), seja

* Bibliotecárias do Instituto de Ciências Biomédicas. Universidade de São Paulo.
** Bibliotecária Chefe do Instituto de Ciências Biomédicas. Universidade de São Paulo.

Digitalizado gentilmente por:

posteriormente (Index Medicus, Biological Abstacts, Chemical Abstracts).

Considerando as crescentes exigências impostas pelos periódicos científicos estrangeiros e visando oferecer ao Pesquisador brasileiro algumas informações sistematizadas sobre as publicações nacionais, decidiu-se realizar estudo dos mesmos sob os seguintes enfoques:

1. Verificar quais os títulos nacionais indexados no Biological Abstracts, Chemical Abstracts, Index Medicus e Current Contents.
2. Verificar a atualização dos Periódicos científicos nacionais.
3. Determinar a distribuição dos títulos por áreas de conhecimento.
4. Determinar a distribuição geográfica dos títulos.

Métodos

A partir do levantamento dos títulos brasileiros citados em 1976 pelo Biological Abstracts, em 1975 pelo Chemical Abstracts, em 1976 pelo Index Medicus e em 1977 pelo Current Contens, foi elaborado um cadastro onde constam dados de periodicidade, local de publicação, localização nas Bibliotecas e indicação da fonte onde o título é indexado.

Mediante verificação "in loco" em várias bibliotecas da cidade de São Paulo, foram obtidas as datas de publicação dos últimos números recebidos; títulos não localizados na Capital tiveram alguns dados complementados pelo Catálogo Coletivo de Periódicos de São Paulo.

Após uma listagem geral, com todos os dados necessários à análise proposta, os periódicos foram divididos em categorias relativas à data de publicação do último número localizado:

Categoria 1 – 1976 e 1977
Categoria 2 – 1973 a 1975
Categoria 3 – 1970 a 1972
Categoria 4 – anteriores a 1970

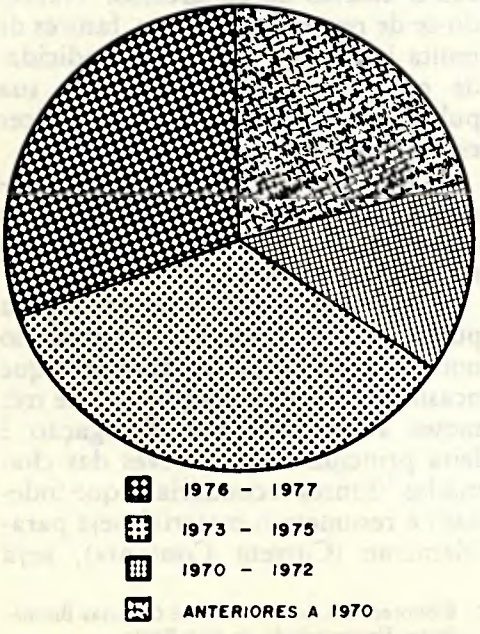


Fig. 1 - Classificação dos títulos por períodos de atualização.

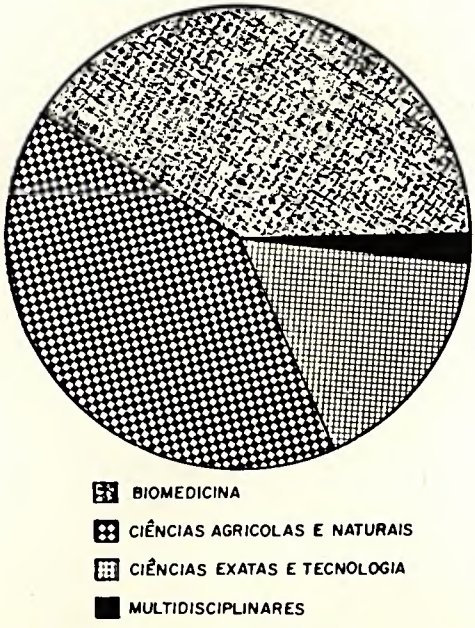


Fig. 2 - Distribuição dos periódicos por áreas de conhecimento.

Digitalizado gentilmente por:

Foram considerados atualizados somente os periódicos que tiveram seus últimos números publicados em 1976 ou 1977 (Cat. 1).

Os títulos foram também distribuídos por áreas de conhecimento (Biomedicina, Ciências Agrícolas e Naturais, Ciências Exatas e Tecnologia e Multidisciplinares) e por locais de publicação.

Resultados

Numa primeira etapa, verificou-se que, dos títulos indexados pelas 4 fontes secundárias estudadas, 411 são brasileiros (desconsiderados os títulos repetidos). Este número, embora não elevado, seria significante se a maioria estivesse atualizada e indexada em sua totalidade.

Com referência a atualização (fig.1), constatou-se que dos títulos correntes e localizados na Capital (313), apenas 30,35% se enquadram na categoria 1 (1976 e 1977); 35,14% na categoria 2 (1973 a 1975); 13,42% na categoria 3 (1970 a 1972) e 21,09% na categoria 4 (anteriores a 1970).

Não foram localizados em São Paulo 32 títulos e 66 estão encerrados, apesar de alguns continuarem sendo citados no B.A. e C.A.

Em relação à fonte de indexação, verificou-se que no B.A. estão indexados 254 títulos brasileiros; no C.A. 175; no I.M. 17 e no Current Contents 2. Cerca de 100 títulos são indexados por mais de uma obra porém, apenas 2 são citados pelas 4.

A divisão em áreas de conhecimento dos periódicos citados nas obras acima (Fig.2) levou aos seguintes resultados: Biomedicina, 40,6% do material publicado; Ciências Agrícolas e Naturais, 40,9%; Ciências Exatas e Tecnologia, 16,5% e Multidisciplinares, 2,0%

Quanto à distribuição geográfica, por local de publicação, os resultados

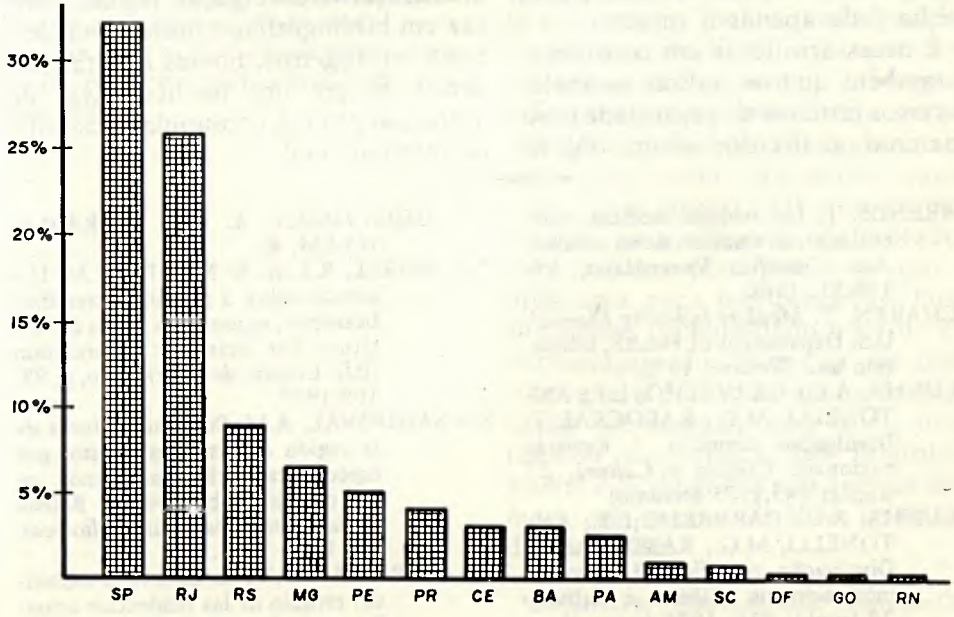


Fig. 3 - Distribuição dos títulos por local de publicação.

Digitalizado gentilmente por:

obtidos podem ser observados na Fig. 3, onde o Estado de São Paulo apresenta o maior índice de publicações.

Conclusões

O objetivo deste trabalho foi fornecer esclarecimentos sobre periódicos nacionais, visando incentivar o pesquisador a divulgar através deles os resultados de suas pesquisas, ao invés de remetê-los para publicação no Exterior.

Os resultados, porém, levaram à obtenção de dados que dificultam a concretização do objetivo proposto.

Grande parte das revistas brasileiras é publicada a intervalos bastante irregulares ou com atraso.

Em trabalho anterior já havíamos constatado que o prazo médio para a indexação em fontes estrangeiras dos artigos publicados em revistas brasileiras está em redor de 11 meses, enquanto que para os publicados em revistas norte-americanas e européias, a média é de apenas 5 meses.

É necessário levar em consideração também que os índices estabelecem certos critérios de prioridade para o material analisado; assim, alguns periódicos são indexados imediatamente em sua totalidade: outros, como é o caso da maioria de nossas revistas, são avaliados e os artigos selecionados conforme áreas de interesse, e portanto o tempo decorrido é maior.

O pesquisador brasileiro, freqüentemente, procurava revistas de instituições de pesquisa no país, para a publicação, sem ônus, de seus artigos, pois a permuta das mesmas divulgava rapidamente seu conteúdo junto às instituições de pesquisa congêneres, nos mais diversos países. A falta de subvenção a estas entidades tem levado ao atraso e mesmo ao encerramento muitas destas publicações, daí o decréscimo de interesse por parte dos autores em publicar através delas.

O quadro até aqui apresentado não é realmente dos mais positivos, porém se houver um incentivo à publicação científica nacional, quanto à atualização e divulgação rápida e eficaz em bibliografias e índices brasileiros e estrangeiros, nossas revistas poderão atingir um melhor nível de aceitação junto à comunidade científica internacional.

1— ARENDS, T. Las revistas medicas venezoelanas: evaluación de su calidad. *Acta Cientifica Venezolana*, *19*: 148-51, 1968.

2— CHAREN, T. *Medlars Indexing Manual*. U.S. Department of Health, Education and Welfare, 1972.

3— CUNHA, A.C.; CARVALHO, L.F.; ANTONELLI, M.G.; RABOCKAI, T. Divulgação cientifica. I. Revistas nacionais. *Ciência e Cultura*, *27* (supl.): 743,1975 (resumo)

4— CUNHA, A.C.; CARVALHO;L.F.; ANTONELLI, M.G.; RABOCKAI, T. Divulgação cientifica. II. Revistas internacionais. *Ciência e Cultura*, *28* (supl.): 738, 1976 (resumo).

5— GARFIELD, E. Significant journals of science. *Nature*, *264*:609-15,1976

6— HERSCHMAN, A. apud SUBRAMANYAM, K.

7— MOREL, R.L.M. & MOREL, C.M. Um estudo sobre a produção científica brasileira, segundo os dados do Institute for Scientific Information (ISI). *Ciência da Informação*, *6*: 99-109,1977.

8— SANDOVAL, A.M. Publicación fuera de la región de articolos escritos por especialistas latino-americanos sobre questiones biomédicas. *Boletin de la Unesco para las Bibliotecas*, *28*: 11-7, 1974.

9— SUBRAMANYAM, K. La revista cientifica: estudio de las tendencias actuales y de las perspectivas futuras. *Boletin de la Unesco para las Bibliotecas*, *29*: 205-15, 1957.

Digitalizado gentilmente por:

Orientação Bibliográfica: uma experiência

Luís Augusto Milanesi*

A disciplina Orientação Bibliográfica da ECA/USP situa a prática da busca de informações em biblioteca dentro de uma atividade abrangente que vai desde a escolha do assunto, coleta e organização dos dados até a apresentação das conclusões e avaliação do produto final. A bibliografia é elemento que adquire exata dimensão para o estudante na medida em que for significativa dentro das etapas da elaboração de uma pesquisa. Esta só tem sentido para o aluno quando ele compreende a função da Universidade.

O Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade de São Paulo está integrado na Escola de Comunicações e Artes. Esta, além de bibliotecários, forma jornalistas, cineastas, publicitários, músicos e outros profissionais identificados como "comunicadores". Na formação desses elementos julgou-se conveniente incluir, ao lado de um leque vasto de disciplinas, uma denominada *Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação*, ministrada aos alunos do ciclo básico. Tal denominação abria um campo tão amplo quanto vago. Seria possível dar aulas de catalogação para cineastas, de indexação para artistas plásticos e de uso da biblioteca para bibliotecários. Posteriormente, foi eliminado o termo Documentação do título da disciplina (sem que aí houvesse qualquer implicação ideológica), mas sem, ainda, resolver o problema, pois *Biblioteconomia e Bibliografia* não querem dizer muito em termos de direcionamento de conteúdo.

*Bacharel em Biblioteconomia, Mestre em Ciências da Comunicação e Professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Digitalizado gentilmente por:

Com esse título incrustrado no rol das disciplinas da Escola de Comunicações e Artes, coube aos professores desincumbirem-se da trabalhosa tarefa de oferecer aos alunos uma disciplina que pudesse ter alguma utilidade geral. As dificuldades começam pela própria existência de Biblioteconomia na ECA: supõe-se, de modo genérico, que ela nada tem a ver com Comunicação e muito menos com Arte. Essa é a impressão dos alunos no ato da matrícula quando eles devem se inscrever numa disciplina chamada *Biblioteconomia e Bibliografia* logo no primeiro semestre. E não é sem espanto e desencanto que o fazem.

Sabe-se que a profissão de bibliotecário tem uma imagem um tanto avariada, colocando-se em oposição a profissões, como jornalismo por exemplo, que todos julgam mais bem remuneradas, mais emocionantes e com um papel social mais importante. O estereótipo do bibliotecário é feminino como o do geólogo é masculino. Nada de mal haveria nisso se ao feminino não fosse acrescentado o termo "pacata", ou pior, "não-criativa". Não é preciso muita imaginação para se concluir que os discentes, os 90% que optaram por outras carreiras, não evitariam um certo desdém pela disciplina *Biblioteconomia e Bibliografia*, algo fora de propósito para quem procurava as emoções do Jornalismo, a exuberância do Teatro, a criatividade do Rádio e TV. Enfim, Biblioteconomia mostrava-se uma profissão sem nenhum charme e, ainda, despolitizada. A disciplina, portanto, só iria ocupar um espaço que poderia ser aproveitado para estudos mais enquadrados nas expectativas dos discentes.

Em vista do panorama, novos caminhos deveriam ser tentados. As opções, de qualquer maneira, não seriam confirmadoras de uma situação anterior, sob pena de se reforçar o estereótipo bibliotecário. Ou a profissão era ruim mesmo ou estaria havendo algum mal entendido. Os professores bibliotecários, acreditando na segunda possibilidade, escolheram uma direção identificada como utilitária. A *Biblioteconomia e Bibliografia* não seria uma introdução às técnicas de classificar e catalogar, mas um subsídio ao trabalho intelectual de universitários. Mais precisamente, ela daria instrumentos de pesquisa e de elaboração de trabalhos aos ingressantes na universidade. Assim, semestre após semestre, procurou-se ajustar a disciplina à Escola de Comunicações e Artes e, portanto, aos alunos de Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade, Turismo, Música, Editoração, Cinema, Artes Plásticas, Teatro e, inclusive, Biblioteconomia e Documentação.

O contato inicial com os alunos, em 1972, mostrou que o trabalho deveria ser organizado a partir da biblioteca, mas tal ponto de partida não pôde ser seguido pelo simples fato de ser a biblioteca uma quimera (ou um fantasma) na vida escolar brasileira. Ou ela não existia ou era um desastre. Portanto, não foram criadas atividades a partir da biblioteca universitária, mas da idéia fundamental de que ela é útil. Ou seja, sem ela dificilmente haverá ensino. Aí surge a necessidade de vincular a biblioteca a um conjunto de elementos pois ela não existe isolada. Em primeiro lugar, à pesquisa. E depois, a pesquisa à universidade. É necessário que o aluno tenha oportunidade de estudar a função da universidade para poder entender a biblioteca no conjunto. De

Digitalizado gentilmente por:

acordo com o seu conceito ele direcionará as suas pesquisas e o seu próprio relacionamento com a biblioteca.

2. O ENSINO SEM A BIBLIOTECA NECESSÁRIA

Estudante e livro, ao que tudo indica, nunca se deram bem no Brasil. Ampliaram-se as escolas, as instituições de ensino superior multiplicaram-se, mas entre os que estudam e os livros há, ainda, um fosso. Esse distanciamento corta pela raiz quaisquer possibilidades de desenvolvimento de pesquisa. E isso ocorre a partir dos estudos primários. O manual ensebado continua cortando a procura de informações. Como um defeito atávico a situação persiste e, provavelmente, não serão os bibliotecários os que romperão com ela. A biblioteca não se mostra um elemento imprescindível ao processo sistemático de educação. Portanto, ela é ineficiente porque ainda não foi estabelecido o seu lugar na escola. Com a sua indigência, caracteriza-se como um organismo caridoso para servir aos estudantes que não tenham condições financeiras que permitam a eles entrar no rol privilegiado dos que compram livros. Isso, quando a biblioteca existe.

Dentro da regra geral aparecem as exceções, mas elas não alteram a paisagem. A biblioteca é o pé de barro do ensino brasileiro.

O estudante ao chegar à universidade vem com a carga que recebeu e, talvez por isso, as bibliotecas universitárias estejam também aquém do desejável. Então, é preciso começar da base, trazendo aos alunos em um semestre uma série de informações que os leve racionalmente a re-ver o problema, na esperança que os dados novos possam suprir a falta, substituindo, as doses homeopáticas de um ensino de doze anos que transformaram a biblioteca em uma inutilidade. Dessa forma, não basta dizer que a biblioteca é fundamental. É preciso demonstrar isso, demonstração que contraria as experiências anteriores sendo, portanto, uma tarefa difícil.

As reformas do ensino brasileiro levam por decretos a um objetivo vago, controvertido e até misterioso: a pesquisa. De repente, foi introduzida uma nova palavra na vida escolar que apesar de ampliar o vocabulário não introduziu uma nova prática. Ou pelo menos uma prática mais adequada ao sentido do termo pesquisa. No dia-a-dia do escolar brasileiro pesquisar é copiar enciclopédia ou, quando o aluno é brilhante, transcrever páginas de livros. De forma geral os textos enciclopédicos, aqueles que geralmente adornam com os seus dourados as estantes das classes média e alta, são suficientes para as pesquisas que os professores pedem. Tanto assim é que existem algumas enciclopédias com poucos verbetes, exatamente aqueles mais solicitados pelo programa oficial de ensino.

Uma prática errônea de pesquisa (saberiam os mestres pesquisar?), uma organização escolar transferidora de conhecimento sem mudança de comportamento, os cursinhos (onde o termo educação pode ser substituído por amestramento) e por fim, sem que seja o problema menor, as bibliotecas escolares fazem do ingressante, o orgulhoso calouro, um despreparado para as tarefas básicas de um curso superior. Ultimamente, o problema vem sendo resolvido com o rebaixamento geral do nível universitário, tornando as faculdades dignas do ensino médio. O problema do aprimoramento do

Digitalizado gentilmente por:

ensino, no entanto, permanece complexo, tendo as universidades mais exigentes dificuldades para adaptar as hordas de ingressantes que passam pelo vestibular, mas que não sabem colocar uma idéia no papel, às exigências mínimas da universidade. Aí surge um impasse claro, ou o professor desce ou os alunos sobem. Geralmente a lei da gravidade prevalece.

Quando se indaga a um universitário, de preferência a um que está saindo do curso, como ele realiza os seus trabalhos escritos (quando os há), as respostas mais freqüentes são: montagem de textos a partir de consultas aos livros que estejam em volta da máquina de datilografia; leitura e resumo, comentado ou não; elaboração a partir da memória (uma espécie de psicografia com fortes traços literários). Deve ser observado, ainda, que essas técnicas de elaboração de textos escritos são realizados quase sempre em grupo.

Estabelecido tal quadro e não se aceitando a universidade como uma barreira formal que se antepõe ao diploma, mas encarando-a como uma instituição que desenvolve a criatividade como exigência de solução dos problemas do meio que a mantém, torna-se imperioso marcar uma diferença entre o ensino anterior e o ensino na universidade. E isso não será conseguido pela mudança dos assuntos estudados ou por um maior aprofundamento deles, mas sobretudo pela aquisição de um novo instrumental de trabalho adequado às novas exigências (ainda que este instrumental, dificilmente, torne os alunos mais criativos).

3. A MEMÓRIA É O MEIO

É exatamente aí que uma disciplina chamada *Biblioteconomia e Bibliografia* ou *Orientação Bibliográfica* pode ter alguma utilidade num curso superior. Isso se a organização do ensino universitário permitir levantamento bibliográfico, busca de informações, pesquisa. Um procedimento pré-gutenberguiano leva, com muita freqüência, o professor a assumir o papel de animador de auditório, um showman apto a manter a multidão presa ao seu discurso. O ensino permanece na fase oral, ainda que não seja peripatético, o que faz supor a conveniência de ser transferida as precárias verbas das bibliotecas para a criação de áreas adequadas à prática peripatética. Isso, sem dúvida, seria mais adequado que confinar os alunos em salas onde devem ouvir, ou não, as aulas preparadas pelo professor.

Esse processo de ensino fundamenta-se, em grande parte, na memorização. O professor, ciente do programa, prepara as suas aulas, provavelmente a partir de alguns textos; em classe, expõe da melhor maneira possível o que preparou, usando a lousa e, quando mais sofisticados, recursos audiovisuais. Não deve ser descartada a possibilidade do ditado do "ponto". Ao aluno, cabe reter as palavras do mestre, aquilo que ele conta. Os que têm memória fraca usam recursos mnemônicos. Normalmente, os discentes colhem as palavras do professor, registrando-as no caderno para posterior estudo. Vale dizer que a taquigrafia nesse caso é muito importante já que o professor faz um ditado muito rápido.

Após o processo de transferência de informação do professor para o aluno cabe a este provar que reteve na memória as lições. O aluno é, então, provado, averigüando-se no fim do período letivo se ele sabe reproduzir

Digitalizado gentilmente por:

aquilo que o professor disse, ou melhor, aquilo que o professor pretende que ele saiba. Feita a prova, as informações são liberadas e descartadas. Já cumpriram a sua função.

Eventualmente, é usado um livro básico, um texto "adotado". Isso simplifica um pouco a tarefa de docentes e discentes, pois, com ele, elimina-se o ditado. O que é preciso ser aprendido está no livro. Na ausência dele circulam as apostilas que são transcrições resumidas das aulas ou textos selecionados de vários autores. Com esses textos, normalmente, são realizados os seminários que, com freqüência, se caracterizam como aulas dadas por alunos.

Muitos caminhos são propostos, indicados para a superação desses problemas. Um deles envolve a tecnologia, propondo o uso de máquinas educativas: projetores, gravadores, retroprojetores e outros equipamentos da parafernália eletrônica que pretende ensinar. Ao professor que, normalmente, recebe os pacotes informativos prontos cabe acionar botões, reproduzindo audiovisualescamente o mesmo esquema de aula expositiva: transferir para os alunos as informações (se assim podem ser chamadas) pertinentes ao programa. Depois de todas essas inovações o sistema de "tomar o ponto" do aluno é o que prevalece.

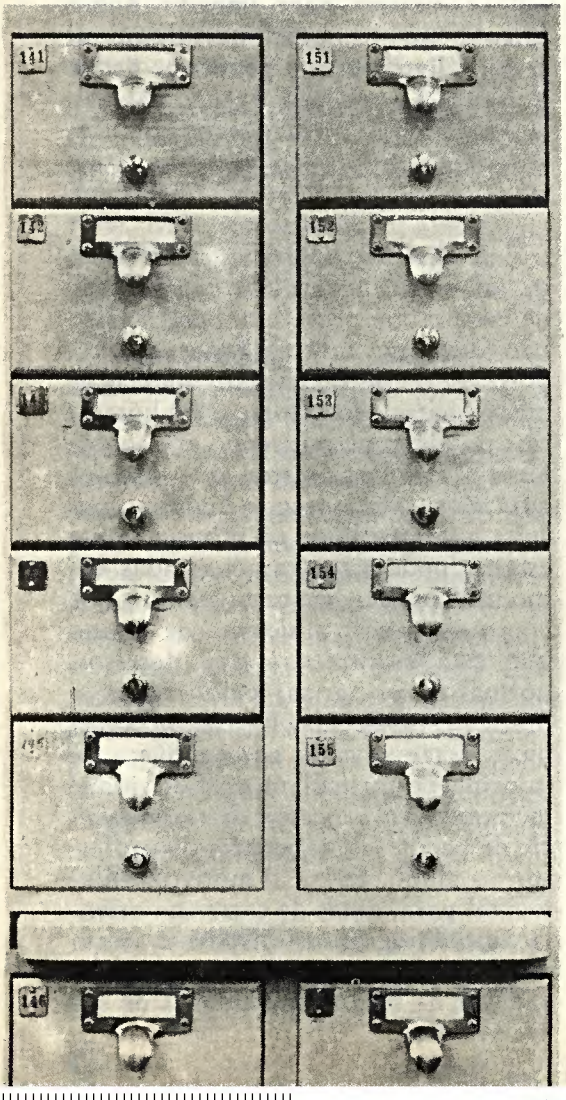
Sejam quais forem as alterações de recursos, o sistema de ensino, como um todo, leva aqueles que aprendem a reproduzirem, num exercício cansativo de memorização ou mesmo de cópia, aquilo que deve ser apreendido. A opção a isso seria um trabalho mais fundamentado na criatividade que permitisse aos alunos, com a orientação dos professores, buscar as respostas que no dia-a-dia mostram-se imprescindíveis. E essas respostas serão as realimentadoras da interrogação num processo contínuo de pesquisa. É só dentro desta visão que as bibliotecas escolar e universitária têm sentido. Fora dela, as bibliotecas não passam de coleções semi-mortas de livros, geralmente os adotados, que os alunos menos privilegiados retiram para fazer as tarefas de casa. A função biblioteconômica torna-se, então, assistencial num esforço das associações de pais e mestres para impedir que a faixa de menor poder aquisitivo fique sem os livros que o professor pediu. Esses livros, provavelmente, são o complemento ou a redundância da aula dada, uma extensão do *magister dixit*.

A disciplina *Orientação Bibliográfica* só se ajusta a uma organização de ensino que prevê bibliografia. Isso não deve ser motivo para espanto, pois, vez ou outra, chegam notícias de atritos entre professores e bibliotecários por estes permitirem o acesso dos alunos a livros outros que não os adotados. Neste caso, a simples consulta a um catálogo ou a busca numa estante podem ser caracterizadas como uma prática, em certa medida, que contradiz senão o sistema de ensino que está escrito nas leis, decretos, normas e portarias, pelo menos a prática estabelecida. Portanto, as técnicas desenvolvidas para a busca de informações articulam uma atividade incômoda ao processo de transferência de pacotes de sabedoria do professor ao aluno. Esse é o motivo fundamental para, antes de entrar na orientação bibliográfica, discuti-la num campo adverso à sua existência e analisar as suas possibilidades de sobrevivência.

Digitalizado gentilmente por:

4. REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

O aluno ao chegar à universidade vem célere na bitola enrijecida durante vários anos de vida escolar e, então, a Orientação Bibliográfica será, ou uma barreira sem sentido para ele, igual a tantas outras espalhadas no decorrer dos semestres, mas que deverá superar estoicamente ou à maneira de Pedro Malazartes, ou será uma possibilidade de re-visão de todo um procedimento de pesquisa realizado anteriormente.



O levantamento bibliográfico supõe a necessidade de se ter acesso a informações circunscritas numa área de conhecimento como acontece na maioria dos casos. Portanto, antes da bibliografia deve existir a necessidade de informação. Aí abre-se a perspectiva do estudo da pesquisa na universidade e, como decorrência, a própria função desta. Ou seja, biblioteca-busca de informação-universidade são elementos articulados que se movem uns em função dos outros. Supor que um levantamento bibliográfico possa interessar profundamente aos que procuram chegar ao diploma com o mínimo de dor possível é entrar mal na área de *Orientação Bibliográfica.* Antes do conhecimento das técnicas é importante que se conheça a função delas. É preciso dar um sentido às novas aquisições para que os discentes possam saber o que fazer com elas. Um dado novo sem sentido, ou parcialmente compreendido, não é assimilado ou se atrofia. O fenômeno é paralelo à alfabetização: por mais que se faça propaganda em torno das suas vantagens, ela não terá êxito se a nova aquisição não puder ser utilizada. Em pouco tempo os alfabetizados regredi-

Digitalizado gentilmente por:

rão ao estado anterior. O mesmo ocorre com o trabalho bibliográfico, que supõe o domínio de uma certa técnica. Acredita-se que num curso superior haja a certeza por parte de professores e alunos de que não é apenas necessário dominar a escrita (fenômeno que nem sempre ocorre), mas dispor de instrumentos para encontrar os dados necessários para desenvolver um pensamento, e isso pode ser entendido como uma espécie de segunda alfabetização. O ler e entender não é suficiente, é preciso saber chegar ao que é procurado.

Uma pergunta que se faz com freqüência é se esta segunda alfabetização é tarefa de professores ou bibliotecários. Aqui não deve ser feita nenhuma divisão de categoria. Professores, bibliotecários e todos que trabalham com ensino ou cooperam com a formação do indivíduo participam do processo permanente da descoberta dos caminhos de acesso às informações. O bibliotecário, especificamente por suas funções, tem a possibilidade maior de atuar sistematicamente sobre o público que se dirige à biblioteca buscando informações. De forma geral, e infelizmente, o bibliotecário torna mecânica a função da busca, ditando, nem sempre com bom humor, as instruções necessárias que permitem ao usuário ter acesso aos dados que deseja. Isso se deve, sem dúvida, à formação do profissional bibliotecário cuja área de conhecimento raramente ultrapassa os 7,5 x 12,5 cm. Assim, quase nunca consegue o bibliotecário ultrapassar os limites do *como fazer* da forma mais prática e asséptica possível e, na maioria dos casos, ineficiente. A chamada seção de Referência supõe notadamente em uma biblioteca universitária a existência de um bibliotecário que domine mais que um catálogo e listagens. Como isso ainda não ocorre cabe aos professores desenvolverem a outra parte do todo: o *por quê fazer*. O elemento mecânico da busca é apenas um dos elementos da pesquisa, cabendo à criatividade um papel fundamental no processo. E ela, infelizmente, não é nenhum dom e nem pode ser adquirida num semestre nem por professores, nem por bibliotecários.

Dentro do *por quê fazer* situa-se a visão que o aluno tem de pesquisa. Por sua vez a idéia de universidade determina os caminhos da pesquisa. Portanto, torna-se imprescindível que os discentes tenham um conceito de universidade e do trabalho universitário para que a ação possa ter compatibilidade com a visão. O sentido que um aluno encontra num levantamento de informações está ligado ao sentido que um determinado curso ou disciplina tem para ele. O levantamento bibliográfico existe em função de um interesse e este deve situar-se no conceito que ele tem de universidade. Caso contrário haverá contradição.

Educação só existe quando há mudança de comportamento. Se o aluno através da *Orientação Bibliográfica* vai aprender como utilizar alguns dos instrumentos da pesquisa, esses instrumentos devem ser adequados aos objetivos dele como estudante de curso superior. No caso, não é o instrumental que mudará o conceito. Se assim fosse, uma aula de referenciação, num caso extremo, poderia dar consciência política. Portanto, deve a disciplina *Orientação Bibliográfica* discutir o *porquê* também. Assim, e só assim, as técnicas poderão ser entendidas e assimiladas na prática diária como elementos úteis. Caso contrário, a disciplina será um buquê sem graça de inutilidades.

Digitalizado gentilmente por:

5. A ORGANIZAÇÃO DA DISCIPLINA

Orientação Bibliografica em vista de seu caráter de fornecedora de instrumental básico de pesquisa foi programada para o primerio semestre, ou seja, para os alunos que ingressam na Universidade, Escola de Comunicações e Artes. O número de discentes é variável, mas sempre superior a 200. A carga horária disponível é de duas horas semanais para aulas durante 16 semanas.

No primeiro contato com o professor, os alunos já devem ter em mãos um *Roteiro* da disciplina. Nele, todas as etapas do programa estão assinaladas bem como a cronologia prevista, Em cada fase do desenvolvimento do trabalho há indicação bibliográfica específica e informações pertinentes à disciplina na ECA. Esse *Roteiro* permite ao aluno ter uma visão ampla das atividades que deverá desenvolver durante o semestre com todas as datas de antemão estabelecidas. Através das leituras indicadas e das discussões com o professor, os alunos poderão antecipar as tarefas terminando os trabalhos antes do prazo previsto. No entanto, isso raramente ocorre, acontecendo, com freqüência, o oposto.

A primeira aula é reservada para o preenchimento de um formulário onde se pede ao aluno que dê respostas a alguns quesitos, tais como, curso que pretende fazer, como fazia pesquisa no colegial, hábitos de leitura, freqüência à biblioteca e outros. A partir desse questionário preenchido abrem-se pastas, reservando-se uma para cada aluno. Nelas, toda a produção individual é arquivada para ser possível, no final do semestre, fazer avaliação das atividades desenvolvidas. Nessa primeira aula são dadas explicações sobre a disciplina e sobre o desenvolvimento do programa e isso é feito principalmente a partir das perguntas da classe.

A primeira atividade fora da classe, prevista para ser executada em uma semana, é relativa a uma redação sobre o tema: *Conceituar e relacionar Universidade e Pesquisa Científica*. Tal tarefa, que a princípio pode parecer prematura, tem três objetivos: 1) propiciar ao aluno um primeiro contato com o assunto, de absoluto interesse para a disciplina; 2) permitir aos discentes um trabalho com os instrumentos disponíveis para a pesquisa, dando a possibilidade de, em poucas semanas, fazer uma reavaliação do que foi escrito e do processo utilizado; 3) ter o professor oportunidade de conhecer a produção de cada um e procurar, a partir daí, orientar o aluno. Apesar de existir um vestibular que seleciona os prováveis melhores, os mais aptos, existe uma heterogeneidade desconcertante, impedindo que o professor padronize o seu esquema de ensino.

Na segunda aula é feita uma explanação sobre a Biblioteca da Escola de Comunicação e os seus recursos, supondo-se que nela o aluno passará um bom tempo de sua vida escolar, sendo, portanto, importante saber explorar as suas possibilidades. Essa aula precede a segunda atividade prevista no *Roteiro*: a procura na Biblioteca de três livros, duas obras de referência e três títulos de periódico, todos os documentos referentes a um asssunto do interesse do aluno, escolhido de uma lista. E ainda: uma bibliografia e um artigo de periódico de quaisquer assuntos. Dessa forma, o aluno acaba tendo um primeiro conta-

Digitalizado gentilmente por:

to com a Biblioteca, descobrindo que os livros nas estantes estão separados por assunto e que existe um catálogo que pode fornecer muitas indicações. Acaba conhecendo também a seção de referência e o bibliotecário encarregado dela. Os funcionários da Biblioteca nessa ocasião dão uma atenção especial aos alunos, mostrando os possíveis meandros e mistérios de um serviço que para muitos ingressantes é inédito. A partir desse exercício o aluno torna-se mais independente em termos de recolhimento de informações. Assim, o profissional bibliotecário libera-se de atividades que podem e devem ser desempenhadas pelos usuários. De início, para o aluno o processo pode parecer doloroso, com alguns erros e perda de tempo. Posteriormente, a rotina estabelece-se e usar a biblioteca torna-se uma atividade normal.

Deve ser destacado que no *Roteiro* há um guia sucinto da Biblioteca, fornecendo um quadro onde em quatro colunas são indicados: 1) tipo de material disponível na Biblioteca; 2) se é emprestado; 3) em que área da Biblioteca está localizado e como chegar às informações; 4) se é emprestado. O quadro, entre outras, tem a função de indicar coleções que não são usadas com freqüência, como recortes de jornais, discos, slides e outros.

O aluno ao fazer o levantamento bibliográfico (referente ao exercício) e transcrevê-lo, normalmente não o fará dentro das normas de referenciação. Isso, no início das atividades, não é motivo de preocupação, pois fixar-se nos aspectos formais poderia caracterizar-se como um desvio do essencial. As normas devem aparecer como uma necessidade (que o próprio aluno percebe) e nunca como imposição.

Essa tarefa na Biblioteca acaba levantando alguns problemas. De início são apontados os problemas próprios do trabalho e as prováveis soluções para superá-los. Naturalmente as discussões encaminham-se para o papel da biblioteca dentro das instituições de ensino e a sua função relacionada à pesquisa. Aí acentua-se a importância do usuário não apenas como usufruidor dos prováveis benefícios das bibliotecas, mas também como um agente que atua sobre elas, sugerindo, pedindo e, muitas vezes, exigindo, melhores condições.

5.1. A eleição de um problema

Depois do reconhecimento da Biblioteca e suas possibilidades, o aluno inicia a terceira tarefa: a escolha de um tema para a pesquisa. Supondo-se que a localização de livros, revistas e outros documentos não oferece maiores dificuldades, cabe ao discente, a partir de um interesse pessoal, buscar informações sobre algum problema que lhe seja particularmente interessante. Alguns alunos fazem isso em poucos dias, outros demoram semanas e uma parte significativa não supera a dificuldade durante o semestre. É, portanto, a escolha do tema uma das mais difíceis barreiras que os discentes encontram na disciplina. E tão complexa que a pergunta pode ser feita: por que o aluno escolhe o tema? Em primeiro lugar, supõe-se que a escolha livre permitirá um interesse maior pela pesquisa. Além disso, a liberdade de escolher permite opções que exigem uma pré-avaliação. Por exemplo, se o aluno estiver interessado em estudar as raízes ideológicas do nacionalismo musical brasileiro caberia a ele, antes de tudo, constatar a

Digitalizado gentilmente por:

existência ou não de material bibliográfico; estabelecer o interesse específico dentro do prazo disponível; descobrir se as bases informativas e teóricas não superam as condições do pesquisador no momento; perceber se há possibilidade de conclusão ou se o assunto é resistente a isso. Enfim, uma série de reflexão deve ser feita sobre um assunto em pauta. Depois dos testes preliminares ele é discutido com o professor. Nessa altura o aluno já deve ter um certo controle bibliográfico e ter lido o mínimo que lhe permita, pelo menos, expor o assunto. Aqui, com freqüência, surge um obstáculo: o discente, em grande parte, tem dificuldade em fazer a mais simples opção que, posteriormente, daria a direção do levantamento bibliográfico e das primeiras leituras. Isso, sem dúvida, deve ser atribuído a um sistema de ensino que impõe ao aluno o saber como uma obrigação. Ele é conduzido pelo professor-pai: autoridade. Quando surge a liberdade de escolha a tarefa torna-se mais complexa do que se fosse vítima de uma imposição. Normalmente, o aluno traz assuntos amplos dos quais poderia fazer um resumo, a partir dos manuais. E o resumo, apesar de ser uma constante no colegial, não é o que se indica para o trabalho universitário. Outras vezes, o aluno surge com assuntos esdrúxulos, inviáveis. Em todos os casos, cabe ao professor discutir com ele, ou então, encaminhar, para quem possa dialogar sobre o tema com mais segurança. Normalmente, os assuntos apresentados estão no âmbito do conhecimento do professor para poder discuti-los. E de qualquer forma cabe ao docente capacitar-se a manter um diálogo.

O não saber escolher o assunto é uma situação freqüente e complexa. Muitos alunos pedem para o professor que imponha um tema, repetindo, mais uma vez, a prática de todo o ensino anterior. Dentro de um tema imposto o aluno tem maiores possibilidades de eximir-se da obrigação de apresentar um bom trabalho. A imposição torna-se um álibi para justificar a mediocridade. Sendo livre a escolha a responsabilidade passa a ser maior para o aluno e, nesse sentido, o aproveitamento superará o ritual das obrigações cumpridas.

Uma tendência que se observa nos discentes, como foi dito, é a opção por assuntos que não permitem ir além de um resumo. Isso resulta num trabalho mais braçal do que intelectual. Algumas leituras são feitas e, simultaneamente, os respectivos resumos. Após isso, de acordo com a capacidade redacional do aluno, o texto é articulado, resultando um produto que, sem dúvida, revela o que o aluno leu, mas não o que ele pensa. É fundamental que os discentes tenham, além de uma autonomia intelectual, alguma imaginação. Sem ela a pesquisa poderá reduzir-se a uma monótona e exaustiva busca de dados que não serão combinados. Um recurso que permite estabelecer a pesquisa como uma procura de resposta é solicitar que o título seja feito em forma de pergunta.

Em relação ao tema recomenda-se ao aluno que permaneça, de preferência, na área de comunicações e artes e que utilize a pesquisa para outra disciplina do semestre, fazendo apenas um trabalho para dois professores.

Deve ser ressaltado que a escolha de assunto implica, antes de tudo, no levantamento bibliográfico, seguido pelas primeiras leituras. Nesse sentido, a classe é orientada: onde fazer,

Digitalizado gentilmente por:

quais os instrumentos disponíveis e as mais freqüentes dificuldades encontradas. Se o aluno não conseguir uma bibliografia básica para o seu trabalho deverá, ou mudar de tema ou rever as suas técnicas de busca. Como os casos variam de acordo com a particularidade do assunto e análise torna-se imprescindível a orientação individual. Muitas vezes é preciso que o professor mostre na prática, na biblioteca, como os levantamentos devem ser efetuados. Só a consulta ao catálogo de assunto, como é, normalmente, recomendada em aula, não é suficiente, pois ele, quase sempre, é tosco, ocultando informações e conduzindo a outras inadequadas. Em alguns casos, o catálogo de assunto é mudo quando a biblioteca é rica e isso pode ser um estímulo ao desânimo do aluno. A superação do problema situa-se em outras possibilidades como o estabelecimento de palavras-chaves, aquelas que servirão de guia para o levantamento, principalmente nas estantes através de uma localização propiciada pela classificação decimal. Esse contato direto com os textos, o exame do sumário e mesmo uma leitura rápida de partes são passos significativos que propiciarão ao aluno um ajuste maior em relação ao assunto escolhido. São estabelecidas as possíveis ramificações e desdobramentos do tema, tornando-se assim, uma área na qual o trânsito torna-se mais fácil. Se o discente não consegue explicar o seu tema, ele não colheu informações suficientes.

A aproximação entre o aluno e um aparato bibliográfico mais completo depende das reações e rendimentos dele. Se, por exemplo, existem problemas para dominar um catálogo de assunto, dificilmente o discente encontrará um lugar para o *Sociological Abstracts* em sua investigação. É possível que ele o conheça através de uma aula expositiva e até com demonstrações, mas é impossível que use se isso não lhe parecer necessário.

No período da escolha de assunto, durante uma aula, alguns alunos são convidados a fazer uma exposição relativa ao tema. Isso permite um conhecimento por parte da classe, das áreas que estão sendo pesquisadas. Ao lado das perguntas e discussões que o relato pode provocar, estabelece-se uma possibilidade de intercâmbio de referências. Essa heterogeneidade de interesses rompe com o esquema das grandes tarefas coletivas deflagradas pelo professor e executada pelos alunos. Discutir os assuntos (e cada um tem o seu) pode não levar às incursões profundas que um único tema analisado pela classe levaria, mas oferece a oportunidade de ver a complexidade dos problemas que a ciência oferece num salutar exercício de aprender o que não se sabe.

5.2. A proposta refletida

Após o levantamento bibliográfico e as primeiras leituras, o aluno deverá estar em condições de apresentar uma proposta. Esta, mesmo reduzida à sua expressão mais simples, passa a ser um obstáculo. Pede-se apenas a especificação sucinta do problema e a bibliografia básica. Para o aluno é o momento em que as suas reflexões devem transformar-se em palavras e frases e isso quase sempre é difícil porque ou o aluno tem pouco conhecimento da área escolhida ou tem os habituais problemas com redação, não conseguindo comunicar as suas idéias através da escrita. Não é raro encontrar esses dois obstáculos juntos impossibilitando a concretização da proposta. De qualquer forma, os dis-

Digitalizado gentilmente por:

centes recebem o estímulo para o exercício de redigir. Principalmente por se estar numa Escola de Comunicações que forma jornalistas. Saber escrever não deveria ser um objetivo, mas um ponto de partida. No vestibular existe uma redação que permitiria avaliar a habilidade de cada candidato, mas, ao que tudo indica essa prova não seleciona como pretendia. Assim, no momento de transformar as conjecturas num texto para ser discutido e aperfeiçoado os bloqueios aparecem, dando a dimensão da capacidade de cada um.

Deve ser observado que a proposta é, praticamente, a introdução do trabalho escrito. É ela que dará a direção do texto. Portanto, discuti-la propicia a antecipação dos problemas que aparecerão no corpo do trabalho. Além disso, o exercício da discussão leva o aluno a avaliar o seu projeto, identificando os seus pontos fracos e direcionando a investigação no sentido de superá-los.

Concomitante ao aprendizado das técnicas de levantamento bibliográfico desenvolve-se a técnica de anotação de leitura. Anteriormente o aluno copiava trechos de enciclopédias; agora deve recolher as informações, anotando-as em fichas e dando uma classificação a elas para que possam ser organizadas num fichário de assunto. A nova técnica de anotação de leitura (que, inclusive, acaba se opondo às observações marginais no próprio livro tão comuns entre universitários) leva a uma ruptura com a prática antiga. A formação de fichários de anotações como instrumento de trabalho exige uma disciplina dificilmente aceita pelos alunos convenientemente acomodados no papel de tarefeiros que não necessitam de um instrumental mais aprimorado para desenvolverem a criatividade. Em função disso, organizar um fichário de trabalho torna-se algo desnecessário, sem sentido e função. Com freqüência o próprio ensino universitário dá razão ao aluno. No entanto, em muitos casos o experimentar de uma técnica nova pode ser um ovo de Colombo que permitirá melhorar o nível de rendimento das atividades universitárias.

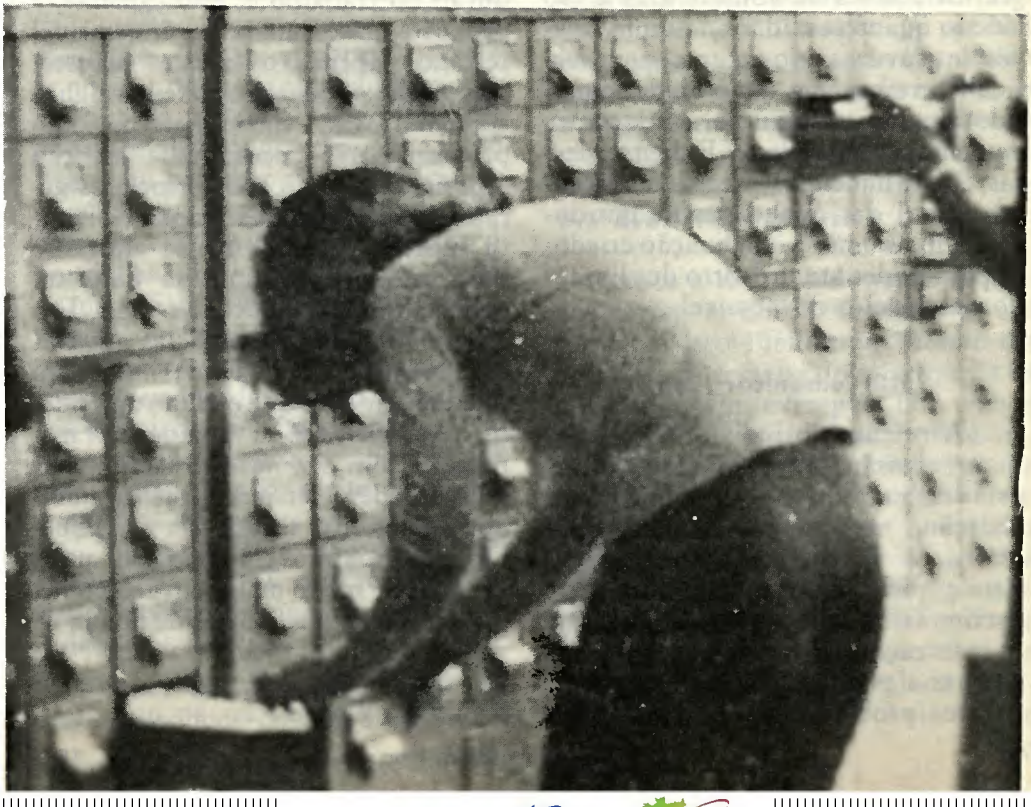
Cabe aqui ressaltar a necessidade da ação: aprende-se fazendo. Uma série de aulas sobre "como fazer anotações de leitura" seria pouco útil. É necessário que os alunos organizem os seus fichários para poderem descobrir o valor que eles têm. Inclusive para criticá-los, sugerindo alterações. De qualquer forma já que os trabalhos da disciplina são sobre as técnicas para a elaboração e comunicação de uma pesquisa, torna-se necessária a discussão dessas técnicas. Se o aluno faz restrições ao que o professor sugere, é importante que o discente demonstre a funcionalidade de seu esquema.

Enquanto desenvolvem as suas pesquisas os alunos têm aulas curtas onde apenas são sugeridas as direções (ampliada pelos livros indicados no *Roteiro* da disciplina). Nessa altura já são possíveis debates mais amplos fundamentados nas tentativas de cada um. Todos estão passando pela experiência do levantamento bibliográfico e logo mostram os problemas que encontram. Por exemplo, pode e deve ser discutida a seleção dos textos. A experiência demonstra que o iniciante nos lavores bibliográficos tem a tendência para recolher tudo que encontrar com o rastelo da inexperiência. Assim, ele junta obras poucamente utilizáveis ou mesmo inúteis. E não será em um semestre que a capacidade de seleção será desenvolvida, que os

Digitalizado gentilmente por:

alunos adquirirão um pente fino que permitirá a separação do joio do trigo. Não existem regras para isso. Apenas alguns princípios gerais são apontados. Cabe depois nas pesquisas que serão desenvolvidas o aprimoramento constante da capacidade de identificar os filões que mais nutrem uma teoria. Dentro desse processo, os primeiros passos serão, realmente, vacilantes. Até os livros inúteis para a pesquisa serão úteis: através das tentativas, de erro e acerto aprende-se a identificar os caminhos inúteis. Isso pode ser exemplificado pelos estudos desenvolvidos na área de Comunicação através da Sociologia: entre algumas das idéias que transitam no setor destacam-se as do franckfurtiano Adorno. No entanto, o aluno passa por vários diluidores das idéias do pensador alemão (muitas vezes nem citado) e só no final do semestre descobre o cerne — se é que chega a descobrir. O exame bibliográfico exige algum cuidado básico para que possa ser evitada uma sinuosidade desgastante. Em todo o caso cabe ao professor discutir isso com os alunos.

Aí pode surgir a pergunta inevitável: o professor deve ser um gênio que sabe de tudo, um conhecedor extraordinário das ciências para poder ser útil aos alunos nas discussões ? A resposta afirmativa faz supor que o professor deva ser um recipiente pleno de saber e o aluno um recipiente vazio à espera da sabedoria dos profissionais do ensino. Essa idéia, infelizmente não muito rara, acaba sendo um obstáculo a um trabalho escolar que exclua a prática da imposição de informações. O professor pode não ser especialista nos caminhos pelos quais o discente envereda, mas ele deve ter uma noção geral que o permita conversar sobre o



Digitalizado gentilmente por:

assunto, fazer indagações. A situação pode parecer inusitada: o discípulo dando explicações ao mestre. Inusitada e altamente saudável, pois o aluno explicando, mostrando, desmontando o seu conjunto de idéias e opções estará capacitado a perceber com maior facilidade as suas falhas, contradições e as áreas obscuras do seu trabalho. A partir disso, é possível corrigir a trajetória. Ao professor, no caso, não cabe a ação paternalista de impor trilhas, mas questionar os caminhos trilhados.

Isso tudo supõe que o professor possa ter condição de dar orientação individual aos discentes, quase um sonho na universidade que se divide em classes de 80, 100 ou mais alunos. No entanto, por mais que isso seja difícil, não se pode submeter uma filosofia de ensino aos erros da política educativa. Dar *Orientação Bibliográfica* através de conferências é tão inócuo quanto estudar anatomia através de gravuras. No entanto, a universidade cresceu em quantidade, tendo sido afetado o que deveria ser o fundamental: a qualidade. E dentro dessas circunstâncias é preciso acrescentar ao rol das qualidades de um docente, mais uma: a imaginação criadora para poder atuar dentro dos limites do desejável e do possível.

5.3 Comunicar Idéia

A orientação individual torna-se mais necessária ainda quando o aluno está elaborando o seu esquema de redação, ou seja, os itens que ele abordará coerentemente distribuídos. Este esquema deve estar para o texto escrito assim como a planta está para a construção. É fundamental que se discuta a planta (cada uma apresenta os seus problemas), é necessário que ela seja aperfeiçoada porque nada deve estar no limite da perfeição. Cada nova leitura ou discussão deve ser uma oportunidade de reflexão sobre o esquema. Este só é definitivo no instante que precede a redação.

Com o esquema do trabalho (o termo roteiro também é usado) é possível discutir as anotações de leitura. Estas são classificadas por assunto que correspondem aos itens do esquema. Portanto, há uma ligação entre ambas. Caso o aluno não siga essas orientações cabe a ele demonstrar que a técnica que escolheu é a mais adequada. A discussão, no caso, é realizada sobre o material que o aluno apresenta, analisando-se o instrumental de trabalho do qual se serviu.

Após essa etapa resta, depois de todas as leituras feitas, redigir o texto onde são apresentadas as conclusões da pesquisa. Observa-se que a introdução do trabalho é, praticamente, a proposta apresentada anteriormente, restando apenas os ajustes necessários. Sobre a redação são feitos alguns comentários em classe. Esta parte do programa não recebe uma atenção especial. São indicados princípios gerais estabelecidos na disciplina e leitura sobre o assunto. Nessa altura de seus estudos, o aluno já deve ter delineado o seu modo de redigir. Isso é feito sobre as experiências anteriores. Não será através de aula num final de semestre que o aluno aprenderá a redigir. Tentar homogeneizar a redação com dezenas de regras e conselhos poderá ser um elemento inibidor de algumas tendências que poderão, nos próximos trabalhos, ser aproveitadas de modo mais conveniente. O importante é que o aluno dispondo de dados, de um esquema que preveja a distribuição dos dados e, ainda, a segurança em relação ao que dizer,

Digitalizado gentilmente por:

possa redigir um texto que não contenha ambigüidades, passagens confusas, falhas gramaticais, redundâncias. Em suma, o leitor deverá entender com clareza o que o autor quis dizer. O trabalho que se pede deve ter entre cinco e oito páginas, o que permite um cuidado maior na elaboração.

5.4. As Normas

Quanto às formalidades de apresentação o *Roteiro* fornece o essencial, não descendo a detalhes que, talvez, não fossem significativos aos alunos. Muitas normas não se explicariam num primeiro semestre e, portanto, exigir o cumprimento seria contraproducente. Se não for possível explicar o porquê das regras é imprescindível que se tolere a quebra delas. O importante é preservar o mínimo essencial para que no futuro os desdobramentos dele levem ao cumprimento consciente das exigências de documentação. É mais importante aceitar as normas como imprescindíveis, mesmo não empregando-as corretamente, que normalizar tudo como uma imposição sem perceber a importância disso. Ou seja, desenvolve-se mais uma reflexão em torno da necessidade de normalizar do que sobre as próprias normas. Estas são apresentadas através de um modelo esquemático. Os complementos, de acordo com as necessidades dos alunos, são dados através de orientação individual. Cabe ao discente apresentar um modelo melhor caso ele não aceite o modelo proposto. As regras são discutíveis. Isso, provavelmente, não decretará a falência da ABNT que tem funções mais importantes que horrorizar pesquisadores neófitos.

Cabe aqui uma observação: um dos estereótipos de bibliotecário é o do profissional regrado acima de tudo, vestal que preserva com grande fidelidade todos os mandamentos. Tudo está codificado e a função mais importante é cumprir o decálogo. Há uma postura maniqueísta, exacerbando o corte rígido entre os fiéis e os desregrados. Existem motivos que formaram esta imagem deformadora. Não se nega aqui a necessidade das normas em hipótese alguma. Isso é fundamental, mas não é o suficiente. A eficiência de um profissional não se mede pela capacidade de cumprir todas as regras. Isso é uma parte. No caso da *Orientação Bibliográfica* o professor-bibliotecário deve procurar desenvolver o senso crítico dos alunos e isso não será conseguido através de imposições. Se no caso de uma referência bibliográfica o aluno, na segunda linha, não começar sob a quarta letra tal fato não deverá abalar a segurança do professor. É apenas mais um motivo de discussão. É através dela que os melhores caminhos serão estabelecidos. Ao que tudo indica, as normas foram construídas sobre o bom senso.

5.5 Avaliar o Processo e o Produto

Após a redação do texto os alunos entregam dois exemplares de seu trabalho. Isso é feito num mesmo dia na primeira semana do quarto mês de atividades. Um exemplar fica com o professor e o outro vai para a Biblioteca da instituição. E aí inicia-se a etapa mais importante da disciplina: a avaliação. É o momento em que todos analisam o que foi feito. Isso não deve ser feito pelo Supremo Juiz, o professor, numa espécie de Juízo Final que absolve ou condena o aluno. Após a entrega dos textos a atividade continua num exercício fundamental de

Digitalizado gentilmente por:

crítica. Os trabalhos na Biblioteca são lidos pelos alunos após prévia indicação: durante três ou quatro semanas cabe ao discente ler e avaliar os seis ou oito trabalhos que lhe foram indicados. Essa indicação é feita, na medida do possível, de acordo com a área de interesse do aluno. A avaliação é realizada sobre as sugestões em itens apresentadas no *Roteiro* de acordo com os propósitos da disciplina.

As últimas aulas são reservadas para as discussões que se organizam a partir de um breve relato do autor escolhido sobre a sua pesquisa, seguida pela avaliação oral dos alunos que leram aquele texto. O autor recebe as críticas e responde, estabelecendo-se, quase sempre, uma produtiva discussão em torno do trabalho. Deve ser notado que a discussão do produto final, ou seja, o texto escrito, envolve a discussão do processo. A disciplina refere-se, basicamente, ao processo, ainda que se chegue ao produto. Este está em função daquele. Por exemplo, durante as avaliações em classe pode ser feita crítica relativa à bibliografia. Nesse caso, cabe ao autor justificar a sua bibliografia. E nessa oportunidade os problemas específicos do levantamento bibliográfico poderão surgir e, agora, dentro de uma perspectiva pouco teórica e muito prática.

Com muita freqüência as discussões tornam-se emotivas, confusas, com a participação de alunos que não leram o trabalho, mas que entendem ser importante opinar. A causa das dificuldades nos debates deve ser atribuída à falta de experiência anterior. O aluno, muitas vezes, não aceita que o seu trabalho seja devassado e, com freqüência, asperamente; ao crítico que nunca fez exercícios de análise uma avaliação involuntariamente áspera pode provocar algum constrangimento. Por outro lado, a timidez resulta em críticas inócuas. As últimas aulas produzem discussão, produtiva ou não, mas sempre um instante raro em que os alunos e o professor têm a possibilidade de avaliar abertamente o trabalho de cada um.

Cabe destacar uma postura não rara no discente: ele chega a admitir o desejo de não ser lido e, muitas, nem acredita que o professor leia o seu trabalho. Quando se estabelece a discussão (entre meia hora a uma hora — de dois a quatro trabalhos por aula) o texto do aluno adquire uma outra dimensão, dimensão que, talvez, ele próprio nunca tenha dado. Em poucos minutos ele acaba fazendo uma auto-avaliação provavelmente mais produtiva que as etapas anteriores. E aqueles que não tiveram os seus textos discutidos, em silêncio, estarão criticando a sua própria produção.

Além dos debates em classe há uma avaliação escrita e a discussão individual. A partir de anotações nas margens, realizadas durante a leitura, o professor discute com o aluno o texto entregue, observando tudo que lhe pareça pertinente, de erros gramaticais aos problemas de conteúdo. Nessa oportunidade questiona-se o uso das normas de apresentação, mostrando-as integradas num conjunto maior. E, se for o caso, o aluno, mais ciente da importância daquilo que ele julgava filigranas inúteis, refaz as partes que destoam do conjunto.

A avaliação é feita pelo salto qualitativo do aluno. O importante é dimensionar a mudança no discente. A heterogeneidade da classe impede que se avalia em termos absolutos. E por ser necessário atribuir a cada trabalho uma nota que vai de 0 a 10, procura-se dar os números mais altos aos melhores, mas sem esquecer que a

Digitalizado gentilmente por:

relatividade pode-ser um critério de justiça.

6. PERSPECTIVAS

A disciplina *Orientação Bibliográfica*, ministrada durante um semestre (30 horas) com as dificuldades normais de quem rompe com o esquema típico do estudante brasileiro (o indivíduo que na escola é reduzido a um emérito e privilegiado cumpridor de deveres), ao seu final, no mês reservado às avaliações, junta os seus cacos e mostra uma nova dimensão do trabalho de pesquisa. No transcorrer das atividades a fragmentação é evidente. Os discentes não compreendem com facilidade os objetivos da disciplina. E por mais que se reitere, só mesmo a prática conduzirá a uma visão mais clara de pesquisa. Todas as partes desarticuladas aparentemente passam a ter uma nova dimensão quando o conjunto se esboça. O levantamento bibliográfico, por exemplo, adquirirá uma importância fundamental quando o aluno perceber que se ele não for feito com rigor a pesquisa estará comprometida. E assim, todas as outras etapas, progressivamente, vão-se juntando, estabelecendo-se, então, o arcabouço de uma rotina básica de qualquer pesquisador.

Há uma seqüência lógica, de etapas no transcorrer das atividades que vai da escolha do assunto à avaliação dos trabalhos. Esses passos são distribuídos pelo semestre. É fundamental que os discentes executem os trabalhos no período previsto para que seja evitado o acúmulo de tarefas e a consequente impossibilidade de executá-las bem. Uma série de fatores interfere no desenvolvimento normal das etapas. Um pode ser atribuído à falta de disciplina de trabalho; um outro é a ausência de imposição tipo prova ou seminário; um terceiro fator pode ser atribuído à transferência da responsabilidade de conduzir os trabalhos aos próprios alunos. Esses fatores e outros acabam levando a um alto índice de desistência. Na medida em que o aluno se permite não acompanhar o processo surge o inevitável congestionamento e o receio de não conseguir apresentar um trabalho bom dentro dos padrões de cada um (alias, um receio justificável). As alegações mais freqüentes para a desistência referem-se ao atraso da escolha do assunto; à perda de controle de tempo por ocasião das leituras; ao desejo de apresentar um trabalho melhor; ao não entendimento dos objetivos da disciplina.

A desistência, ou seja, a reprovação, acaba gerando controvérsias, menos pelos alunos e mais por outros setores. A proposta da *Orientação Bibliográfica* não se situa exatamente dentro da faixa habitual de atividades escolares, ou seja, dentro da sequência tradicional de aulas expositivas, seminários, provas, trabalho de grupo. O fato de cada aluno trabalhar por conta própria (ainda que possa contar com a colaboração de outras pessoas), escolhendo um assunto de seu interesse, acaba sendo um obstáculo pois ele não está habituado a esta inversão. Afinal, foi sempre o professor que impôs e o aluno cumpriu. Agora, o docente é um orientador. A criação é do aluno.

Uma pergunta que deve ser feita aqui é se cabe à Universidade suprir toda a deficiência de organização intelectual estimulada pelo ensino anterior a ela. Antes de partir para conjecturas, de balançar entre o sim e o não,

Digitalizado gentilmente por:

vale a pena ressaltar que mesmo cabendo à Universidade esta tarefa recuperadora, seria impossível executá-la. É inexeqüível em 30 horas dar uma nova diretiva de trabalho intelectual aos discentes, diretiva que foi formada desde a escola primária. Normalmente ocorre que o aluno sai da Universidade como entrou, apenas com uns salpicos de erudição, o diploma e o *status*. Em alguns casos, ao lado disso, ele adquire uma prática rotineira que vai ser exercida pelo resto da vida. A formação que permite ao aluno a análise e a crítica é mais rara.

Dentro dessa visão pessimista a *Orientação Bibliográfica* procura ser uma possibilidade de reflexão, uma forma de avaliar o que foi feito e o que poderá ser realizado pelo menos durante os quatro anos em que os alunos permanecem à sombra da Universidade. A porcentagem de discentes que aproveita a experiência é reduzida. E por aproveitar entende-se, aqui, a mudança de comportamento em relação às atividades como universitário, ainda que isso seja difícil numa situação globalmente falha. No entanto, a minoria que aproveita integralmente justifica a continuidade do trabalho.

No *Roteiro* são citados, basicamente, os seguintes textos que complementam as aulas expositivas:

ASTI VERA, Armando. *Metodologia da pesquisa científica*. Porto Alegre, Globo, 1973.

SALOMON, Décio V. *Como fazer uma monografia*. 2. ed. Belo Horizonte Interlivros, 1972.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na Universidade*. 2. ed. São Paulo, Cortez e Moraes, 1976.

Digitalizado gentilmente por:

Resumos: subsídios para sua elaboração

Neusa Dias de Macedo*
Maria de Fátima G. Moreira**

Dificuldades na elaboração de resumos levam professores do Deptº de Biblioteconomia e Documentação da ECA/UPS a realizar estudo experimental visando ao estabelecimento de diretrizes e técnicas de procedimento com a finalidade de treinamento de seus alunos. Apresenta princípios gerais conforme diretrizes e normas do Comitê FID/ICSU/FIAB/ISO e ABNT, MLA e tradição corrente. Instrumental proposto se baseia no princípio de que o resumo é síntese do texto científico e, portanto, suas estruturas informacionais significativas devem ser respeitadas. Exemplifica instrumental dentro do seguinte esquema: o problema da hipótese, modo de tratamento do problema, argumentos, solução do problema e conclusão. Ilustra o registro de informações em formulário próprio.

1. INTRODUÇÃO

O bibliotecário brasileiro está sendo solicitado para tarefas que exigem perfeito domínio de análise da informação. Nos institutos de pesquisa, nos departamentos universitários e empresas privadas em diversas áreas, ele está à testa de serviços conjuntos de documentação e editoração onde não só emite instruções como elabora resumos para a publicação dos documentos técnicos e fontes de informação da instituição.

Não cabe aqui discutir se o especialista da literatura de uma área seja a única pessoa capacitada a elaborar resumos. Ocorre que, no mercado de trabalho, particularmente em São Paulo, há uma situação de fato, e por que não dizer de direito, onde este profissional está atuando na área especializada por força do contexto. Na verdade, tanto o bibliotecário mais experimentado como o recém-formado, está encontrando dificuldades nessas atividades.

As normas existentes para tal finalidade são apenas indicativas e carentes de exemplificação. Nas escolas, mais precisamente na área específica da documentação, não está sendo levado a cabo um treinamento adequado para habilitar o estudante a elaborar resumos com segurança, bem como não existe uma programação conjunta das diversas disciplinas no sentido de reforçar essa habilitação.

Com base à importância da vei-

*Licenciada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP; Mestre em Biblioteconomia pela Catholic University of America, USA; Professora de Bibliografia e Referência do Depto. de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP.
**Bacharel em Lingüística pela UNICAMP e Professora de Informática do Depto. de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP.

Digitalizado gentilmente por:

culação do resumo para a disseminação da informação, tanto no que diz respeito ao resumo como parte estrutural de uma publicação, quanto como fonte de informação, e lembrando as dificuldades dos resumidores, o Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP vem dando particular atenção ao treinamento dos seus alunos.

Em estudo experimental, alguns professores estão empenhados no estabelecimento de diretrizes para elaboração de resumos com o objetivo de proporcionar ao futuro bibliotecário o instrumental necessário para a análise da informação. Para tanto, foi escolhida a área de ciências sociais e humanidades por ser mais acessível aos estudantes e também mais propícia à aquisição de uma técnica de trabalho. Na verdade, a área científica já dispõe de melhor "know-how" sobre a transferência dos elementos do texto original para o resumo, pressupondo-se a competente especialização do resumidor.

Embora essa experiência se encontre em estágio inicial, deseja-se apresentar alguns pontos fundamentais desse tema, com o intuito de se obter um aprimoramento do instrumental. Os elementos estudados no presente trabalho são ainda insuficientes para o tratamento de todos os textos da área indicada acima, mas tentam estabelecer diretrizes bastante gerais. Por essas razões, pretende-se ainda complementar as informações apresentadas neste trabalho.

Tendo em vista uma intenção didática apresenta-se, inicialmente, um levantamento dos principais pontos das normas do Comitê FID/ICSU/IFLA/ISO[6], da ABNT[1], da MLA[5] e dos princípios tradicionalmente aceitos a fim de servirem de ponto de apoio aos iniciantes na atividade de elaboração de resumos.

Com o fim de ilustrar a sistemática empregada, embora não se possa fazê-lo amplamente, apresenta-se um exemplo de resumo feito em classe e no qual se empregou a metodologia indicada no item 2. Recomenda-se aos interessados localizar e ler o texto original que serviu de base ao exemplo[7]. Também, inclui-se um modelo de formulário, organizado pelo Prof. Alfredo Américo Hamar, que tem a finalidade de servir de folha de registros para o resumidor assentar as informações (figura 1). Estas, posteriormente, servirão de base para organizar a imagem definitiva do documento, ou seja, a referência bibliográfica seguida do resumo, das palavras-chave e de outros códigos de controle. (Figura 2).

2 — PRINCÍPIOS GERAIS

2.1 — Considerações preliminares

Há que se distinguir, inicialmente, os "resumos do autor" e as "análises bibliográficas".

Os resumos do autor são adendos a uma publicação como livro, tese, relatório, artigos de periódicos, etc. A NB-88/63 da ABNT faz distinções entre sinopse (*resumé d'auteur, synopsis ou summary*) e resumo (*analyse, abstract*). A primeira se localiza no início do texto, devendo ser redigida pelo autor ou pelo editor e recomendando-se que seja traduzida; nesse caso, a tradução é inserida no fim. O segundo, antecedido pela referência bibliográfica, se localiza no fim, sendo freqüentemente redigido por outra pessoa que não o autor. Tudo parece indicar que a primeira é um tipo de

Digitalizado gentilmente por:

resumo indicativo e o segundo um resumo informativo. Correntemente, não está havendo mais distinções entre sinopse e resumo. Para artigos de periódicos, costuma-se apresentar, no início, um resumo em português e, no fim, um resumo em inglês. Algumas revistas têm apresentado, em conjunto, os resumos de todos os artigos, no fim; outras, usam esse mesmo sistema, somente que dispõem os resumos em fichas picotadas. O Grupo Biomédico da Associação Paulista de Bibliotecários em suas "Normas para Editoração de Periódicos Técnico-Científicos" propõe para a apresentação dos artigos científicos, um resumo inicial, antecedido pela referência bibliográfica e seguido dos unitermos; e outro em inglês, no fim, antes das referências bibliográficas.

Para outros tipos de publicações, a preferência é pelo uso do resumo final em português e inglês.

Depreende-se disso que não existe um consenso comum no uso dos resumos e sua terminologia é conflitante. No caso das análises bibliográficas, que são fontes secundárias especialmente dedicadas ao serviço de resumos, a nomenclatura é variada. Os "abstracts" passaram para língua portuguesa sob vários nomes: resumos correntes, resumos analíticos, boletins de resumos, análises bibliográficas, etc.

Se de um lado, é preciso que se conscientizem e se instruam autores e editores para a elaboração e emprego dos resumos, mostrando-lhes a importância dos mesmos para a aceleração dos serviços de indexação e eficiência da informação científica, de outro lado, é preciso que os órgãos competentes no campo da documentação e/ou os especialistas na matéria elaborem instruções mais pormenorizadas e com ampla exemplificação, bem como se fixe a terminologia.

Se os autores fossem conscientizados para os problemas e estrangulamentos que causam a inadequada veiculação da informação, por certo escolheriam títulos explícitos e coincidentes com o conteúdo do texto. Desta forma, o trabalho do resumidor em determinar o assunto preciso do texto já seria facilitado.

Há que se distinguir, também, os tipos de resumos e indicar a preferência.

Os resumos *informativos*, como preconizados neste trabalho, são os mais convenientes porque contêm informações suficientes que permitem dispensar a leitura do original. É uma forma concisa e objetiva da informação relevante do texto original.

Os resumos *indicativos*, atendo-se aos tópicos (capítulos, seções) mais importantes do texto, informam sobre o assunto e o escopo do mesmo e têm por fim ajudar o leitor a ler ou deixar de ler o original. Relatórios, resenhas, bibliografias, são tipos de textos para os quais se recomendam utilizar o resumo indicativo.

Os resumos *críticos* são os que contém juízos de valores, ou melhor, o resumidor interfere no mérito da obra formulando julgamentos sobre ela. Geralmente, a conseqüência desse tipo de resumo é o natural revide dos autores do texto original, provocando desentendimentos por vezes desnecessários. Na verdade, não é função do resumo emitir juízo crítico. Num caso ou outro, como por exemplo, em bibliografias seletivas ou para fins didáticos ou especialmente destinadas a público infanto-juvenil, usa-se um tipo de critério valorativo para as obras incluídas. Através de alguma codificação, uma obra pode ser "reco-

Digitalizado gentilmente por:

mendável" (x) "não recomendável" (o).

Allen Kent, eminente especialista em questões de recuperação de informação, identifica três diferentes tipos de resumo: tradicionais, sumários e estilização. Por exemplo, nos resumos tradicionais ele distingue a) o de estilo literário que equivale ao descritivo ou indicativo e b) o tipo informativo [3].

Como existe alguma confusão, entre estudantes, para o significado da *resenha, recensão e resumo*, convém tentar algum esclarecimento. Na tradição das Letras, resenha é um esboço descritivo e conciso das partes relevantes da publicação, posicionando-a no contexto da área e identificando seu autor. Tem o fim de destacar as obras recém-publicadas na literatura de uma especialidade. (Para maiores esclarecimentos ver o "Roteiro para Elaboração de Resenhas" desta revista). Recensão equivale a uma resenha de caráter crítico. No uso corrente, há confusões e se usam indiscriminadamente ambos os termos para fins diferentes.

As normas preconizam que se destaque o que há de novo nos fatos, idéias, interpretações ou argumentos apresentados pelo (s) autor (es), bem como nas conclusões ou resultados que deles forem tirados. Em se tratando de treinar estudantes, ainda sem especialização, portanto sem possibilidade de discernir sobre o que haja de novo numa área de conhecimento, preferiu-se não dar referencial sobre este ponto. É óbvio que, em se destacando o problema, sua forma de tratamento e sua solução, os fatos novos serão reconhecidos pelo leitor que conhecer o campo.

2.2 — Redação e estilo do resumo

Sem ser obscuro e hermético, o resumo deve ser o mais conciso e objetivo possível. Informações já incluídas no título não devem ser repetidas, omitindo-se os comentários periféricos, verdades e fatos por demais conhecidos e generalizados (por ex: O Romantismo floresceu no séc. XIX).

Não deve consistir de um amontoado de sentenças desconexas, cada uma referindo-se a um tópico separado, nem de sentenças que só incluam o próprio título do parágrafo. Tem de ser compreensível por si próprio para não haver necessidade de se reportar ao original.

As sentenças devem ser variadas na sua extensão para evitar o efeito desagradável de um rosário de frases curtas e entrecortadas. Ser conciso, sem ser telegráfico, não omitindo verbos, conjunções e outras formas de palavras. As contrações inúteis devem ser evitadas. Atentar para não construir sentenças enormes e complexas, cujas cláusulas e frases são empilhadas umas nas outras, numa infeliz tentativa de incluir tudo o que é possível numa única sentença.

Como o resumo está tratando do artigo em questão e do próprio autor, são redundantes expressões tais como: "Neste artigo o autor afirma...", "Etelvina Lima quer propor um currículo mínimo...", etc.

A linguagem do resumo deve traduzir o próprio estilo do texto. Usar verbos ativos tanto quanto possível, porque eles permitem expressões mais diretas. A voz ativa sumaria melhor o conteúdo de um texto, sem parecer que descreve o próprio documento. A voz passiva amolda-se ao tipo de resumo indicativo.

Digitalizado gentilmente por:

Número de referência: 38

CDD - 020.70981
CDU - 02:378.046.4(81)

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES, CBD/USP
Caixa Postal 8191 – São Paulo, SP

Formulário para **"RESUMOS CORRENTES EM COMUNICAÇÕES E ARTES"**
Faça resumos de suas leituras. Assim quando você precisar de informações ou selecionar documentos terá maior facilidade consultando os "RESUMOS".

1. Analista: - Asa Fujino Data: 25/9/1978
2. REFERÊNCIAS
2.1 Autor (es) Vieira,Anna da Soledade & Lima, Etelvina
2.2 Título A pós-graduação em biblioteconomia e a formação de uma liderança nacional
3. NOTAS BIBLIOGRÁFICAS
3.1 Periódico (revista, jornal, boletim etc.): Revista Escola de Biblioteconomia da da UFMG
Lugar de publicação Belo Horizonte Volume 6
Número 2 Páginas de 125 a 135 mês set. ano 1977
3.2 Monografia (livro, tese, relatório etc), indicar os seguintes dados:
Número de edição Lugar de publicação
Casa publicadora (editor)
Ano Nº de páginas Série
Capítulo ou parte da obra: título
Páginas de a Capítulo ou parte nº
4. Local onde existe o documento Biblioteca da ECA/USP (BECA)
5. Assunto (indicar em forma de cabeçalho) Biblioteconomia brasileira: Pós-graduação
6. Palavras-chave (indicar no mínimo 3 e no máximo 8 palavras significativas do assunto)
pós-graduação. Biblioteconomia. Brasil. Bibliotecário. Sociedade. Formação. Liderança. Currículo.
7. Resumo (limite de 250 palavras, no máximo): usar resumo informativo.

Aponta-se desajuste entre bibliotecário e sociedade, cuja origem está na deficiência de sua formação que é, de um lado, desvinculada da realidade social e, por outro, carente de objetivos educacionais. Assim, a reformulação do currículo deve ser precedida de um estudo das necessidades reais do país e suas projeções para o futuro, cabendo a cada escola ampliar o currículom mínimo de acordo com a realidade da região em que se encontra. A longo prazo, a solução parece ser o desenvolvimento de cursos de pós-graduação que vise à formação de uma liderança capaz de desenvolver uma política nacional para o ensino da bibli oteconomia. Sugerem-se duas alternativas para orientar uma política nacional: 1) estabelecimento de quatro centros voltados respectivamente para: a)serviços de usuários; b) bibliografia; c)ciência da informação: d) administração de bibliotecas; 2) criação de centros com um núcleo constituído por disciplinas representativas das áreas identificadas acima e área de concentração em tipos de serviços de transferência de informação, estabelecida de acordo com o mercado regional e recursos bibliográficos e humanos nos locais dos cursos. (6 refs.)

(sendo insuficiente o espaço, completar o texto no verso)

Fig. 1 — Modelo de formulário organizado pelo Prof. Alfredo Américo Hamar e utilizado na ECA/USP para o resumidor registrar as informações do seu trabalho.

Digitalizado gentilmente por:

Como regra geral, tempo e voz não devem dissociar-se dentro do resumo. Referências ao autor devem ser feitas em 3ª pessoa, bem como a linguagem é impessoal, evitando-se "devemos", "apresentamos"... etc.

2.3 — Outros pormenores

Conforme o escopo, isto é, o grupo de usuários a que é destinado o resumo, é preciso ressaltar os pontos que digam respeito direto à especialidade desse usuário.

De maneira geral, não devem conter referências bibliográficas nem citações de texto. No entanto, se houver necessidade dessas referências, observar as normas da ISO (TC-46) ou da ABNT (PN-B-66) e a *World List of Scientific Periodicals*, para a abreviação de títulos de periódicos.

Quanto à extensão, só, excepcionalmente, deve exceder a 250 palavras. Embora, dependendo da extensão do original e da sua natureza, o resumo possa ser maior ou menor, deve o resumidor nunca se esquecer que somente é válido destacar as estruturas informacionais significativas do texto original.

O resumo tem de ser conciso porque, uma vez impresso, haverá possibilidade de ser cortado e colado sobre fichas. A Conferência Internacional sobre Análises Documentais Científicas recomendou a reunião de todos os resumos de um mesmo fascículo no verso da capa ou em páginas cujo verso corresponda à publicidade, de forma que se possam cortar e colar sobre fichas sem mutilar as páginas do próprio periódico. Para esse efeito, esses resumos deverão ser impressos com uma mancha de 10 cm, no máximo, a fim de serem colados em fichas de formato 7,5x12,5 cm.

Se de um lado, o resumidor deve destacar tudo que seja de valor sobretudo por causa da indexação; deve, também, provê-lo de termos para essa indexação, facilitando, pois, a tarefa do resumidor das análises bibliográficas.

Em local determinado para esse objetivo, geralmente no fim, devem ser indicadas no mínimo três e no máximo oito palavras significativas do(s) assunto(s) do texto, em ordem decrescente de importância. Ex.: *Comunicação de massa; Literatura. Brasil; Biblioteconomia. Estudantes. Treinamento.*

3. INSTRUMENTAL

O suporte referencial de todo o processo encontra-se na idéia de que o resumo é constituído da redução do texto original, cujas estruturas informacionais significativas são respeitadas, omitindo-se os detalhes menos relevantes. Deve-se, contudo, manter a própria seqüência estrural do texto a ser resumido.

3.1 — O texto científico

O discurso científico pode ser definido como o processo de produção e transferência do saber, postulando para tanto, um sujeito que caminhará do *não saber para o saber.*

Propõe-se, inicialmente, um problema. A seguir, indica-se o modo de tratamento do mesmo, isto é, a análise e solução do problema. Pode-se, assim, isolar um estado inicial — caracterizado por um problema e uma hipótese — e um estado final, onde encontra-se a solução do problema, ou, em outras palavras, a conclusão.

Entre eles há uma transformação, que consiste no fornecimento de qualificações para a aceitação da hipótese. Tal estrutura constitui-se na aquisição de competência por parte do sujeito, permitindo-lhe reter as princi-

Digitalizado gentilmente por:

pais passagens e proporcionando-lhe a formulação de um esquema mínimo de compreensão, que contém as informações particulares do texto e que será o resumo.

3.2 — Conteúdo e apresentação do resumo

Considerando o que foi dito acerca do texto científico, o resumo não se apresenta como simples enumeração dos principais itens desse texto, mas deve expressar concisamente a relação entre o objetivo do autor e as discussões que conduzirão à conclusão. Portanto, o resumo constitui uma mensagem completa, inteligível por si mesma.

Partindo disso, entende-se que um resumo adequado deve conter a seguinte estrutura informacional:

3.2.1. — *Proposição do problema específico tratado pelo texto*, ignorando-se as informações secundárias. O problema específico é aquele para o qual o autor apresentará solução através da análise.

Em textos mal elaborados, não há apresentação do problema. Mas quando houver, tanto o problema como suas justificativas deverão ser colocadas em relevo no resumo.

3.2.2. — *Apresentação da forma de tratamento do problema*, discriminando-se os seus principais elementos, principalmente a metodologia empregada. Quando se mencionam novos métodos, há que indicar o princípio básico em que se apóiam seu campo de aplicação e o grau de exatidão dos resultados.

Os elementos ressaltados nos itens 3.2.1 e 3.2.2 constituem em conjunto a apresentação em si do objetivo do texto.

3.2.3. — *Apresentação dos principais argumentos* que levarão à comprovação da hipótese, destacando suas linhas essenciais. Convém precisar como são obtidos estes argumentos: análise sucinta ou pormenorizada ou profunda, descrição integral, etc.

3.2.4. — *Apresentação da solução do problema*, ou seja, da conclusão. Destaque especial deve ser dado a esse tópico, na medida em que possibilita ao leitor a avaliação da eficácia e

nº 38

CDD: 020.70981
CDU: 02:378.046.4(81)

VIEIRA, Anna da Soledade & LIMA, Etelvina. A pós-graduação e a formação em Biblioteconomia de uma liderança nacional. R. Esc.Bibliotecon.UFMG, Belo Horizonte, 6(2):125-35,set. 1977.

Aponta-se o desajuste entre bibliotecário e a sociedade, cuja origem está na deficiência de sua formação que é, de um lado, desvinculada da realidade social e, por outro, carente de objetivos educacionais. Assim, a reformulação do currículo deve ser precedida de um estudo das necessidades reais do país e suas projeções para o futuro, cabendo a cada escola ampliar o currículo mínimo de acordo com a realidade da região em que se encontra. A longo prazo, a solução parece ser o desenvolvimento de cursos de pós-graduação que visem à formação de uma liderança capaz de desenvolver uma política nacional para o ensino da biblioteconomia. Sugerem-se duas

(VERSO)

alternativas para orientar uma política nacional: 1 - estabelecimento de quatro cent ros voltados respectivamente para: a) serviços de usuários; b) bibliografia ; c) ciência da informação; d) administração de bibliotecas; 2 - criação de centros com um núcleo constituído por disciplinas representativas das áreas identificadas acima e área de concentração em tipos de serviços de transferência da informação, estabelecida de acordo com o mercado regional e recursos bibliográficos e huma nos nos locais dos cursos. (6 refs.) (AF)

Cab.ass.: Biblioteconomia brasileira: Pós-graduação.

Pal.-chav.: Pós-graduação. Biblioteconomia. Brasil. Bibliotecário. Formação. Liderança. Currículo.

Fig. 2 — Baseando-se nos dados do formulário (Fig. 1), é elaborada a ficha acima com a referência bibliográfica, resumo, palavras-chave e outros códigos de controle.

Digitalizado gentilmente por:

adequação da solução em relação à hipótese formulada.

A seguir, apresenta-se a metodologia da análise inicial do texto para a qual deve-se isolar os itens já citados do seguinte modo:

Problema: A Biblioteconomia ainda não encontrou um ajustamento entre o bibliotecário e a sociedade.

Hipótese: A razão desse desajuste está na deficiência da formação profissional do bibliotecário.

Modo de tratamento: Procura das causas específicas do desajuste de modo a sugerir uma solução adequada.

Argumentos: A Biblioteconomia deve ser compreendida engajada em sua prática, no entanto, no Brasil, importam-se programas de culturas diferentes, o que conduz a um ensino, de um lado, desvinculado da realidade nacional e, de outro, carente de objetivos educacionais. Sendo assim, a reformulação do currículo deve ser precedida de um estudo das necessidades reais do país, bem como de suas projeções para o futuro. Desse modo, cada escola deve ampliar o currículo mínimo, estabelecido pelo Conselho Federal da Educação, de acordo com a realidade da região em que se encontra.

Solução do problema: A longo prazo, a solução parece ser o desenvolvimento de cursos de pós-graduação e a conseqüente formação de uma liderança capaz de desenvolver uma política nacional para o ensino da Biblioteconomia. Sugere duas alternativas para orientar uma política nacional do ensino de Biblioteconomia a nível de pós-graduação: 1) estabelecimento de quatro centros voltados respectivamente para: a) serviços de usuários; b) bibliografia; c) ciência da informação, d) administração de bibliotecas; 2) criação de centros com um núcleo constituído por disciplinas representativas das áreas identificadas acima e área de concentração em tipos de serviços de transferência da informação, estabelecida de acordo com o mercado regional e recursos bibliográficos e humanos nos locais dos cursos.

Esta análise é feita em termos de rascunho e, depois, registrada no formulário apresentado.

Referências bibliográficas

1 — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Sinopses e resumos (NB-88) In: *Normalização da documentação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro,IBBD,1964, p. 45-9.

2 — ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS. Grupo de Bibliotecários Biomédicos. *Normas para editoração de periódicos técnicos-científicos*. São Paulo, 1972.

3 — KENT, Allen. *Manual da recuperação mecânica da informação*. Trad. Beatriz Berrini. São Paulo, Polígono, 1972, p.149-64.

4 — MACEDO, Neusa Dias de. Resumo e indexação de artigos. *Comunicações e Artes*, São Paulo, nº 4:25-32, 1971.

5 — MODERN LANGUAGE ASSOCIATION. *Guidelines for abstracting and indexing scholarly articles*. S.1, s.d. 2 fls.

6 — UNESCO. Guía para la redacción de artículos científicos destinados a la publicación. *Boletim de la Unesco para las bibliotecas*, Paris, 23 (1): 72-7, ene./ Feb. 1969.

7 — VIEIRA, Anna da Soledade & LIMA, Etelvina. A pós-graduação em biblioteconomia e a formação de uma liderança nacional. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 6(2): 125-35, set. 1977.

Siglas: FID: Fédération Internationale de Documentation; ICSU: International Council of Scientific Unions: IFLA: International Federation of Libray Associations; ISO: International Organization for Standardization.

Agradecimentos: Agradecemos ao Prof. Alfredo Américo Hamar ter-nos autorizado divulgar o formulário dos *Resumos Correntes em Comunicações e Artes*, que é o grande suporte deste instrumental. O Prof. Hamar, grande apologista dos resumos no Brasil, é um dos co-participantes do estudo experimental mencionado neste trabalho, tencionando reatar esta matéria em próximo número desta Revista.

Digitalizado gentilmente por:

May Brooking Negrão:

Por uma Biblioteca Pública mais atuante

May Brooking Negrão ingressou em 1971 na Seção de Referência Legislativa da Divisão de Documentação da Prefeitura Municipal de São Paulo, após vários anos de atuação profissional destacada. Em 1975 foi lotada no Departamento de Bibliotecas Públicas. Por sua atuação brilhante na Comissão de Planejamento da nova biblioteca municipal a ser construída na rua Vergueiro, em São Paulo, foi indicada para o cargo de Diretora daquele Departamento, sucedendo à Dª Noemi do Val Penteado. Tendo tomado posse a 27 de junho de 1977, May Brooking Negrão é aqui entrevistada por Beatriz Silva Ferreira para a RBBD e relata as inovações que tem introduzido no Departamento que dirige e que lhe têm valido inúmeros elogios.

RBBD — Quais as atividades inovadoras que estão sendo desenvolvidas no Departamento de Bibliotecas Públicas de São Paulo?

MBN — O Departamento de Bibliotecas Públicas foi criado em janeiro de 1975, como Unidade da também recém-criada Secretaria de Cultura do Município de São Paulo; até essa data, era uma Divisão. O Departamento, na Prefeitura de São Paulo, é unidade orçamentária, o que possibilita maior desenvolvimento.

Desde que assumi a Diretoria do Departamento, os diretores das diversas áreas foram informados sobre as iniciativas de caráter administrativo e em relação à coleção bibliográfica, visando à conquista de usuários em potencial e ao incentivo do hábito de frequentar bibliotecas, mantendo serviços e coleções apropriados. Assim, dentre as medidas de caráter administrativo, posso citar: reuniões mensais com as bibliotecas e de integração de todos os bibliotecários; adoção de métodos gerenciais modernos, com elaboração de manuais de serviços; estabelecimento de rotinas, descrição de fluxo de trabalho, manual do funcionário do Departamento; treinamento dos funcionários no uso de aparelhagem contra incêndios; manutenção de prédios e modernização do mobiliário; criação de salas para estudo em grupos, salas de datilografia e permissão para os leitores entrarem com material de estudo nas bibliotecas.

A propósito do acervo, as seguintes providências foram tomadas: as obras raras foram selecionadas por especialistas e colocadas em segurança na Seção de Obras Raras; os livros recém-lançados e de maior aceitação são imediatamente adquiridos e preparados para circulação; a seção de periódicos mereceu levantamento minucioso, para completar e conservar a coleção; foi realizado um inventário dos livros da biblioteca, com apresentação de relatório circunstanciado so-

Digitalizado gentilmente por:

bre o seu estado; iniciou-se a inclusão de resumos nas fichas catalográficas.

Foi incentivado um programa de divulgação da biblioteca, pois o seu desconhecimento é uma das causas da não freqüência. Imprimiram-se folhetos bem simples, que são constantemente distribuídos, e foram colocadas faixas na cidade, com os dizeres: "Freqüente as Bibliotecas Municipais. Elas são suas!"; "Conheça a biblioteca pública do seu bairro!"; "É tempo de biblioteca, Leia!", etc.

Para o desenvolvimento dos novos serviços, era absolutamente necessária a integração da biblioteca e as diversas comunidades servidas. O Departamento tomou parte na Quinzena de Participação Comunitária, promovida pelo Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo do Estado de São Paulo, seguindo-se uma interação muito boa com as entidades dos bairros: os jornais locais começaram a publicar listas dos novos livros, a divulgar palestras, exposições e tudo o que se relaciona às bibliotecas. Foram feitos entendimentos com as Delegacias Regionais de Ensino, num esforço para melhorar o atendimento ao estudante e listas de livros novos das bibliotecas estão sendo enviadas às escolas.

O programa de música da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, "É tempo de música na biblioteca", é copatrocinado pelo Departamento de Teatro da Secretaria de Cultura, o que tornou possível a sua realização.

Entre os serviços que mereçam especial atenção, destacam-se o de caixas-estantes, que já existia anteriormente, e o voltado para neoleitores e recém-alfabetizados. Foi elaborado o Manual da Caixa-Estante e o Guia do Encarregado, este último destinado aos responsáveis pelas bibliotecas nas diversas comunidades; por sua vez, o serviço de caixas-estantes foi amplamente divulgado nos conjuntos habitacionais, através da colaboração de setores assistenciais do Município, com visitas periódicas da bibliotecária e/ou socióloga.

RBBD — Sabemos que a sua experiência é muito rica. Em que medida suas viagens ao exterior contribuíram para aumentá-la?

MBN — Tive oportunidade de viajar para o Canadá, onde permaneci por mais de três anos em Rochester, cidade que dispõe de um dos melhores sistemas de bibliotecas públicas da América do Norte. Os carros-bibliotecas do bairro onde morei atendiam inclusive a crianças de pouca idade, emprestando-lhes livros, revistas e discos, e proporcionando-lhes sessões de cinema. Havia também um serviço de empréstimo em que os livros eram retirados das bibliotecas-ramais, podendo ser devolvidos numa outra. Na biblioteca central, estavam as reproduções artísticas (quadros e esculturas) para empréstimo.

Posteriormente, participei da Conferência sobre Prédios de Bibliotecas, realizada na Finlândia em 1975, com um programa que incluiu visitas a cidades com os prédios mais modernos de bibliotecas. Visitei também bibliotecas da Dinamarca e da Inglaterra. De volta ao Brasil, fiz uma conferência sobre a viagem, e o relatório respectivo foi publicado no "Boletim Bibliográfico da Biblioteca Municipal Mário de Andrade". Em julho último, estive em Paris, visitando a "Bibliothèque Publique d'Information", do Centre Georges Pompidou, e a Biblioteca Nacional. Depois, participei do curso promovido pelo Conselho Britânico, em Londres, sobre apli-

Digitalizado gentilmente por:

cação de computadores em bibliotecas, com visitas a bibliotecas públicas e universitárias das mais modernas.

RBBD — O seu modelo é próprio ou importado?
MBN — É claro que não se pode prescindir das experiências de outros centros e da orientação do Programa de Bibliotecas do Instituto Nacional do Livro, com a colaboração de bibliotecários experientes no ramo, através de grupos das associações estaduais e da Comissão da FEBAB.

Embora existam bibliotecas que oferecem condições superiores, em países onde a média de livros lidos/habitante é de 13,5/ano, como a Finlândia, o nosso trabalho é o de implantar o hábito de leitura e o de incentivar a freqüência a bibliotecas públicas, onde elas existam, e o de possibilitar a sua criação, onde necessário.

Na conferência de que participei, na Finlândia, comentou-se muito sobre as "Normas" da FIAB e sua validade para os países em desenvolvimento. Verificou-se que elas auxiliam bastante a organização de bibliotecas, apontando diretrizes ou linha de ação. Quanto ao Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública, não há dúvidas sobre os princípios ali contidos.

No último encontro de Bibliotecas Públicas, houve comentários sobre a validade do projeto-piloto da UNESCO para a implantação do sistema de bibliotecas públicas, comparando-o com um possível modelo próprio. Acredito que só após a avaliação dos programas que vêm sendo desenvolvidos haverá uma real verificação.

RBBD — Na sua opinião, como deveria ser a biblioteca pública ideal?
MBN — Seria como a Biblioteca do Centro Georges Pompidou, com 12.000 freqüentadores/dia e uma fabulosa coleção de material audiovisual, ou como a de Broomley, no subúrbio de Londres, que atende a 300.000 habitantes, com uma circulação de 4 milhões de volumes/ano, ou seria como a Biblioteca Pública do Rio Grande do Norte, cujos fichários são caixas de sapatos, mas que leva o livro aos mais necessitados da população?

A biblioteca ideal é a que atende ao público, dentro das suas possibilidades; é a Mário de Andrade de minha adolescência, onde eu ia complementar a biblioteca de minha casa; será também a Biblioteca Vergueiro, com todos os seus novos serviços; é a biblioteca pública descrita por José Carlos de Oliveira em recente artigo do Jornal do Brasil. Lugar aonde se vai por prazer, não por obrigação, e onde se encontra o livro para estudo ou distração e onde os bibliotecários sejam conscientes de sua função social; que saia de suas paredes e leve o livro ao leitor residente nos mais longínquos rincões; que, embora zelando pelo patrimônio público, imponha o mínimo de restrições aos movimentos do leitor, acolhendo-o com dignidade; que possa efetivamente contribuir para o aprimoramento do indivíduo e portanto para o desenvolvimento nacional, como bem demonstrado por Antonio Miranda em sua tese; que procure dispor de material audiovisual, que esteja associada às entidades congêneres e integrada na comunidade servida, que não se esqueça do neoleitor, do imigrante e do migrante acostumado ao linguajar dos livros de sua região; que una seus esforços ao de todas as bibliotecas públicas brasileiras para que o nosso sistema nacional de bibliotecas públicas se torne uma realidade, seguindo o programa proposto pelo INL.

Digitalizado gentilmente por:

Apresentamos a nossos leitores este importante documento relativo à normalização internacional das estatísticas biblioteconômicas.
Ele foi extraído do Boletim da Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas de Portugal (Documenta, *1, nº 1, novembro de 1976). A tradução e o comentário, que aqui reproduzimos, são da autoria do saudoso professor Jorge Peixoto, da Universidade de Coimbra, que também lecionou no Departamento de Biblioteconomia da Universidade de São Paulo.*

Recomendação da UNESCO sobre a Normalização Internacional das Estatísticas Relativas a Bibliotecas.

Tendo em vista a elaboração de estatísticas internacionais, a Conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida na sua 16ª sessão, ocorrida em Paris, de 12 de outubro a 14 de novembro de 1970, recomenda aos Estados membros a aplicação das disposições a seguir indicadas, no respeitante a definições, classificação e apresentação dos dados estatísticos relativos, adotando na forma da lei nacional, ou por outra maneira, medidas destinadas a fazer cumprir nos territórios sob a sua jurisdição as normas e princípios formulados na presente Recomendação.

I — Âmbito e Definições

1. Âmbito: as estatísticas consideradas pela presente recomendação deverão abranger as bibliotecas situadas no país, tal como são definidas no parágrafo 2, alínea (a).

2. Definições: as estatísticas de que trata a presente Recomendação deveriam utilizar as seguintes definições:

a) É considerada como *biblioteca*, qualquer que seja a sua denominação, toda a coleção organizada de livros e publicações periódicas impressas ou de quaisquer outros documentos, em especial gráficos e audiovisuais, assim como os serviços do pessoal que facilite aos leitores a utilização destes documentos com fins informativos, de investigação, de educação ou recreativos.

b) É considerado como:

(i) *Unidade Administrativa* — toda a biblioteca independente ou todo o grupo de bibliotecas que tenham uma mesma direção ou administração única;

Digitalizado gentilmente por:

(ii) *Ponto de Apoio* — (posto de serviço, ponto de serviço), toda a biblioteca que preste serviços aos utentes num local separado, quer seja independente, quer faça parte de um grupo de bibliotecas constitutindo uma Unidade Administrativa. São considerados como *pontos de apoio* as bibliotecas independentes, as bibliotecas centrais; as filiais (tanto fixas como móveis: bibliônibus, bibliotecas de navios, bibliotecas de trens), sempre que sirvam diretamente aos utilizantes. Não se consideram *Pontos de Apoio* os locais de parada dos bibliônibus.

c) É considerado como *acervo* (fundo, coleção) de uma biblioteca o conjunto de documentos postos à disposição dos leitores;

d) É considerado *aquisição anual* o conjunto de documentos oue tenham vindo enriquecer o fundo durante o ano, por compra, por doação, por intercâmbio ou por qualquer outra forma;

e) O termo *impressão* abarca todos os processos de impressão, sejam eles quais forem, exceto a microcospia impressa ("microprinting");

f) Entender-se-á como *publicação periódica* a publicação editada e, série contínua com o mesmo título, a intervalos regulares ou iirregulares durante um período indeterminado, estando numerados consecutivamente os números da série ou datados. Estão compreendidos nesta definição os jornais e as publicacões anuais ou com periodicidade mais espaçada;

g) *Título* é o termo utilizado para designar um documento impresso ou manuscrito, constituindo um todo distinto, quer seja em um ou em vários volumes;

h) *Volume* é a unidade material de documentos impressos ou manuscritos contidos numa encadernação ou brochura;

i) *Utente ou Utilizador da biblioteca* é a pessoa que utiliza os serviços da biblioteca;

j) *Leitor domiciliado inscrito* é a pessoa inscrita numa biblioteca com o fim de poder pedir documentos e utilizá-los fora dela;

k) Consideram-se *despesas ordinárias* os gastos ocasionados pelo funcionamento da biblioteca. A este respeito costumam distinguir-se: (i) *despesas com pessoal:* total gasto com ordenados, subsídios e outras despesas do mesmo gênero: (ii) *despesas com aquisição*: total gasto com os documentos adquiridos pela biblioteca (impressão, manuscritos e audiovisuais);

l) *Despesas de capital* — gastos ocasionados pela aquisição ou aumento de bens fixos, isto é, edifícios, novas construções, ampliações de instalações, material (incluídos o fundo inicial de livros e o mobiliário destinados aos edifícios novos ou ampliados). A este respeito, distinguem-se: (i) *despesas com edifícios):* gastos com a aquisição ou ampliação de terrenos, novos edifícios e ampliação de locais; (ii) *outras despesas de capital*;

m) *Bibliotecário profissional* — toda a pessoa empregada numa biblioteca que tenha adquirido informação geral em biblioteconomia ou em ciência da informação. Essa formação pode havê-la adquirido mediante um ensino técnico ou trabalhando durante um tempo prolongado, sob orientação, numa biblioteca.

Digitalizado gentilmente por:

II — Classificação das Bibliotecas

3. As bibliotecas que respondem a definição da alínea *a* do parágrafo 2 deveriam classificar-se nas categorias e subcategorias seguintes:

a) *Bibliotecas Nacionais*: bibliotecas que, independentemente da sua denominação, são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações impressas no país e que funcionam como bibliotecas de "depósito" em virtude de disposição sobre o depósito legal ou de outras disposições. Normalmente podem desempenhar também algumas das funções seguintes: elaborar uma bibliografia nacional, reunir uma coleção de obras estrangeiras, que também compreenda livros relativos ao próprio país, atuar como centro nacional de informação bibliográfica, compilar catálogos coletivos, publicar a bibliografia nacional retrospectiva. As bibliotecas chamadas "nacionais" que não respondam a esta definição não deveriam classificar-se na categoria de bibliotecas nacionais;

b) *Bibliotecas de Instituições de ensino superior*: bibliotecas dedicadas primordialmente ao serviço dos estudantes e do pessoal docente das universidades e outras instituições de ensino superior. Podem também estar abertas ao público. Convém distinguir entre: (i) Biblioteca Universitária principal ou central, ou um grupo de bibliotecas que podem ter locais distintos mas que dependam de um único diretor; (ii) — as bibliotecas de centros ou de departamentos universitários que não estejam dirigidas ou administradas pela biblioteca universitária principal ou central; (iii) — as bibliotecas de instituições de ensino superior que não formem parte da Universidade;

c) *Outras bibliotecas importantes não especializadas* : bibliotecas não especializadas, de caráter científico ou erudito, que nem são universitárias, nem nacionais, embora possam exercer funções de biblioteca nacional numa área geográfica determinada;

d) *Bibliotecas escolares*: bibliotecas que dependam de instituições de ensino de qualquer categoria abaixo do ensino superior e que, sobretudo, estejam ao serviço dos alunos e professores desses estabelecimentos, embora possam também estar abertas ao público. Os fundos particulares das aulas de uma mesma escola deveriam considerar-se como uma só biblioteca, que se contará como uma unidade administrativa e em ponto de apoio;

e) *Bibliotecas especializadas:* bibliotecas que dependem de uma associação, serviço oficial, parlamento, centro de investigação (excluídos os centros universitários), sociedade erudita, associação profissional, museu, empresa comercial ou industrial, câmara de comércio, etc. ou de qualquer outro organismo, e cujos fundos pertençam na sua maior parte a uma disciplina ou ramo particular, por exemplo: ciências naturais, ciências sociais, agricultura, química, medicina, ciências econômicas, engenharia, direito, história. Convém distinguir: (i) as bibliotecas que proporcionam documentação e serviço a *todas* as pessoas que o solicitam; (ii) as bibliotecas cujos fundos e serviços estão essencialmente destinados a responder às necessidades de informação de sua *clientela particular*, ainda que, em alguns casos, as utilizem especialistas que não pertençam ao organismo que elas dependem.

Digitalizado gentilmente por:

f) *Bibliotecas públicas* (ou populares): bibliotecas que estão, gratuitamente ou por módica quantia, ao serviço da comunidade, especialmente de uma comunidade local ou regional, para atender o público em geral, ou certas categorias de utilizadores, tais como crianças, militares, enfermos de hospitais, presos, operários e empregados. Convém distinguir entre: (i) as bibliotecas públicas *propriamente ditas*, isto é, as bibliotecas financiadas total ou parcialmente pelos poderes públicos (bibliotecas municipais ou regionais); (ii) as bibliotecas financiadas com fundos *privados*.

4. Cada biblioteca deverá figurar só em uma das categorias mencionadas no parágrafo 3, tendo em conta a sua função principal.

5. As bibliotecas escolares e as bibliotecas públicas, consideradas como "unidades administrativas", deveriam classificar-se, além disso, segundo a importância dos seus fundos (só impressos e manuscritos) nos grupos seguintes:

a) bibliotecas públicas: (i) até 2.000 volumes; (ii) de 2.001 até 5.000 volumes; (iii) de 5.001 a 10.000 volumes; (iv) mais de 10.000 volumes.

b) Bibliotecas escolares: (i) até 2.000 volumes; (ii) de 2.000 a 5.000 volumes; (iii) mais de 5.000 volumes.

III — Apresentação dos Dados Estatísticos

6. As estatísticas a que se refere a presente Recomendação deveriam levar-se a cabo a intervalos de três anos. Os dados subministrados deveriam apresentar-se atendendo às disposições mencionadas nos parágrafos 2 a 5. Deveriam assinalar-se as diferenças que existam entre as definições e classificações da presente recomendação e empregadas no respectivo país.

7. Salvo indicação contrária, as estatísticas relativas a bibliotecas deveriam conter os dados que se seguem. Os dados referentes a um período compreenderiam o ano de que se trate e no intervalo entre dois inquéritos sucessivos.

a) *Número de bibliotecas:*
(i) — Unidades administrativas
(ii) — Pontos de serviço: fixos e móveis

b) *População servida:*
(i) — Para bibliotecas públicas, definidas em (i) do ponto *f*, do parágrafo 3, quer dizer, o número total de habitantes das localidades servidas pelas bibliotecas públicas;
(ii) — Por bibliotecas escolares, isto é, o número total de alunos e pessoal docente das escolas de 1° e 2° graus (escolas primárias e secundárias), providas de serviços de bibliotecas escolares;
(iii) — Por bibliotecas de instituições de ensino superior, isto é, o número total de estudantes e pessoal autorizado para utilizar os serviços das bibliotecas universitárias e das bibliotecas das demais instituições de ensino superior.

Digitalizado gentilmente por:

c) *Fundos.* Os dados referentes aos fundos das bibliotecas só deveriam compreender os documentos seguintes postos à disposição dos utentes, concluindo os empréstimos:

(i) — Livros e publicações periódicas: por metro de estantes ocupados e números de volumes;
(ii) — manuscritos, por metros de estantes ocupados e número de volumes;
(iii) — microcópias de livros, publicações periódicas e manuscritos: a) microfilmes: por número de rolos; b) outras microcópias: por número de unidades materiais.

d) *Aquisições.* As estatísticas referentes às aquisições só deveriam ter em conta os documentos seguintes:
(i) — livros: por número de títulos e de volume;
(ii) — manuscritos: por número de unidades catalogadas;
(iii) — microcópias: a) microfilmes: por número de rolos; b) outras microcópias: por número de unidades materiais.

e) *Número de títulos de publicações periódicas em curso*, isto é, o número de títulos recebidos pela biblioteca durante o ano.

f) *Número de leitores domiciliares inscritos:* só deveriam contar-se os indivíduos cuja inscrição é válida para o ano de que se trata. As bibliotecas não deveriam facilitar estes dados.

g) *Número de documentos emprestados e de cópias proporcionadas em substituição do material emprestado.*
(i) — Livros, publicações periódicas e manuscritos emprestados: por número de volumes;
(ii) — cópias facilitadas em substituição de documentos originais: por número de volumes enviados para copiar.

h) *Empréstimos entre bibliotecas do país.* Somente deveriam contar os empréstimos entre unidades administrativas separadas. Documentos emprestados:
(i) — livros, publicações periódicas e manuscritos: por número de volumes;
(ii) — cópias facilitadas em substituição de documentos originais: por número de volumes enviados para copiar.

i) *Empréstimos internacionais entre bibliotecas.* Documentos emprestados a outros países:
(i) — livros, publicações periódicas e manuscritos: por número de volumes;

Digitalizado gentilmente por:

(ii) — cópias facilitadas em substituição de documentos originais: por número de volumes enviados para copiar.

Documentos *recebidos* de outtros países:

(i) — livros, publicações periódicas e manuscritos: por número de volumes;

(ii) — cópias facilitadas em substituição de documentos originais: por número de volumes enviados para copiar.

j) *Fotocópias e outras cópias.* Cópias realizadas pelas bibliotecas para os seus utilizadores (excluídas aquelas que as fazem com as máquinas de copiar instaladas na biblioteca) assim como as destinadas a substituir os documentos emprestados entre as bibliotecas):

(i) — as cópias em papel: por número de folhas;
(ii) — os microfilmes: por número de imagens;
(iii) — as microfichas: por número de unidades materiais.

k) *Gastos ordinários*:
(i) — gastos totais;
(ii) — gastos de pessoal;
(iii) — gastos de aquisições.

l) *Gastos de capital*:
(i) — gastos totais;
(ii) — gastos com edifícios;
(iii) — outros gastos de capital.

m) *Pessoal das bibliotecas*:
(i) — total do pessoal; tempo integral; tempo parcial calculado em equivalência de tempo integral;
(ii) — bibliotecários profissionais titulares de um diploma oficial de biblioteconomia: tempo integral; a tempo parcial calculado em equivalência a tempo integral;
(iii) — bibliotecários profissionais que tenham adquirido uma formação mediante uma completa aprendizagem, sob controle, numa biblioteca; a tempo integral, a tempo parcial, calculado em equivalência com o tempo integral.

—— *NOTA FINAL* ——

No Projeto de Recomendação havia os seguintes desenvolvimentos:

I - ÂMBITO

e) O termo *documento* compreende o conjunto de documentos impressos, manuscritos e audiovisuais.
f) É considerado como *documento impresso* toda a obra impressa, qualquer que seja a denominação (livro, brochura, periódico, jornal, cartas, desdobrável, gravura, carta geográfica, etc...)
g) É considerada como *documento manuscrito* toda a obra escrita manualmente ou datilografada.

Digitalizado gentilmente por:

h) É considerado como *documento audiovisual* todo o documento de coleções não impresso ou manuscrito, tais como filme, microcópia, dispositivo, disco, fita magnética, os quais somente possam reproduzir imagem ou som mediante aparelhos apropriados.

II - *CLASSIFICAÇÃO DE BIBLIOTECAS*

4. As bibliotecas universitárias especializadas, escolares e públicas consideradas como Unidades Administrativas, deverão ser classificadas, segundo a importância das suas coleções, entre os seguintes grupos:

a) *Bibliotecas universitárias, especializadas e públicas:*

(i) — bibliotecas tendo até 250 m de estantes ocupados (até 10.000 volumes);

(ii) — bibliotecas tendo de 250 m a 625 m de estantes ocupadas (10.000-25.000 volumes);

(iii) — bibliotecas tendo de 625 m a 1.250 m de estantes ocupadas (25.000-50.000 volumes);

(iv) — bibliotecas tendo mais de 1.250 m até 2.500 m de estantes ocupadas (50.000-100.000 volumes).

b) *Bibliotecas escolares:*

(i) — bibliotecas tendo até 50m de estantes ocupadas (até 2.000 volumes);

(ii) — bibliotecas tendo 50 m a 125m de estantes ocupadas (2.001-5.000 volumes);

(iii) — bibliotecas tendo de 125m a 250m de estantes ocupadas (5.001-10.000 volumes);

(iv) — bibliotecas tendo de 250m a 625m de estantes ocupadas (10.001-25.000 volumes);

(v) — bibliotecas tendo mais de 625 m de estantes ocupadas (mais de 25.000 volumes).

Tradução de Jorge Peixoto

Digitalizado gentilmente por:

A Respeito da Recomendação da UNESCO

Pela sua Resolução nº 4512, a 15ª Sessão da Unesco resolveu elaborar uma recomendação internacional para os Estados membros sobre a normalização das estatísticas relativas a biblioteca.

Em 10 de julho de 1969, foi apresentado o relatório preliminar do trabalho, COM/MO/6. Em 26 de fevereiro de 1970, estabeleceu-se o relatório definitivo, COM/MO/14, que já havia recebido as críticas de vários países, de acordo com a carta-circular de 16 de julho de 1969, remetida pela Unesco aos Estados membros, que deveriam enviar até 12 de dezembro de 1969 os seus reparos e sugestões. A Bélgica e a Síria entenderam que não havia alterações a fazer. Mas outros 18 Estados, Argentina, Áustria, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Hungria, Irlanda, Israel, Japão, Malásia, Nigéria, Países Baixos, Reino Unido, Romênia, Singapura, Suíça, Turquia e Vietnam, apresentaram observações e comentários. Portugal, como sempre, primou pela ausência...

Na 16ª Reunião da Unesco, em 13 de novembro de 1970, a *Recomendação* foi aprovada, após 73 delegados, representando 47 países, e 8 observadores de 7 organizações internacionais haverem discutido as 160 emendas apresentadas, "pondo-se assim", no dizer do grande animador deste trabalho, Frank Schick, "fim de forma satisfatória a um século de esforços".

No entanto, os trabalhos sobre estatística em bibliotecas têm prosseguido e justo é destacar a reunião que o Comitê de Estatística da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (IFLA/FIAB), a Organização Internacional de Unificação de Normas (DIUN) e a Comissão de Estatísticas dos Países Socialistas do Este Europeu efetuou em Praga de 6 a 10 de setembro de 1971 e na qual se tomaram as seguintes resoluções, no prosseguimento da *Recomendação* da Unesco de 1970:

a) *Materiais audio-visuais.* A Conferência pediu que fosse preparado um documento para discussão sobre classificação, definição e contagem.

b) *Manuscritos.* Os atuais métodos de contagem da Unesco são os melhores, mas por existirem diferenças nos vários países, estes devem ter estatísticas mais profundas, sugerindo-se que as estatísticas se limitem às aquisições anuais com estes indicações: 1) manuscritos ocidentais: a) até 1500; b) depois de 1500; 2) manuscritos orientais, da Ásia Oriental e outros manuscritos não ocidentais; 3) partituras musicais manuscritas; 4) arquivos privados: a) número total de coleções legadas; b) número de coleções legadas catalogadas; c) número de unidades catalogadas.

c) *Estatísticas sobre locais de bibliotecas.* Recomenda-se que se completem com algo sobre os próprios edifícios: 1) indique-se em m² a superfície destinada aos serviços da biblio-

Digitalizado gentilmente por:

teca no momento de se estabelecer as estatísticas, exluindo os espaços de conservação, as instalações mecânicas e o espaço de acesso em geral; 2) o número de lugares disponíveis para os utilizadores, com exclusão das salas de conferências, auditórios, gabinetes de leitura, restaurantes; 3) metros totais de estantaria destinada à biblioteca.

d) *Atividades bibliotecológicas*. Deve estabelecer-se uma lista completa das atividades da biblioteca.

Por outro lado, a International Standard Organization, pela sua Norma Internacional 2789, de 1974, ref. .nº ISO 2789-1974 (E), afirma, dando a sua adesão à *Recomendação* da Unesco: "graças à excelente cooperação entre a ISO e a IFLA, criou-se uma Norma Internacional para a apresentação de estatísticas em bibliotecas; um grupo de trabalho conjunto reuniu-se em maio do ano de 1966 e em Paris no ano de 1967, financiado pelo Council of Library Resources e mantido pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) e um relatório sobre o assunto foi publicado em 1968".

Em maio de 1970, a Unesco reuniu uma conferência de peritos governamentais para estudarem o projeto da Norma Internacional da ISO relativamente à normalização das estatísticas das biliotecas. Este projeto, *Recommendation concerning the international standardization of library statistics*, concluído pelo Grupo de Trabalho IFLA-ISO, foi adotado pela Conferência Geral da Unesco durante a sua 16ª Sessão, na cidade de Paris, em novembro de 1970, como Recomendação para todos os Estados membros.

O texto da presente Norma Internacional é idêntico em todos os aspectos com o da Recomendação da Unesco.

Também no *Boletin de la Unesco para las bibliotecas* se foram registrando sucessivamente trabalhos que iam aparecendo no mercado sobre a Normalização das estatísticas para bibliotecas. Temos conhecimento das seguintes notícias aí insertas: volume 23 (3), maio-junho 1969, p.184-185; 24 (4) julho-agosto 1970, p.254; 25 (1), janeiro-fevereiro 1971, p.2-12; 25 (2), março-abril 1971, p.125; 25 (5) setembro-outubro 1971, p.325; 25 (6), novembro - dezembro 1971, p.385 e 388; 26 (2), março-abril 1972, p.116; 26 (3), maio-junho 1972, p. 180-182; 27 (2), março-abril 1973, p.136-137; 27 (5), setembro-outubro 1973, p. 321; 28 (4), julho-agosto 1974, p.254; 29 (5) setembro-outubro 1975, p. 313-314.

Para lá de um esforço geral que os países mais desenvolvidos têm feito no sentido de estabelecer as bases para a uniformização estatística dos dados referentes às suas bibliotecas, centros de documentação e até arquivos, único meio de se fazer um planeamento com algum rigor, a própria ALA, já em 1966, havia editado um excelente manual: *Library statistics: a handbook of concepts, definitions and terminology*, que constitui um clássico de referência, sempre que se fala em tal matéria. Já no seu prefácio, Frank Schick referia aspectos que oito a dez anos depois retomaria. Com seu objetivo primeiro, este Manual afirmava que era "a normalização dos conceitos, das definições e da terminologia dos vários tipos básicos de bibliotecas".

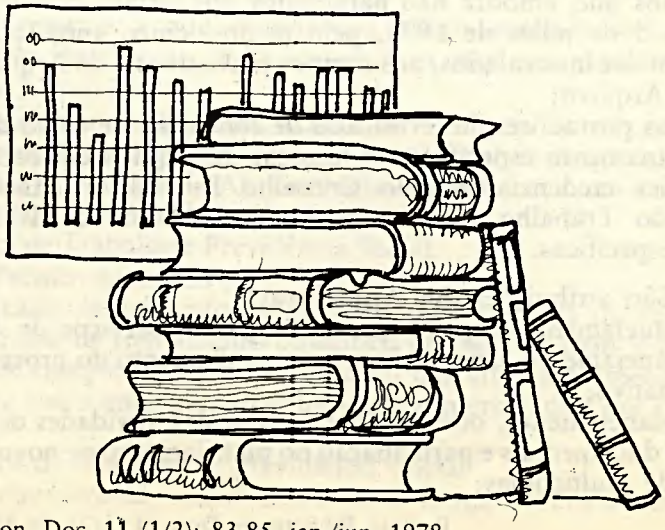
Digitalizado gentilmente por:

Também em Portugal temos uma pequena contribuição a registrar. Trata-se da NP-7 12 (1968) *Estatística da edição de publicações*, editada em julho de 1969 e que traz indicações de grande utilidade para o fim em vista.

Para remate, podemos dizer que qualquer país que deseje encarar muito a sério qualquer planeamento concertado das suas atividades do Setor-Bibliotecas, Arquivos e Centros de Documentação — tem de estabelecer com um mínimo rigor os seguintes pontos capitais, estruturas de todo um edifício capaz, com cabeça, tronco e membros, e não essas improvisações que são autênticas degradações a que nos habituamos a ver: a) normalização de estatísticas; b) padrões de qualidade e de quantidade a estabelecer; c) determinação de custos.

Sem estes três pontos bem definidos, nada feito, ou melhor: é preferível estar-se quieto do que lançar-se alguém em aventuras que só conduzem ao desperdício de dinheiro e ao esgotamento de boas e ingênuas vontades.

Jorge Peixoto.



Digitalizado gentilmente por:

Decreto nº 82.590, de 06 de novembro de 1978.

Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 7º, da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978:

DECRETA

Art. 1º O exercício das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, com as atribuições estabelecidas nos artigos 2º e 3º deste Decreto, só será permitido:

I — aos diplomados no Brasil por curso superior de Arquivologia, reconhecido na forma da lei;

II — aos diplomados no exterior por cursos superiores de Arquivologia, cujos diplomas sejam revalidados no Brasil na forma da lei;

III — aos Técnicos de Arquivo portadores de certificados de conclusão de ensino de 2º grau;

IV — aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, em 5 de julho de 1978, pelo menos, cinco anos ininterruptos de atividades ou dez intercalados, nos campos profissionais da Arquivologia ou da Técnica de Arquivo;

V — aos portadores de certificado de conclusão de curso de 2º grau que recebam treinamento específico em técnicas de arquivo em curso ministrado por entidades credenciadas pelo Conselho Federal de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, com carga horária mínima de 1.110 horas nas disciplinas específicas.

Art.2º São atribuições dos Arquivistas:

I — planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;

II — planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;

III — planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;

Digitalizado gentilmente por:

IV — planejamento, organização e direção de serviços ou centros de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;

V — planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;

VI — orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;

VII — orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;

VIII — orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;

IX — promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;

X — elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;

XI — assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;

XII — desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

Art. 3° São atribuições dos Técnicos de Arquivo:

I — recebimento, registro de distribuição dos documentos, bem como controle de sua movimentação;

II — classificação, arranjo, descrição e execução de demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos, assim como prestação de informações relativas aos mesmos;

III — preparação de documentos de arquivo para microfilmagem e conservação e utilização do microfilme;

IV — preparação de documentos de arquivo para processamento eletrônico de dados.

Art. 4° O exercício das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, depende de registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Art.5° O registro a que se refere o artigo anterior será efetuado a requerimento do interessado, instruído com os seguintes documentos:

I — para Arquivista:

a) diploma mencionado no item I ou no item II do artigo 1°; ou documentos comprobatórios de atividade profisional de Arquivista, incluindo as de magistério no campo da Arquivologia, durante cinco anos ininterruptos ou dez intercalados, até 5 de julho de 1978;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social.

II - para Teécnico de Arquivo:

a) Certificado mencionado no item III do artigo 1°; ou certificado de conclusão de curso de treinamento específico previsto no item V do artigo 1°; ou documentos comprobatórios do exercício das atividades mencionadas no art. 3°, durante cinco anos ininterruptos ou dez intercalados, até 5 de julho de 1978;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 1° O requerimento mencionado neste artigo deverá conter, além do

Digitalizado gentilmente por:

nome do interessado, a filiação, o local e a data do nascimento, o estado civil, os endereços residencial e profissional, o número da Carteira de Identidade, seu órgão expedido e a data, e o número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

§ 2° Para comprovação das atividades profissionais de Arquivista e de Técnico de Arquivo, durante o período mencionado no item IV do artigo 1°, o interessado deverá juntar documentos que demonstrem, irrefutavelmente, o exercício.

Art. 6° O exercício da profissão de Técnico de Arquivo, com as atribuições previstas no artigo 3° e dispensa do certificado de conclusão de ensino de 2° grau, depende de registro provisório na Delegacia Regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho.

§ 1° O registro provisório de que trata este artigo terá validade de 5 anos, podendo ser esse prazo prorrogado, por ato do Ministério do Trabalho, caso se comprove a inexistência de cursos em determinadas cidades ou regiões.

§ 2° O registro provisório será efetuado a requerimento do interessado, instruído com a Carteira de Trabalho e Previdência Social e declaração, do empregador ou da empresa interessada na sua contratação, de que se encontra desempenhando ou em condições de desempenhar as atribuições previstas no artigo 3°

Art. 7° Não será permitido o exercício das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo aos concluintes de cursos resumidos, simplificados ou intensivos, de férias, por correspondência ou avulsos.

Art. 8° Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

BRASÍLIA, DF, em 06 de novembro de 1978, 157° da Independência e 90° da República.

ERNESTO GEISEL
Arnaldo Prieto

Digitalizado gentilmente por:

A discussão do Anteprojeto de Reforma da Lei nº 4.084/62 que regulamenta a carreira do bibliotecário, solicitada a todas as associações pela FEBAB, tem levado à produção de documentos importantes para servirem à reflexão de toda a classe. Apresentamos na íntegra o estudo efetuado pela Associação Paulista de Bibliotecários, através da sua Comissão de Redação. Esse documento foi discutido e aprovado pelos representantes dos grupos de trabalho formados especialmente para o estudo do referido Anteprojeto de Reforma da lei 4.084/62. O texto final, a ser enviado ao CFB, será redigido após todos os associados tiverem se manifestado até 20 de dezembro.

Publicando este documento, a RBBD abre uma nova seção dedicada a debates e convida a todos a participarem da mesma.

Posição da APB em relação à reforma da Lei 4.084/62

"Os Grupos de Trabalho formados por associados da APB, com o fim de estudar o Anteprojeto de reforma da Lei nº 4084, de 30 de junho de 1962, elaborada e divulgada pelo CFB, foram contrários a várias disposições ali propostas.

Expomos a seguir os itens contestados pelos Grupos, seguidos de resumos das justificativas apresentadas.

1. Questões Básicas:

1.1. Biblioteconomista

Na Exposição de Motivos não encontramos justificativas para a substituição da denominação da profissão de Bibliotecário por Biblioteconomista.

Não conhecendo os motivos do CFB cabenos, entretanto, ressalvar que a mudança pretendida implicará na alteração do sentido da palavra designativa da profissão, visto que os sufixos "ário" e "ista" apresentam conteúdo semântico diverso.

Com efeito, Bibliotecário, etimologicamente é "o que superintende uma Biblioteca" (Cf. Bluteau, Morais e Silva, Laudelino Freire, Antenor Nascentes e Aurélio Buarque de Holanda).

Biblioteconomista, entretanto, é o especialista em Biblioteconomia — e Biblioteconomia "o conjunto de conhecimentos relativos à organização e administração de Bibliotecas" — (Cf. Aurélio Buarque de Holanda, edição de 1975)[1].

Parece-nos, portanto, que optando por esta última denominação estaríamos desqualificando de certa forma o profissional que realmente exerce sua profissão, equiparando-o, inclusive, ao autodidata que se dedica ao estudo da Biblioteconomia.

Por outro lado, caso não haja real necessidade para esta alteração, acreditamos que não seria recomendável impor aos cofres públicos o ônus de substituir, em todos os textos legais e normativos existentes, os termos bibliotecário e documentalista por biblioteconomista.

O termo Bibliotecário detém, ainda, a preferência de todos os Grupos.

1.2. Arquivistas

Acatando recomendação ministerial, o CFB mostra-se disposto a oferecer sua organização

Digitalizado gentilmente por:

e serviços aos profissionais arquivistas.

Neste Anteprojeto procurou mesmo reunir em um único diploma legal as normas que disciplinariam o exercício das profissões de Biblioteconomistas e Arquivistas.

Procurou, também, sem muito sucesso, delimitar as áreas de atuação desses dois profissionais.

Razão teve o Ministério, contudo, em qualificá-las como congêneres e afins.

Na verdade o são. E a tal ponto que, tanto o Anteprojeto apresentado pelo CFB, como a Lei nº 6546, de 04.07.1978 e o Decreto nº 82590, de 06.11.78, que a regulamenta — e que disciplinam o exercício da profissão de Arquivista e Técnico de Arquivo — eximem-se de definir o campo real da Arquivologia e da Biblioteconomia.

Com efeito, tanto no Anteprojeto, como nas Leis e Decretos citados, sempre que necessário se torna circunscrever a ação de um destes profissionais, recorre-se à generalidade, utilizando-se então expressões como: "exceto aquelas inerentes à arquivologia"; "na área de arquivologia"; "nos campos profissionais da arquivologia".

Eximem-se, repetimos, assim, o Legislador e o CFB, desta definição. Mas, não se poderão eximir os Senhores Conselheiros no julgamento de processos em que se defrontarão Arquivistas e Bibliotecários na disputa pelo exercício de suas profissões junto a Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação e/ou Informação.

Os Grupos da APB foram contrários ao Anteprojeto no que se refere à regulamentação da profissão de Arquivista e à criação de um Conselho conjunto.

Caso prevaleça a posição defendida pelo CFB, entretanto, recomendamos que se procure "a priori" distinguir de forma marcante as atribuições e os campos de atuação de Bibliotecários e Arquivistas, além de manter as leis e os decretos específicos que disciplinam quer o exercício da profissão de Arquivista, quer a do Bibliotecário, e somente reunir as normas relativas à constituição e desempenho do Conselho conjunto, em um texto legal único.

Evidentemente, aquela tarefa solicitada ao CFB, será árdua, pois não encontramos definições conclusivas, quer na literatura nacional, quer na internacional.

A título de cooperação sugeriríamos que se tentasse explorar a seguinte orientação:

"Arquivos têm sua origem imediata em atividades administrativas. Eles são gerados e acumulados no desempenho das atividades específicas de uma instituição e resultam, portanto, do crescimento natural do seu material documentário."[2] Esta foi de certa forma, a posição também defendida pelo Relator do Parecer da Comissão de Trabalho e Legislação Social do Senado Federal, Luis Rocha, quando afirma, ao analisar a Lei 6546:

"O conjunto de documentos produzidos ou recebidos por um órgão ou entidade no exercício de suas atividades, constitui o seu Arquivo."

"Os documentos gerados na agilização de atividades do órgão que o produziu, espelhando-o na sua dinâmica, composto de exemplares únicos ou em poucas cópias, base para a reconstituição da vida do órgão, o papel por este desempenhado no universo que o rodeia: os seus arquivos."

1.3 Técnicos em Bibliotecas

Os Conselhos de classe são órgãos criados para fiscalizar o exercício de profissionais liberais, de profissionais de nível superior.

A não ser para acatar uma recomendação ministerial, não há razão para se abrigar pessoal de nível médio nesses Conselhos.

Aliás, isto acarretará um aumento considerável de trabalho aos Senhores Conselheiros.

Duas observações, contudo, não podemos deixar de apresentar:

Uma, relativa ao caráter quase de "proteção" do Bibliotecário ao Técnico em Biblioteca, quando em nosso entender o Bibliotecário deveria preocupar-se em circunscrever a atuação desses Técnicos a serviços de natureza absolutamente auxiliar, não permitindo jamais que fossem aceitos como responsáveis pela execução de serviços técnicos específicos e privativos de sua própria atividade, para a qual, aliás, só o Bibliotecário está devidamente qualificado.

Outra, pela maneira com que se abriga o Técnico, pois a ele só se permite 1 (um)

Digitalizado gentilmente por:

Representante, sem direito a voto. É certo que não seria admissível que ele opinasse e decidisse questões relativas a atuação de profissionais de nível superior. Mas não nos parece justo que das decisões sobre interesses de sua classe, da classe que ele Representa, só lhe seja facultado participar como ouvinte ou porta-voz;

Realmente, parece-nos que o Técnico em Biblioteca é encarado neste Anteprojeto como "relativamente incapaz".

Talvez, o mais indicado seria propor ao Ministério que se formasse um Conselho Técnico de Nível Médio, pois acreditamos que esses profissionais sejam capazes de se organizar e fiscalizar o exercício de suas próprias profissões.

1.4 Mestres e Doutores em Biblioteconomia e Ciência da Informação

De acordo com a tradição brasileira é a graduação que forma profissionais liberais e é o diploma de graduação, devidamente registrado, que qualifica o bacharel para o exercício profissional.

No complexo universitário, a Pós-Graduação constitui um sistema de ensino que abrange as modalidades de Mestrado e Doutorado (pós-graduação/"stricto sensu") e as de aperfeiçoamento e especialização (pós-graduação "lato sensu") de acordo com as normas do Conselho Federal de Educação e a legislação em vigor.

Seguindo orientação do Dr. Antônio Delorenzo Neto (com Parecer em anexo): "Os títulos de Mestre ou Doutor outorgados a candidatos de áreas diversas do título respectivo de graduação, em nada acrescentam ao direito do exercício profissional. Apenas valorizam o candidato para o exercício docente em áreas afins".

De acordo com a Lei, o pós-graduado não supre a lacuna de uma formação graduada diversa. Neste particular é explícito o art. 27 da Lei 5.540/68, ao dispor, nestes termos: "*os diplomas expedidos por Universidade Federal ou Estadual nas condições do art. 15 da Lei Federal 4024/62, correspondente a cursos reconhecidos pelo CFE, bem como os de cursos credenciados de pós-graduação serão registrados na própria universidade, importando em capacitação para o exercício profissional na área abrangida pelo respectivo currículo com validade em todo o território nacional*".

Ora, os cursos correspondentes aos reconhecidos pelo CFE, nada mais são que os respectivos cursos de graduação. Pensar o contrário, seria um contrasenso porquanto permitiria uma evasão ou facilitação para os não especialistas da área básica. Seria o legislador consagrar o despreparo, pois, nenhum curso pós-graduado terá efeitos mágicos para substituir a graduação.

É preciso observar, também, que o Anteprojeto fala em Mestres ou Doutores em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

No Histórico do Anteprojeto explica-se que a norma do §2°, do art. 1° surgiu de um estudo "sobre o problema dos cursos ministrados pelo IBBD, sendo um sobre Documentação Científica em nível de especialização, e outro *na área* (o grifo é nosso) de Ciência da Informação, fornecendo título de Mestre também a profissionais que não possuam bacharelado em Biblioteconomia".

Assim, repetimos, o art. 1°, §2° refere-se a Mestres ou Doutores em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Mas o que se entende por Ciência da Informação?

Foi em artigo de autoria de Célia Ribeiro Zaher & Hagar Espanha Gomes, ex-presidente do, então, IBBD, que nos louvamos:

"Ciência da Informação é aquela que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o seu fluxo e os métodos de processá-los para acessibilidade e utilização ótimas"[3].

Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação que papel desempenham nessa nova disciplina científica?

Verifica-se que a literatura produzida pelos "*cientistas da informação*" (o grifo é nosso) repousa na investigação, enquanto que a dos bibliotecários e documentalista se limitam "*à aplicação dos resultados alcançados por aquelas - investigações*" (o grifo é nosso).

Logo, a se possibilitar o registro de Mestres ou Doutores em Ciência da Informação é possível que futuramente estejamos tutelando, também, profissionais de áreas estranhas à Biblioteconomia e Documentação, desde que

Digitalizado gentilmente por:

surjam cursos de Mestrado e Doutoramento em Ciência da Informação propriamente dita. Aliás, seguindo ainda a orientação americana, a mesma adotada por C. R. Zaher e H. E. Gomes, encontramos entre os periódicos especializados o INFORMATION SCIENCE: An International Journal, cujo editor John M. Richardson, no prefácio[4] afirma que entre as áreas compreendidas pela expressão "information sciences" o período se dedicará a: "Statistical prediction and filtering; Communication theory; Information theory; Machine traslation; Mathematical linguistics; Pattern recognition; Identification of systems; Self organizing systems; Adaptative control; Statistic process and coding theory".

Este elenco de disciplinas, certamente, corrobora nossa opinião e amplia, para o futuro, as possibilidades já acentuadas.

A opinião dos Grupos da APB foi contrária ao registro de Mestres ou Doutores em Biblioteconomia e Ciência da Informação no CFB.

Conclusão:

Em virtude do já exposto, os grupos resolveram propor que seja rejeitado pelos Bibliotecários de São Paulo, "in totum", o presente Anteprojeto e recomendar que sejam feitas alterações e emendas, no que for necessário, à Lei nº 4084.

2. *Questões específicas:*

No caso de sermos voto vencido, gostaríamos de registrar nossa opinião quanto:

2.1. *Art. 1º*

Seria recomendável que aqui fosse reiterado o posicionamento da nossa profissão entre as consideradas liberais, além de prudentemente fazer menção no §1º a Bibliotecário, também. A título de exemplo, para melhor nos fazermos entender:

Art. 1º — O exercício da profissão liberal e da designação profissional de Biblioteconomista é privada dos Bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor.

§1º — Fica substituída em todo território nacional, na administração pública, federal, estadual, municipal, nas empresas públicas, paraestatais, autárquicas e entidades particulares, a denominação "*Bibliotecário*", "*Documentalista*" ou "*Documentarista*" pela de "*Biblioteconomista*", sem prejuízo dos vencimentos e vantagens dos atuais possuidores de tais títulos, desde que possuidores de diploma de bacharel em Biblioteconomia, devendo as modificações necessárias serem executadas pelas autoridades competentes dentro do prazo de seis (6) meses.

2.2. Art. 2º Parágrafo único. *Arquivista Provisionado*

Não vemos razão de chamar o Bacharel em Arquivologia de "Arquivista Provisionado", uma vez que seu direito está assegurado por lei, não estando ele, portanto, na condição do profissional que encontra amparo legal para uma situação de fato. Mesmo porque o "caput" do art. 2º e o art. 3º só se referem ao Arquivista, Bacharel em Arquivologia. Pensamos que deve ter havido algum engano na transcrição desta norma.

2.3. Art. 6º

Não encontramos em nenhuma das alíneas deste artigo uma norma que afirme ser privativa do bibliotecário a *execução* dos serviços técnicos e isto precisaria estar explícito.

Sugerimos, também, que a redação da alínea "a" fosse assim apresentada:

a) Ensino dos serviços técnicos específicos de Biblioteconomia e Documentação.

Quanto à alínea "c" entendemos que dever-se-ia suprimir a expressão "exceto aqueles inerentes à arquivologia". Isto porque é aos arquivistas que cabe delimitar o seu campo de ação. Aliás, não encontramos em nenhum dispositivo da Lei 6546 e do Decreto 82.590 referência a "exceto aqueles inerentes a Biblioteconomia".

2.4. Art. 11 *Atribuições privativas do Técnico em Biblioteca*

Caso persista a vinculação do Técnico em Biblioteca aos Conselhos de Biblioteconomia, entendemos que seria mais prudente não especificar as técnicas em que eles agiriam como auxiliares.

Acreditamos, também, que uma simples norma de caráter geral, que especificasse a sua dependência ao Bibliotecário, deveria nortear a sua atuação, minimizando desta forma a sua participação nos serviços técnicos de Biblioteca.

Sugerimos a título de exemplo:

Digitalizado gentilmente por:

"É atribuição privativa do Técnico em Biblioteca a execução de serviços auxiliares e de apoio à atuação do Bibliotecário". Por isso mesmo, parece-nos altamente inconveniente o parágrafo único do art. 11, principalmente por sugerir um perigo que a Lei já se propôs a afastar ao definir nas alíneas "b", "c", "d" e "e" do art. 6º, ao deixar claro que serão privativas do Bibliotecário a Direção, Chefia e Encarregatura, sob forma eventual ou permanente, de Bibliotecas, Centros e Serviços de Documentação e/ou Informação.

2.5. Artigos 14 e 18

Seria de prudência que se estudasse uma fórmula mais justa de participação dos Técnicos em Bibliotecas nos Conselhos.

Reiteramos nossa posição de que deverão eles ser ouvidos e ter condições de voto em assuntos relativos ao exercício de sua profissão.

2.6. Art. 22 "Quorum" para deliberação

É necessário especificar que no caso de julgamento de processos em que se opõem diretamente Arquivistas e Bibliotecários, a deliberação dos Conselheiros Federais e Regionais só se fará com número equitativo de representantes das duas profissões.

2.7. Art. 27. Parágrafo único e Art. 34, §3º Supressão

As normas apresentadas nestes dois dispositivos parecem-nos perigosas.

Não entendemos a vantagem de sua inclusão, quer quanto aos Arquivistas, quer quanto aos Bibliotecários. Mesmo porque a criação de um Conselho Conjunto para as duas profissões, só será admissível se for assegurada a proporcionalidade de suas representações.

2.8. Art. 29 Item XII — Cédula de Identidade Profissional

Parece-nos dispensável a criação da Cédula de Identidade Profissional, visto que sua função tem sido desempenhada a contento pela Carteira de Identidade Profissional. Além do mais ela implicaria em mais um ônus ao orçamento do Bibliotecário e em serviços maiores para os Conselhos, que já não possuem poucas atribuições, e que seriam obrigados a renová-las anualmente.

2.9. Art. 60, §1º

A redação do §1º deveria estar mais clara. A título de sugestão proporíamos a seguinte:

"Na primeira eleição, dentre os conselheiros eleitos, os 50% que obtiverem maior número de votos terão mandato de quatro (4) anos, os restantes 50%, que obtiverem menor número de votos, terão mandato de dois (2) anos".

2.10. Profissionais Arquivistas e Bibliotecários

Os profissionais que têm seus direitos assegurados quer como Arquivistas, quer como Bibliotecários, precisam ter claramente disciplinada nesta Lei a sua participação no Conselho Conjunto, relativamente ao seu direito de voto e a sua representatividade profissional.

O presente documento, elaborado pela Comissão encarregada da sua redação final, teve como base os trabalhos apresentados pelos vários Grupos de Trabalho formados na Assembléia Geral da APB, do dia 03/07/78.

São Paulo, 29 de novembro de 1978. A Comissão: Eufélia C. Pupo De Paula - Philomena Boccatteli - Maria Alice Fernandes Carreira - Marisa Mártire.

NOTAS

1 — FERREIRA, A D.H. Novo dicionário da língua portuguesa/Rio de Janeiro, Edit. Nova Fronteira, 1975.

2 — KENT, A., & LANCOUR, H. ed. *Encyclopedia of library and information science.* New York, Marcel Dekker, 1968. v.1,p.316

3 — ZAHER, C.R. & GOMES, H.E. Da Bibliografia à Ciência da Informação: um histórico e uma posição. *Ciência da Informação,* Rio de Janeiro, 1 (1): 5-7, 1972.

4 — INFORMATION SCIENCES: an international journal, New York, 1 (1): vii, dez. 1978

Digitalizado gentilmente por:

Nota: *Em virtude da presente edição (vol. 1, n. 1/2) estar sendo preparada no fim do ano de 1978, julgamos conveniente atualizar o noticiário, isto é, veicular informações não só relativas ao período já passado de janeiro a junho a que se refere formalmente a edição, mas também ultrapassar esses meses e veicular informações relativas até o fim do ano de 1978.*

■ O Conselho Federal de Biblioteconomia está solicitando o estudo e a reformulação da Lei 4.084/62 em três pontos básicos: 1°) a inclusão dos Arquivistas no CFB; 2°) a mudança do título de "bibliotecário" para "biblioteconomista"; 3°) a aceitação de pós-graduados nas áreas de Biblioteconomia e Documentação, com graduação em outras áreas, como membros do CFB. (Ver seção "Debates")

■ Antonio Gabriel, presidente em exercício da FEBAB, passou a integrar a Comissão Permanente da IFLA para a América Latina e Caribe.

■ A Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação tem nova presidente: Regina Célia Montenegro de Lima, atual coordenadora do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina. Completam a diretoria eleita, Amélia Silveira como secretária e Estera Muzkat Menezes como tesoureira. Toda correspondência pode ser dirigida ao Curso de Biblioteconomia, UFSC, campus universitário, Trindade; 88000 Florianópolis, SC. O fone é (0482) 33100, ramal 210.

■ Foi criada a Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI), entidade ligada ao Ministério da Agricultura, destinada a coordenar as atividades de informação, em âmbito nacional, na área agrícola. Ela irá operar através do Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola (SNIDA). Está sediada, atualmente, no prédio da EMBRATER (avenida W/3 Norte, quadra 515; 70770 Brasília, DF).

■ Anote os endereços dos postos de atendimento do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT): Brasília: avenida W3 Norte, quadra 507-B, térreo, Cep 70740; fone 272-0035. Em São Paulo: avenida Brigadeiro Faria Lima, 1886, 13° andar, s/1311, Cep 01000; fones: 212-4785 e 212-6960.

■ O INL instituiu o Concurso Anual de Biblioteconomia e Documentação. Além do prêmio, o vencedor terá sua obra publicada pelo INL, quer totalmente quer em regime de co-edição. No ano de 1978, o vencedor foi Edson Nery da Fonseca, professor do Depto. de Biblioteconomia da UNB e diretor da Faculdade de Estudos Sociais e Aplicados da UNB, que, sob pseudônimo de Franklin Ramiz, apresentou a obra "A biblioteconomia brasileira no contexto da biblioteconomia mundial". A comissão julgadora foi composta por José Suaiden, Myrian Gusmão de Martins e Nancy Westphalen Correa, que atribuiu a Edson Nery da Fonseca o prêmio de 70 mil cruzeiros.

A seguir, transcrevemos regulamento do concurso para o próximo ano:

I — *Da Apresentação dos Originais*

Art. 1°. Os originais deverão ser datilografados apenas de um lado, em papel formato ofício, espaço 2, e apresentados em 3 vias, com todas as páginas devidamente numeradas.

Art. 2° O autor assinará os originais sob pseudônimo.

Art. 3° Para efeito de identificação, o autor deverá enviar, em envelope lacrado, que acompanhará os originais, uma ficha com seu nome completo e endereço, além do título da obra e do pseudônimo. O envelope deverá trazer no sobrescrito o título da obra e o pseudônimo do autor.

II — *Da Inscrição do Prazo*

Art. 4° Os trabalhos concorrentes deverão ser entregues diretamente no INL, Ed. Venâncio V, 3° andar, Brasília, DF; ou no Palácio da Cultura, Rua da Imprensa, 16, 13° and. sala 1.316, Rio de Janeiro, RJ, ou ainda remetidos pelo correio, sob registro postal, cuja data será considerada para efeito de validade da inscrição.

Art. 5° Os concorrentes poderão inscrever mais de um trabalho, obedecidas as disposições dos arts. 1°, 2° e 3°.

Art. 6° A inscrição das obras concorrentes será feita de 02.01 a 31.03, anualmente.

III — *Da Comissão Julgadora*

Digitalizado gentilmente por:

Art. 7° A Comissão Julgadora terá a seguinte constituição: 2 membros indicados pelo INL e 1 pelo CFB.
Art. 8° O Diretor do INL designará um funcionário para servir como secretário da Comissão Julgadora.
IV — *Do Prazo de Julgamento*
Art. 9° A Comissão Julgadora terá o prazo de 90 dias a contar da portaria a que a designar para apresentar o resultado do julgamento dos trabalhos, que será irrecorrível.
V — *Da Remessa e Devolução*
Art. 10° A remessa dos originais significará a aceitação, por parte do concorrente, de todas as exigências regulamentares, sendo que o não cumprimento de qualquer uma delas implicará em desclassificação.
Art. 11° O INL devolverá aos concorrentes, mediante solicitação, no prazo máximo de 3 meses, a contar da proclamação do Prêmio, os originais não classificados. Findo esse prazo, fará incinerar os originais não reclamados.
VI — *Disposições Gerais*
Art. 12° A entrega do Prêmio MEC de Biblioteconomia e Documentação será feita em cerimônia pública, em data e local previamente fixados pelo INL.
Art. 13° O autor premiado fica impedido de concorrer outra vez ao prêmio antes de transcorridos 5 anos da data da premiação.
Art. 14° Os casos omissos nestas instruções serão resolvidos pelo Diretor do INL.

■ A propósito do incêndio no Conjunto Nacional, em São Paulo, ocorrido em 4 de setembro, Antonio Paulo de Andrade e Silva, em editorial do "Noticiário Micrográfico" (n.4, jul/ag.78), chama a atenção para uma das grandes vantagens da microfilmagem dos documentos: a segurança que o processo proporciona à documentação. "Arquivos microfilmados — escreve Antonio Paulo — e seguramente armazenados, não ocasionam perdas irreparáveis de documentações preciosas. É comum a expressão 'O prédio estava no seguro'. Nós perguntamos: que seguro cobre o valor das informações contidas em um cem número de documentos? Quantos anos necessitará uma empresa para reunir novamente um acervo consumido pelas chamas? E, na melhor das hipóteses, quanto isso custará?".

■ —"Um país com tal Guia, com tal quantidade de empresas voltadas para a micrográfica, pode ser chamado de subdesenvolvido?" É o que pergunta o editor do "Le Courrier de la Microcopie", na sua edição de abril deste ano, comentando a obra publicada pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Micrográfico — CENADEM, o "Guia do Comprador de Micrográfica 1977/78". Dada a penetração que a publicação francesa, editada em Paris, tem nos meios especializados de toda a Europa, a notícia sobre o Guia contribui para a criação de uma imagem muito positiva a respeito do Brasil naquele setor.

■ A eleição dos 12 conselheiros e 3 suplentes para o Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª Região (São Paulo) realizou-se em 15 de dezembro passado.

Pela primeira vez na história do CRB-8 as eleições realizaram-se em meio a calorosas campanhas empreendidas pelas chapas concorrentes. Houve 29 candidatos divididos entre duas chapas. A primeira, da situação, denominada "Tresês", foi encabeçada por Cecília Ernestina D'Ottaviano Armentano, atual presidente e candidata à terceira reeleição consecutiva. A segunda, "Equipe", foi encabeçada por Alfredo Américo Hamar, diretor da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos. Embora até o momento de fecharmos esta edição não tenham sido divulgados oficialmente os nomes dos eleitos, sabe-se que os mais votados, por ordem, foram Carminda Nogueira C. Ferreira, Cecília Armentano e Alfredo Américo Hamar.

■ A IV Assembléia das Comissões Permanentes da FEBAB, realizada em São Paulo, de 12 a 18 de agosto de 1978, teve como tema principal "A biblioteca como fator de cultura, informação e lazer". Na sua sessão inaugural, presidida por Noemia Lentino, foram homenageados o escritor Herberto Sales, diretor do INL e o "Bibliotecário do Ano" Emir José Suaiden, também do INL.

Constituindo quase um Congresso pelo número elevado de participantes (cerca de 850 pessoas), o ponto marcante da Assembléia foi a realização dos Encontros dos Grupos de Bibliotecários de Informação, realizados por

Digitalizado gentilmente por:

áreas de assunto. Os Grupos, pertencentes às 17 Associações, foram coordenados pelas oito Comissões Permanentes da FEBAB. Os trabalhos apresentados naqueles Encontros estão sendo publicados pela FEBAB nos Anais da IV Assembléia das Comissões Permanentes. Divididos em dois volumes, já saiu o que trata da matéria referente a Bibliotecas Públicas e Escolares. O volume restante já está sendo impresso.

Diversas entidades foram convidadas a participar: CFB, IBICT, ABNT, ABEBD. Encerrando, tomaram posse as novas diretorias das Comissões Permanentes, cujos presidentes, nomes e endereços, são dados a seguir.

1) Comissão Brasileira de Bibliotecas Centrais Universitárias: *Luiz Antonio Gonçalves da Silva* (da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba; Campus Universitário; 58000 João Pessoa, PB);
2) Bibliotecas Públicas Escolares: *Katia Maria de Carvalho Silva* (rua Amazonas, 70, ap. 1601, Pituba; 40000 Salvador, BA);
3) Documentaçao Agrícola: *Yone S. Chastinet* (W3N, Quadra 515, bloco C, 1° andar; 70000 Brasília, DF);
4) Documentação Biomédica: *Dinah Aguiar Población*, (Escola Paulista de Medicina; rua Leofgren, 2473; 04040 São Paulo, SP);
5) Documentação em Ciências Sociais: *Francisca Pimenta Evrard* (Procuradoria Geral do Estado, rua João Paes, 69; 04603 São Paulo, SP);
6) Documentação Jurídica: *Nylma Thereza de Salles Velloso Amarante* (rua Prof. Antonio Maria Teixeira, 120, ap.802, Leblon, 20000 Rio de Janeiro, RJ);
7) Documentação Tecnológica: *Elizabeth Maria Ramos Carvalho* (rua Voluntários da Pátria, 31, ap. 605; 20000 Rio de Janeiro, RJ);
8) Processos Técnicos: *Maria Luiza Monteiro da Cunha* (Universidade de São Paulo; rua dos Pessegueiros, 95 (particular); 05673 São Paulo, SP);

CONGRESSOS

● "Informação Científica e Tecnológica — Energia para o Desenvolvimento" será o tema da 2ª **Reunião Brasileira de Ciência da Informação** a ser organizada pelo IBICT e CNPq, no Rio de Janeiro, de 4 a 9 de março de 1979. Paralelamente será desenvolvido o Seminário sobre "Informação em Ciência e Tecnologia para os países em desenvolvimento". Informações: no Rio de Janeiro à rua Almirante Cochrane, 202, Caixa Postal 1885. Em São Paulo, na Av. Paulista, 2073, s/1910, CEP 01-311; fone 288-8031.

● Em grande desenvolvimento os preparativos para o 10° **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação** a se realizar em Curitiba, Paraná, do dia 22 até 27 de julho de 1979. O tema central será "Biblioteconomia brasileira — avaliação, crítica e perspectivas" visa efetuar uma análise exaustiva e atual do setor em termos nacionais para tentar estabelecer diretrizes que norteiem o desenvolvimento futuro da ciência biblioteconômica. Informações - Associação Bibliotecária do Paraná, Biblioteca Pública do Paraná, rua Cândido Lopes; 80000 Curitiba,PR.

● De 22 a 26 de janeiro de 1979, será realizada em Varsóvia, na Polônia, a 3ª Conferência sobre Tecnologia Moderna e Política de Informação, promovida pelo UNISIST em colaboração com o Centro Polonês de Informação Científica, Técnica e Econômica.

O tema geral será "A influência da tecnologia moderna na política nacional da informação". Três aspectos da tecnologia moderna serão estudados: 1) apreciação do papel e do significado das técnicas da computação, das comunicações, da reprografia e outras técnicas no uso e utilização da informação; 2) avaliação dos fatores e obstáculos sociais, econômicos, administrativos e técnicos apresentados na aplicação da moderna tecnologia da informação; 3) perspectivas do desenvolvi-

Digitalizado gentilmente por:

mento futuro da aplicação prática da tecnologia moderna e sua influência na política e planejamento nacionais da informação.

Participarão do evento especialistas envolvidos no processo da política e planejamento nacionais da informação, responsáveis por organismos nacionais e dirigentes de sistemas e serviços nacionais de informação, bibliotecas e arquivos. Os particicipantes (cerca de 30), serão convidados pela Unesco entre os países membros, em desenvolvimento e industrializados.

● Já está trabalhando ativamente a comissão organizadora do I Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação a ser realizado em 1980, em Salvador, Bahia. O tema central já está definido: "A política latino-americana de informação técnica". Os subtemas serão divulgados oportunamente. Espera-se cerca de 2 mil profissionais vindos do mundo inteiro, sendo o primeiro congresso de tal porte a se realizar no Brasil. A comissão organizadora é presidida por Noreth Calmon Ribeiro e integrada por Maria Miranda Carvalho Britto, vice-presidente, Kátia Silva e Antonio Edilberto Santiago, secretário, Fátima Rêgo e Yvanisa Tourinho, tesoureiras. Já está praticamente concluído um dos projetos do planejamento: o turístico e de hospedagem.

COMENTÁRIO

A propósito de Bibliotecas Universitárias

A Biblioteca Universitária foi objeto de estudo em dois eventos ocorridos em julho e agosto de 1978.

Na *IV Assembléia das Comissões Permanentes da FEBAB,* ocorrida em São Paulo, assuntos relevantes como Biblioteca Central e automação de bibliotecas foram abordados. A centralização de bibliotecas universitárias está se tornando imperiosa após a reforma universitária devido à interdisciplinaridade cada vez maior e a formação de unidades de ensino, preconizada pela lei. A automação é uma conseqüência racional em vista do grande número de informações a serem processadas.

No Seminário desenvolvido na ocasião, outros aspectos importantes foram focalizados, dizendo respeito à disseminação seletiva de informação — uma necessidade fundamental em bibliotecas universitárias. Tal disseminação, para se tornar eficiente, deve ser acompanhada por um estudo cuidadoso do usuário e por uma avaliação constante dos serviços que são prestados. Daí resultaram trabalhos sobre treinamento de usuários, metodologia da pesquisa científica, interdependência entre seleção e disseminação de informação e atenção ao ponto de vista do pesquisador.

Não foi esquecida a problemática da biblioteca universitária, situada num contexto mais geral, que envolve aspectos estruturais administrativos e chegou até ao estudo da necessária participação dos bibliotecários nos colegiados decisórios das Universidades de nosso país.

O segundo evento foi o *I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias,* realizado em Niterói, entre 23 e 28 de julho. Teve como tema "A Biblioteca universitária como suporte do ensino e da pesquisa para o desenvolvimento nacional".

A esse propósito, julgamos adequado transcrever aqui as considerações tecidas por Maeve Lis Marques a respeito do I Seminário e publicadas no Informativo da CRB-9 (Curitiba, v.6,n.3, p.9, jul/set. 1978).

"Dizer que um congresso,um seminário, um encontro de bibliotecários não só é válido pelos trabalhos, pelos debates, pelas idéias apresentadas,mas também pelos contatos que podem ser estabelecidos, tanto social como profissionalmente, seria lugar comum. Mas não importa, pois o I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias foi válido por tudo isso e mais, proporcionou o encontro de profissionais que atuam numa determinada área e lutam pelas mesmas coisas, enfrentam proble-

Digitalizado gentilmente por:

mas semelhantes e buscam, talvez de diferentes maneiras, as mesmas soluções.

"Com o relato de diversas experiências, como a implantação de uma biblioteca central ou da automoção de servicos, foi possível sentir muito do panorama brasileiro nesse aspecto de bibliotecas universitárias e observar os contrastes existentes entre as mesmas.

"Algumas em maior, outras em menoi escala,todas enfrentam sérios problemas, notadamente os da falta de recursos humanos, financeiros e de acervo.

"Conquanto existam restrições em relação à contratação de pessoal, principalmente por entidades mantidas pelo governo, é incrível imaginar como certas bibliotecas ou sistema de bibliotecas conseguem manter seus serviços dentro de um certo nível, com um número mínimo de bibliotecários e pessoal de apoio. Por outro lado pode-se observar também que o deslocamento de funcionários para ativar ou atuar em determinados serviços prejudica, por vezes, o atendimento ao leitor, que acaba ficando entregue a pessoal sem qualificação necessária para o desempenho dessa função.

"Quanto a recursos financeiros, normalmente a verba destinada às bibliotecas não supre suas reais necessidades. Além de o orçamento nunca ser o ideal, a aquisição de material bibliográfico acha-se prejudicada pelas restrições relativas à importação. Como conseqüência, as coleções não são condizentes com o que os usuários necessitam.

"Ao que parece, as bibliotecas universitárias brasileiras, em sua maioria, são inadequadas ao que se propõem, e, segundo Judith Rebeca Schleyer, da Assessoria de Planejamento Bibliotecário da CAPES, não é somente a falta de recursos a causa dessa inadequação, ' defasagem ', como diz ela em seu trabalho *Seleção através do usuário*. E diz mais ainda: 'A falta de definições e objetivos da biblioteca universitária e de planejamento, lado a lado com a existência de recursos financeiros e humanos em volume não satisfatório formam, a nosso ver, o conjunto complexo de causa e conseqüência dessa defasagem '.

"De qualquer forma, as bibliotecas universitárias brasileiras continuam seguindo sua marcha, atuando e batalhando, algumas já bem estruturadas, outras ainda começando.

"Afinal, levantar problemas, discuti-los e, quiçá, resolvê-los é uma grande coisa. Parabéns, portanto, ao Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense pela realização desse brilhante Seminário"

CURSOS

Cursos de graduação em Biblioteconomia e Documentação no Brasil

■ Instituições federais :

Universidade do Amazonas (Manaus)
Universidade Federal da Bahia (Salvador)
Universidade Federal do Ceará (Fortaleza)
Universidade de Brasília (Brasília)
Universidade F.do Espírito Santo (Vitória)
Universidade do Maranhão (São Luís)
Universidade F.de Minas Gerais (B.Horizonte)
Universidade Federal do Pará (Belém)
Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa)
Universidade Federal do Paraná (Curitiba)
Universidade Federal de Pernambuco (Recife)
Federação das Escolas Fed. Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)
Universidade Federal Fluminense (Niterói)
Universidade F.do Rio G.do Sul (P.Alegre)
Universidade F.de Sta. Catarina (Florianópolis)

■ Instituições estaduais:

Universidade Estadual de Londrina (Londrina, PR)
Faculdade de Educação (Florianópolis, SC)
Universidade de São Paulo (São Paulo)

■ Instituições particulares:

Escola de Biblioteconomia (Formiga, MG)
Universidade Santa Úrsula (Rio de Janeiro, RJ)

Digitalizado gentilmente por:

Fundação Univ. do Rio Grande (Rio Grande, RS)
Escola de Biblioteconomia (São Paulo, SP)
Fac. de Bibliotec. e Doc. Teresa D'Ávila (Lorena, SP)
Fac. Integrada Tereza D'Ávila (Santo André, SP)
Instituto de Ens. Sup. de Mococa (Mococa, SP)
Pont. Univ. Católica de Campinas (Campinas, SP)
Faculdade de Filosofia (Catanduva, SP)

■ Instituições municipais:
Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos (São Carlos, SP).

Cursos de Pós-Graduação

• Curso de Pós-Graduação em Ciências da Informação do IBICT. O endereço é av. General Justo, 171, 4° andar, 20021 Rio de Janeiro. Coordenadora: profª Abigail de Oliveira Carvalho.

• Curso de Mestrado em Biblioteconomia, da Universidade de Brasília. As aulas terão início em março de 1979 quando então iniciará a segunda turma de Mestrado. O curso está aberto a bacharéis em Biblioteconomia e em outras áreas e tem a duração de 18 meses.O último semestre destina-se à elaboração da dissertação de mestrado e, neste período, o candidato não precisa residir em Brasília. Áreas de concentração: 1) planejamento, organização e administração de sistemas de informação; 2) recursos e técnicas de documentação e informação científica. Maiores informações: Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da UNB, Campus Universitário, Asa Norte, 70910 Brasília, DF. Coordenadora: Drª Nice Figueiredo

• Curso de Pós-Graduação em Administração de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais. As inscrições abriram em novembro para o curso a nível de Mestrado. Tem a duração de 18 meses com duas áreas de concentração: 1) Biblioteca e Educação; 2) Biblioteca e Informação Especializada. Maiores informações: Profª Maria Martha de Carvalho (Coordenadora), Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, Caixa Postal, 1906; 30000 Belo Horizonte, MG.

• Curso de Mestrado em Metodologia do Ensino em Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Também com a duração de 18 meses, sendo um semestre de investigação para a monografia a ser produzida. Maiores informações: Faculdades de Biblioteconomia da PUC, Caixa Postal 317; 13100 Campinas, SP. Coordenador: Dr. Gaston Litton.

• Curso de Mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. Os objetivos do curso: formar docentes para o ensino da biblioteconomia e especialistas de alto nível para desenvolver pesquisas, planejamentos e gerência de sistemas de bibliotecas públicas. Área de concentração única: Sistemas de bibliotecas públicas. A inscrição está aberta para portadores de graduação em Biblioteconomia e áreas afins. O curso iniciou em agosto deste ano e a coordenadora é a professora Júlia Van Damme. Maiores informações: Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFP, Campus Universitário; 58000 João Pessoa PB. O telefone é (083) 224-7200, ramal 198.

As disciplinas que compõem o currículo do curso da UFP são as seguintes: obrigatórias — sistemas administrativos, metodologia do ensino superior, estudo dos problemas brasileiros, planejamento e gerência de sistemas de bibliotecas públicas, serviços ao público, desenvolvimento do acervo informacional. Optativas — a biblioteca pública e a cultura local, estudo do usuário, filosofia da biblioteconomia, bibliotecas escolares e infanto-juvenis, literatura infanto-juvenil, bibliotecas públicas a nível internacional, multimeios na biblioteca pública, automação em bibliotecas públicas, programação de computadores para material bibliográfico, recuperação da informação, documentos oficiais e referência legislativa, publicações periódicas, projeto de construção e instalação de bibliotecas públicas, serviços especiais, administração de arquivos e estudos avançados em biblioteconomia.

Digitalizado gentilmente por:

Cursos de especialização para 1979

• **Informática** em fevereiro e março, na sede da Associação Paulista de Bibliotecários. Fev./mar.: 30 vagas, carga horária de 60 horas/aula. Março: 40 vagas, carga horária de 30 horas/aula. Ministrado pelo prof. Cristiano Dias Lima (FAAP). Programa: Informática, definição, análise de sistemas, computador: conceitos de entrada/saída, equipamentos de entrada/saída, linguagens, automatização de biblioteca. Informações: APB. fone: 285-3831, SP.

• **Documentação Científica** em março/agosto, promovido pelo IBICT, a nível de especialização. Informações: Depto. Apoio Técnico, Div. Ensino e Pesquisas: av. Gen. Justo, 171, 3° a., ZC. 39; 20000 Rio de Janeiro, RJ. Fones: 242-1885 e 205-6332.

• **Library Planing and Design - Course 936** a realizar-se no período de 23 de setembro a 5 de outubro de 1979, em Londres (Birminghan). A direção estará a cargo de Godfrey Thompson e, durante a semana precedida do curso, será realizada a Conferência Anual de Associações de Bibliotecários ingleses. Maiores informações com The Library Association, 7 Ridgemount Street, Store Street, Londres WC1E, 7 AE.

• **Bolsas de estudos no Japão** estão sendo oferecidas pela Japan Foundation através do seu "Fellowship Program" para o ano de 1979. Destina-se a professores e especialistas, incluindo o bibliotecário. O conhecimento da língua japonesa é desejável, mas não imprescindível. Maiores informações: Assessoria Cultural do Consulado do Japão, av. Paulista, 475, Gx. Postal 361, São Paulo, SP.

• **4th International Travelling Summer School** a se realizar na Inglaterra de 25 de agosto a 15 de setembro de 1979, promovido pela Association of Assistant Librarians. O curso inclui visitas a várias bibliotecas da Grã-Bretanha, como por exemplo as de Glasgow, Edinburg, Yorkshire, Londres, etc. O custo total é de 350 libras por pessoa, incluindo acomodações e refeições. Informações: John Faughey, Director ITSS 79, Dep. of Librarianship, Northumberland Building - St. Mary's Place. Newcastle upon Tyne, NER - 8st - Inglaterra.

Curso de Graduação em Arquivoiogia

• Encontra-se em trâmite de reconhecimento o primeiro curso de Arquivologia do Brasil a ser implantado em universidade, a de Santa Maria (RGS). O curso terá uma carga horária de 2.325 horas, ultrapassando assim o mínimo exigido por lei para o currículo mínimo que é de 2.160 horas/aula. As disciplinas do currículo mínimo, exigidas pelo Conselho Federal de Educação, são as seguintes: Introdução ao Estudo do Direito, Introdução ao Estudo da História, Noções de Contabilidade, Noções de Estatística, Arquivo I-IV, Documentação, Introdução à Administração, História Administrativa, Econômica e Social do Brasil, Paleografia e Diplomática, Introdução à Comunicação, Notariado e uma língua estrangeira moderna.

A Universidade de Santa Maria concebe o seu currículo pleno com várias opções de especialização: arquivos empresariais, escolares, históricos e médicos.

Uma importante iniciativa será tomada pela Universidade de Santa Maria no próximo ano de 1979: ela sediará e patrocinará a XIX Mesa Redonda Internacional de Arquivos, um evento de larga repercussão e que costuma reunir especialistas de arquivo de todo o mundo, a ser realizado, pela primeira vez no Brasil.

Digitalizado gentilmente por:

Como obter uma Bolsa de Estudos da CAPES

A CAPES — Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — distribui Bolsas de Estudo para pós-graduação no Brasil e no Exterior. Ela considera dois tipos de candidatos: os candidatos do PICD isto é, docentes ou recém-graduados indicados nos planos de capacitação das instituições de ensino superior que participam do Programa Institucional de Capacitação de Docentes. O PICD constitui parte integrante do plano mais geral denominado Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) cuja execução está a cargo do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura (DAU), da CAPES e das instituições de ensino superior envolvidas, dispondo de normas operacionais próprias.

O outro tipo são os candidatos da demanda social que podem ser docentes vinculados a instituições de ensino superior não participantes do PICD, ou profissionais das diversas áreas de conhecimento, sem engajamento acadêmico.

O valor das Bolsas de Estudo é fixado anualmente pelo Grupo Técnico de Coordenação do Conselho Nacional de Pós-Graduação.

Mestrado e Doutorado no País

As bolsas para mestrado e doutorado são concedidas para o Brasil. A sistemática de solicitação é a seguinte: os candidatos do PICD deverão se dirigir ao seu departamento e solicitar a inclusão dos seus nomes no plano operativo anual da instituição. Tendo isto sido feito, os interessados deverão se inscrever em um curso de pós-graduação recomendado pela CAPES, visando serem aprovados em exame de seleção. Uma vez confirmada a aprovação, o candidato automaticamente terá assegurado a bolsa. Os prazos são até 15 de junho de cada ano para os nomes dos aprovados serem indicados pelo departamento à comissão do PICD.

Os candidatos da demanda social deverão encaminhar seus pedidos ao órgão responsável pelos assuntos de pós-graduação (Departamento, Coordenação, Centro ou Pró-Reitoria) das instituições de ensino superior onde funcionam os cursos de mestrado e/ou doutorado em um curso de pós-graduação recomendado pelo CAPES, visando serem classificados em exame de seleção para a bolsa solicitada.

Para estes candidatos, os prazos vão até 15 de outubro de cada ano, período no qual os coordenadores de cursos de pós-graduação deverão solicitar as bolsas para o ano seguinte através das pró-reitorias ou órgãos equivalentes.

A duração das bolsas é de, normalmente, 12 meses, podendo as de mestrado se estenderem até 24 meses e as de doutorado até 36 meses. Em caráter excepcional, os candidatos poderão solicitar prorrogação de bolsa, o que deverá ser feito mediante justificativa do Orientador do bolsista apoiado pelo Coordenador do curso.

Doutorado no Exterior

Estas bolsas estão também abertas para os dois tipos de candidatos. Estes, preferencialmente portadores do grau de mestre e interessados em obter o grau de doutor em instituições estrangeiras, deverão se dirigir ao órgão responsável pelos assuntos de pós-graduação das instituições (Pró-Reitorias ou Coordenação local do PICD) para preencher formulário apropriado, com o qual se inscreverão para a pré-seleção e entrevista promovidas através da CAPES.

A documentação é a seguinte: para a inscrição são necessários retratos 3x4; ficha de registro do candidato; plano de trabalho; autorização do empregador permitindo afastamento do candidato para o Exterior; diploma do certificado do curso de pós-graduação ou uma declaração explicitando data de conclusão; curriculum vitae elaborado de acordo com as instruções da CAPES, contidas no formulário para solicitação de bolsas; e histórico ou históricos escolares de graduação e/ou pós-graduação.

Digitalizado gentilmente por:

O processo de seleção compreende quatro etapas: entrevistas, análise pela consultoria, análise pela assessoria técnica e a concessão da bolsa.

Para a etapa das entrevistas, o candidato deve apresentar estes documentos: resultado do teste preliminar de proficiência de idioma, emitido pelas instituições autorizadas, em formulário padronizado e cópia da primeira correspondência enviada à universidade estrangeira, solicitando aceitação. Após indicado pelo Departamento e a conseqüente inscrição, o candidato será entrevistado por dois consultores técnicos da CAPES. Paralelamente, realiza-se a segunda etapa quando a instituição envia à CAPES a documentação do candidato que será analisada por especialistas da sua área de conhecimento.

Na terceira etapa, a assessoria técnica da CAPES executa os trabalhos de compatibilização dos resultados das entrevistas com os pareceres dos especialistas das áreas de conhecimento.

A etapa final, a concessão da bolsa de estudo, se efetua quando os nomes aprovados pelo Diretor-Geral da CAPES são levados ao Conselho Técnico-Administrativo que, em função dos recursos disponíveis, apreciará o número possível de concessões. Nesta etapa, o candidato deve apresentar os seguintes documentos: resultado final do teste de proficiência no idioma; carta de aceitação definitiva da universidade estrangeira; informação oficial sobre o valor das taxas escolares cobradas na universidade estrangeira de destino.

O resultado da seleção é comunicado aos candidatos através das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação ou órgãos equivalentes das suas respectivas instituições.

A duração das bolsas de doutorado é de 12 meses, podendo ser renovadas três vezes, por igual período. A terceira renovação só será possível mediante comprovação de que o bolsista se encontra em fase de elaboração de tese.

Os prazos para as inscrições de bolsas para o estrangeiro vai até 31 de agosto de cada ano. A vigência da bolsa é a partir de setembro do ano seguinte.

Pós-doutorado no País e no Exterior

As bolsas de pós-doutorado destinam-se a doutores que desejam realizar pesquisas, estágios, cursos ou aprimoramento profissional e científico, em instituições de ensino e pesquisa.

Os pedidos deverão ser apresentados diretamente à CAPES acompanhado de curriculum vitae, prova de aceitação do candidato pela instituição onde pretende realizar seus estudos de pós-doutorado e do plano de atividades que pretende desenvolver.

As bolsas são concedidas pelo prazo de até 12 meses. Os prazos para as solicitações são os seguintes: para o Brasil, até 15 de outubro de cada ano, sendo que a bolsa terá início a partir de março do ano seguinte; para o Exterior as solicitações deverão ser apresentadas até o final de fevereiro para início da bolsa a partir de setembro do mesmo ano.

O endereço da CAPES é o seguinte: Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, S.A.S. Quadra 6, Lote 4, Bloco "L", 4°, 5° 6° e 7° andares; 70.000 Brasília DF. Telefone (pabx): 225-2390.

Digitalizado gentilmente por:

Latin America: a guide to economic history, 1830-1930. Roberto Cortés Conde & Stanley J. Stein, Editors. Jirina Rybacek-Mlyková, Editorial assistant...Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 1977. 685p.

Sob o patrocínio do "The Joint Committee on Latin American Studies of the American Council of Learned Societies", do "Social Science Research Council" e do "Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales", publica-se esta bibliografia anotada sobre a história econômica da América Latina, relativa ao século seguinte à independência das diversas nações (1830-1930). Seus editores, Roberto Cortés Conde, professor pesquisador do "Instituto Di Tella" em Buenos Aires, e Stanley J. Stein, professor de História em Princeton, são bastante conhecidos nos meios universitários não só em seus países, como entre nós.

A publicação em foco é o resultado de esforço pioneiro de reunir, em um volume, 4552 obras ou publicações periódicas referentes ao assunto. Cada país foi trabalhado por professor especialista em sua área e a bibliografia propriamente dita é precedida de um ensaio de interpretação. A América Latina não é atingida em sua totalidade; faltam a Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela, as Guianas e todos os países da América Central.

Com exceção do setor referente ao Peru, os outros, em sua maioria, trazem uma sigla das bibliotecas onde foram encontrados os Livros. A lista das abreviaturas encontra-se no início de cada parte.

Observa-se uma diversidade do idioma empregado, na seleção do material bibliográfico, no tipo das anotações e na própria interpretação dos ensaios; todos, contudo, obedecem à regras de ordenação alfabética inglesa.

A obra divide-se em oito partes, citadas a seguir: 1. Introdução dos editores Stanley J.Stein e Roberto Cortés Conde, parte em inglês, parte em espanhol; 2. Bibliografia geral de Stanley J.Stein, com assistência de Jirina R. Mlynková; 3. Argentina, por Tulio Halperín

Digitalizado gentilmente por:

Donghi; 4. Brasil, por Nícia Vilela Luz; 5. Chile, por Carmen Cariola e Oswaldo Sunke; 6. Colombia, por William Paul MacGreevey; 7. México, por Enrique Florescano; 8. Peru, por Pablo Macera e Shane J. Hunt. A partir do capítulo segundo, a parte bibliográfica é disposta em dez categorias que, por sua vez, ainda se subdividem.

O plano geral da obra é o seguinte: I. Obras Gerais e de Referência (1. Obras de referência e dados estatísticos; 2. Fontes de antecedentes e arquivos públicos; 3. Histórias econômicas e/ou sociais; 4. Condições econômicas, sociais e geográficas; 4ª Condições econômicas, sociais e geográficas: Exposições, Periódicos; 5. Revisão de problemas pesquisados); II. Demografia, Força de Trabalho e Condições de Vida (1. População; 2. Imigração; 3. Educação; 4. Condições de vida e de trabalho; 5. Escravidão (e/ou Peonaje)); III. Estruturas e Instituições (1. Estrutura social; 2. Grupos de interesse; 3. Legislação; 4. Fatores Internacionais); IV. Crescimento e Flutuações Macro-Econômicas (1. Fontes de dados estatísticos; 2. Estudos gerais; 3. Moeda, crédito e bancos; 4. Receita e despesa pública (com inclusão de Memórias do Ministério da Fazenda em alguns capítulos); 5. Política econômica geral); V. Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro (1. Fontes de dados estatísticos; 2. Estudos gerais; 3. Fluxos internacionais de capital; 4. Política governamental); VI. Economia Regional (1. Fontes de dados estatísticos; 2. Estudos gerais; 3. Desenvolvimento urbano, urbanização); VII. Agricultura, Pecuária, Silvicultura (1. Fontes de dados estatísticos; 2. Estudos gerais; 3. Posse de terra e colonização; 4. Insumos; 5. Preços e benefícios; 6. Política Governamental); VIII. Indústria: Manufatura e artesanato (1. Fontes de dados estatísticos; 2. Estudos gerais; 3. Insumos; 4. Política governamental); IX. Indústria Extrativa (com os mesmos itens do capítulo VIII); X. Transporte, Utilidades e Serviços Públicos (1. Fontes de dados estatísticos; 2. Estudos gerais; 3. Estudos de viabilidade e projetos; 4. Insumos; 5. Política governamental).

Esta obra é indicada para o acervo de bibliotecas universitárias de História e Economia.

Rosemarie Erika Horch
Instituto de Estudos Brasileiros
Universidade de São Paulo.

FARIA, Francisco Leite de. Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1977. 577p.

A mola-mestra para estes estudos bibliográficos foi o IV Centenário da morte de Damião de Góis, ocorrido em 1974. Seu compilador, o Reverendo Padre Dr. Francisco Leite de Faria, profundo conhecedor da bibliografia portuguesa quinhentista, foi a pessoa indicada a elaborar essa obra. "Esta bibliografia destinava-se a servir de catálogo a uma exposição", que não se realizou, devido às dificuldades que então atingiam a nação portuguesa.

A obra, dividida em cinco seções, é precedida de um prefácio, assinado pela Comissão Organizadora: Fernando Piteira Santos, Luiz de Matos e Raul Rego; de "Observações e Agradecimentos" do autor e de um "Índice Alfabético das Abreviaturas".

Inicialmente, a "Bibliografia das Obras de Damião de Góis" indica não só as edições *princeps*, como as edições posteriores, até os nossos dias, assim como as traduções e respectivas edições havidas.

A segunda seção abrange "Obras de Portugueses Amigos e Conhecidos de Damião de Góis". Descreve bibliograficamente 31 obras de 18 escritores com os quais Damião de Góis teve relações de amizade ou simples conhecimento, "escolhendo as que consideramos mais raras, ou mais importantes, ou relacionadas com Damião de Góis".

A terceira parte refere-se a "Obras de Autores Estrangeiros Amigos ou Conhecidos de Damião de Góis", selecionadas pelo compilador, que descreve "uma ou mais obras de cada um de alguns desses escritores", num total de 21 autores estrangeiros.

A quarta seção descreve "Obras de autores portugueses impressas no estrangeiro entre 1501 e 1550". Era intenção do autor relacionar "todas as que imprimiram até 1574, ano da morte de Damião de Góis, mas verificou que o seu número era impressionante". Não querendo aumentar desmesuradamente a bibliografia, decidiu descrever apenas aquelas publicadas entre 1501 e 1550, abrangendo 274 descrições.

A quinta parte corresponde aos "Estudos sobre Damião de Góis em Ordem Cronológica", que por sua vez é seguida dos "Índices":

Digitalizado gentilmente por:

alfabéticos de nomes próprios e o geral.

A primeira, a quarta e a quinta seções estão organizadas em ordem cronológica, enquanto que as outras não têm ordem aparente. Todas as partes são precedidas de uma introdução, imprescindível para esclarecimentos sobre a inclusão ou não de certos autores, além de outras edições quinhentistas já citadas em outras seções.

A bibliografia ainda está valorizada pela reprodução, em alguns casos em cores, das folhas de rosto das obras mais raras.

Essa obra vem dar seguimento à *Bibliografia Geral Portuguesa*, publicada há mais de trinta e cinco anos pela Academia de Ciências de Lisboa e que em dois volumes descreve os incunábulos impressos em Portugal e por portugueses no estrangeiro.

Além de ser um magnífico exemplo de bibliografia textual, está primorosamente impressa, honrando a tradição bibliográfica e a arte tipográfica portuguesa.

Rosemarie Erika Horch
Instituto de Estudos Brasileiros
Universidade de São Paulo

MIRANDA, Antonio Lisboa Carvalho de. **Informação para o desenvolvimento: o planejamento bibliotecário no Brasil.** Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1977. 135p.

O autor, com o original desta obra *"Planning Library and Information Systems (NATIS) for Brazil"*, sua dissertação de mestrado, recebeu o "Prêmio Sisson & Parker", da Loughborough University of Tecnology, Inglaterra, em 1976.

Assessor de Planejamento Bibliotecário da CAPES e Presidente da Associação de Bibliotecários do Distrito Federal e Professor do Departamento de Biblioteconomia da UnB, Antonio Miranda há algum tempo vem-se preocupando com os problemas das bibliotecas brasileiras, no que diz respeito à criação de redes e sistemas de informação. Foi o criador do SIDE, Subsistema de Informação e Documentação Educacional, tendo elaborado um trabalho sobre *"Bibliotecas dos Cursos de Pós-Graduação em Educação no Brasil: estudo comparado"*, que foi apresentado no IX Congresso Brasileiro & V Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Porto Alegre, em 1977.

É grande a utilidade da leitura de *Informação para o desenvolvimento: o planejamento bibliotecário no Brasil*, pois nessa obra o autor analisa os sistemas de informação no Brasil, tentando analisar também as suas conseqüências. É um alerta aos bibliotecários, que ainda não se deram conta de que começam a desempenhar um papel importante no processo de desenvolvimento. Esta é "a hora e a vez da Biblioteconomia". A profissão, embora venha crescendo desordenadamente, demonstra esse axioma e a biblioteca pode contribuir para um desenvolvimento nacional mais equânime.

O autor salienta a necessidade de se conhecer a realidade nacional a fim de que se consigam mais informações, e que a pesquisa passa a ser uma necessidade premente para se delinearem e definirem problemas e se proporem alternativas para solucioná-los.

O Planejamento Bibliotecário ou de sistemas de informação, embora disciplina nova, cujos fundamentos ainda estão para ser determinados, apresenta objetivos que não poderão ser alcançados se os bibliotecários insistirem em trabalhos isolados. O autor conclama os bibliotecários a um maior entrosamento com os planejadores do governo, pois os orçamentos para os serviços de informação devem fazer parte integrante dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

O Brasil, por ser um país em desenvolvimento, deve sempre procurar a melhor utilização de seus recursos e, se os sistemas de informação não forem calcados nessas condições, poderá advir uma situação absurda e injustificável.

A criação de sistemas de DSI (Disseminação Seletiva da Informação), sem perfis refinados e atualizados, o fornecimento de livros a bibliotecas fechadas ao público, a aquisição de processos mecanizados de informação (quando processos manuais ou semi-automáticos operariam satisfatoriamente), são anormalidades encontradas amiúde de dentro do "sistema de informação" brasileiro. Há sistemas que consomem verbas extraordinárias e que se acabam tornando "arquivos mortos". Um sistema automatizado só funciona realmente quando a informação é previamente selecionada e organizada, satisfazendo a todas as necessidades.

Bibliotecas e/ou Centros de Documentação vêm-se expandindo consideravelmente nos últimos anos, mas a quase totalidade dos

Digitalizado gentilmente por:

sistemas desenvolvidos nada tem a ver com a realidade nacional. Cada país, desenvolvido ou em desenvolvimento, tem diferentes necessidades. Portanto, não é possível a adoção de modelos de sistemas importados que demonstraram ser eficientes em outros países, mas que não correspondem às possibilidades e necessidades locais. Há necessidade de se obter a organização e disseminação da informação em níveis de qualidade e quantidade mais compatíveis com as necessidades locais,apresentadas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Os sistemas de informação devem ser baseados em estudos completos e exatos, nos quais se possa confiar; a intepretação dos dados deve ser feita mediante o dimensionamento de suas limitações. O autor, nesse ponto, assinala que os aspectos técnicos e profissionais não devem nunca ser esquecidos.

Com relação à avaliação do desempenho de redes de bibliotecas, o autor chama a atenção para o fator tempo, custo e qualidade dos serviços, e lembra que a chave de qualquer sistema de informação é o serviço de referência. Daí advém o serviço de empréstimo interbibliotecário e a seleção e aquisição cooperativa. O empréstimo interbibliotecário não somente oferece um grande potencial para melhorar e expandir serviços, mas constitui um completo redimensionamento do serviço de referência. No entanto, esse serviço e a seleção e aquisição cooperativa ainda não são uma prática extensiva e consumada entre nós, e nunca foram implementados, devido a problemas vários.

O subdesenvolvimento é causado pela ausência ou falta de informação e a burocracia é considerada como a causa e o efeito do subdesenvolvimento de um país. Entretanto, a verdadeira burocracia deve ser capaz de promover o progresso e estimular a independência dos indivíduos participantes. Nesse caso, a forma burocrática de administração pode ser utilizada em organizações de redes e sistemas de bibliotecas para maximizar e orientar esforços conjugados.

É impossível definir sistema como sendo um "conjunto de elementos postos em interação". Um verdadeiro sistema requer avaliação contínua e constante readaptação, o que só é possível quando os indivíduos participantes são livres para participar ou contribuir criativamente em sua auto-regulação. Nenhum sistema é totalmente completo, pois é progressivo e mutável, crescendo e decaindo seletivamente conforme o ambiente exterior no qual ele funciona. Essas mutações devem sempre ser previstas e controladas.

O autor nos lembra que a "reorganização" de serviços, muitas vezes, esconde a ineficiência ou incapacidade dos organizadores. E a "reorganização" vem-se tornando uma constante, causando descontinuidade de serviços e desorientação ao usuário, que não tem como se informar sobre tais mudanças. Mesmo os profissionais, não só bibliotecários, mas também de outras profissões, não têm sido capazes de manterem-se em dia sobre as mudanças operadas.

Escrito em linguagem clara e acessível, o livro reúne, em seus dez capítulos, informações críticas sobre a problemática da informação no Brasil. Os capítulos estão assim distribuídos: 1. Introdução: a hora e a vez da biblioteconomia no Brasil; 2. Necessidade de uma política nacional de informação (NATIS); 3. Informação. Para quê?; 4. Política brasileira de informação e necessidade do governo; 5. Infra-estrutura da informação no Brasil; 6. Planejamento bibliotecário no Brasil; 7. Recuros humanos bibliotecários no Brasil; 8. Ensino e treinamento bibliotecários no Brasil; 9. Discussão geral e conclusões; 10: Bibliografia. Constam ainda da obra, gráficos, tabelas e um índice analítico (nomes e assuntos).

Informação para o desenvolvimento: o planejamento bibliotecário no Brasil, foi escrito por quem realmente tem experiência no assunto. Isso é constatado pela extensa bibliografia apresentada, que possibilita aos interessados um estudo mais aprofundado sobre o problema.

Marina dos Santos Almeida
Faculdade de Educação da USP

Dicionário de Lingüística S. Paulo, Cultrix, 1978, 653 páginas.

O dicionário de Dubois contém cerca de duas mil entradas. Algumas são brevíssimas — reduzidas a uma linha. A grande maioria aparece na forma de pequenas dissertações, de 10 ou 20 linhas. Outras são monografias que ocupam algumas páginas, destacando-se, entre as mais longas, 'língua' (17 p.), 'léxico' (15 p.), 'escrita' (11 p.),'semântica', 'redundância', 'estilo', com 7 páginas, aproximadamente, 'signo', 'alfabeto' (6 p.) e 'discurso' (4 p.). A obra é útil, sem dúvida, encerrando numerosas informações de interesse particularmente para quem conhece o assunto e deseja, de modo

Digitalizado gentilmente por:

perfunctório, rever um ou outro ponto ou reavivar esta ou aquela questão.

Entretanto, a obra está cheia de falhas, fugindo aos padrões de clareza e rigor a que estamos habituados, em se tratando de publicações provenientes das boas casas publicadoras de França.

Uma falha que conviria contornar, é a de usar entradas que, a rigor, não esclarecem a noção-título, mas, ao contrário, alguma noção paralela. É o caso, digamos, de 'axiomático': não se diz o que vem a ser um enunciado axiomático, falando-se em vez disso, de teorias axiomáticas. Em 'simplicidade' a falha é mais séria: em vez de comentar-se a noção, diz-se apenas que "o critério de simplicidade permitirá avaliar as gramáticas de uma lingua".

Há alguns verbetes perfeitamente dispensáveis. Entre eles, 'espaço tipográfico', 'escritor', 'fêmea', 'focalizar'. A propósito deste último, registre-se que se limita informar que 'focalizar' é sinônimo de 'enfatizar'. A par disso, há verbetes "inúteis", considerando o escopo da obra. Exemplo típico é 'hióide' (osso da laringe). Sem mencionar 'recategorização' que se entende como "toda mudança de categoria"...

Os autores pecam, algumas vezes, por omissão — em sentido especial. É o que se dá, p. ex., em 'fechamento'. Aludem ao movimento do canal bucal, mas olvidam o "fechamento de um enunciado" — que é muito importante e ao qual já se havia feito referência em 'enunciado'.

Há casos onde o definiendum reaparece no definiens; ("procedimento que consiste em reagrupar...") e 'segmento' ("resultado da operação que consiste em segmentar..."). Notemos mais uma incongruência: o reagrupamento é um *procedimento* (não o resultado desse procedimento), enquanto o segmento é o *resultado* da operação (e não a própria operação).

Um verbete particularmente confuso é 'associativo'. Espera-se encontrar alguma alusão às operações associativas, mas o que se encontra é isto: "Sentido associativo de uma palavra é o conjunto de palavras que um indivíduo... associa a um termo que se lhe apresenta numa prova de associação de palavras." A noção caracterizada é a de sentido associativo de uma palavra; a caracterização depende de 'teste de associação'e de 'associar'. Tudo isso poderia ser dito, sem dúvida alguma, de maneira menos obscura.

O verbete 'associativo' nos leva aos verbetes que encerram palavras lógicas ou matemáticas — em que as confusões e os erros são gritantes. A 'relação' é definida como "vínculo existente entre dois termos, pelo menos...". Vago. Que tipo de vínculo? E por que somente considerar termos? A 'função', por seu turno (na acepção 2) é "toda relação entre dois termos". A diferença entre função e relação limita-se, pois, ao fato daquela estabelecer-se entre dois termos, enquanto que esta se estabelece entre dois ou mais termos — o que é ridículo. Quanto à igualdade, afirma-se que "é a relação que se estabelece entre dois conjuntos...", não se cogitando, pois, da noção de igualdade, mas do caso específico em que dois conjuntos são dados como iguais. A incompatibilidade limita-se ao caso de duas proposições incompatíveis — quando seria fácil falar de um número qualquer de proposições incompatíveis.

A 'reflexividade' se diz "propriedade da igualdade do conjunto (sic) que se considera igual a si mesmo. O verbete 'comutativo' caracteriza certas relações "fundadas sobre a reciprocidade ou que pressupõem ou deixam prever, ou preparam uma outra ação". Vamos para 'reciprocidade' e lemos: "... é uma das três relações que está implicada quando se diz que uma palavra é o contrário de outra". Seguimos para 'contrário' e encontramos: "Chama-se contrárias unidades de sentidos opostos, uma das quais é a negação da outra e vice-versa". Mesmo com boa vontade é difícl entender.

Em definição, os autores limitam-se a considerar dois tipos de definição (ostensiva e semântica).

Em "nó", acepção 2, lemos que é "o conjunto constituído pelo regente e seus subordinados". Passamos aos verbetes apropriados e ficamos sabendo que o regente "é constituído... pelos termos dos quais dependem os outros termos, ditos subordinados". Em que sentido "dependem"? E por que "os outros"? Quais? Todos? Como selecionar o "regente", numa dada "conexão", ou os regentes, na hipótese de haver mais de um? Não está claro.

Na verdade 'semântica' diz-se que ela é "um meio de representação do sentido de enunciados", o que já é peculiar. O exemplo, a seguir, procura, porém, descrever o sentido de uma *palavra* ('cadeira') — o que é contraditório. Em 'sentido', lemos: "O sentido provém de uma articulação do pensamento e da matéria fônica, no interior de um sistema linguístico que determina negativamente as unidades". Que poderia ser essa determinação negativa de

Digitalizado gentilmente por:

unidades? E que unidades?

Os tradutores agiram bem procurando consagrar "pertença" — a relação que vige quando um dado *pertence* a certo conjunto. Não foram felizes na escolha de 'embreante' para aludir aos sermos indiciais (que, aliás, são citados adiante, na p. 339); com efeito,'embrear', nos dicionários comuns, corresponde a "cobrir de breu" e o neologismo é perfeitamente dispensável na lingüística (onde caberia conservar 'indicial').

A esse respeito, note-se que os autores franceses caracterizam os termos embreantes como termos cujo sentido varia com a situação. A caracterização não é adequada. Seria preferível dizer que varia o valor-verdade. Exemplificadamente, "Fui ontem ao cinema" não varia quanto ao sentido, em vista da presença do termo inicial 'ontem'; o que varia é o valor-verdade: a sentença pode ser verdadeira ou falsa, de acordo com a situação.

Acreditamos que não é preciso alongar mais estes comentários. O leitor poderá consultar a obra, esclarecendo as suas dúvidas de lingüística, mas não deverá esperar que ela lhe forneça explicações adequadas de termos que fujam dessa área. E aqui fica, reiterado, o convite aos nossos estudiosos da matéria: é tempo de elaborar um bom dicionário, coerente, amplo, escrito por autores brasileiros.

Leônidas Hegenberg
ITA — S.José dos Campos

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. Seção de Bibliotecas Públicas. **Normas para bibliotecas públicas.** (Standards for public libraries) Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos; pref. Herberto Sales. São Paulo, Quíron; Brasília, INL, 1976. 52p.

Tentativas para o estabelecimento de normas, destinadas à obtenção de melhor rentabilidade e eficácia dos serviços bibliotecários oferecidos à comunidade, vinham há algum tempo sendo levadas a efeito pela Seção de Bibliotecas da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (FIAB). Após várias revisões de princípios inicialmente propostos no período de 1956-1958, e de posterior apreciação de normas próprias de alguns países, o Grupo de Trabalho especialmente designado pela FIAB aprovou um documento, sujeito a pequenas modificações, contendo as normas para bibliotecas públicas. Revisto em 1972, o documento definitivo foi publicado em 1973, em Munique, e traduzido mais tarde para o português por A.A. Briquet de Lemos, sob o título "Normas para Bibliotecas Públicas".

São esses princípios de caráter geral, pois não se julgou conveniente a elaboração de normas em separado para os países em desenvolvimento, considerando-se que os objetivos das bibliotecas públicas são os mesmos em toda parte, podendo haver apenas diferenças na velocidade em que se processa o desenvolvimento.

No Brasil, o Instituto Nacional do Livro tem demostrado interesse no fortalecimento desse tipo de bibliotecas e proporcionou ao bibliotecário brasileiro a publicação das "Normas", através de convênio de co-edição com as Edições Quíron, após os entendimentos necessários com a FIAB.

O obra é dividida em várias seções. A Introdução propicia esclarecimentos a respeito do histórico do texto normativo; segue-se o "Manifesto da UNESCO sobre a 'Biblioteca Pública", onde são destacadas as características da biblioteca público como instituição democrática de educação, cultura e informação.

Com o capítulo "A Necessidade das Normas", é iniciada a série de recomendações referentes às normas propriamente ditas, numeradas consecutivamente até o final do volume, ressaltandose que nos países em desenvolvimento talvez "seja preciso dar prioridade a materiais educativos simples e livros para leitura recreativa, deixando-se para uma etapa posterior o desenvolvimento de serviços mais complexos, como o de informações técnicas e comerciais" (p.7).

O capítulo destinado a "Unidades de Administração e Serviços" propõe-se a fornecer esclarecimentos sobre os termos utilizados no documento, tais como: unidade administrativa, sistemas de bibliotecas públicas, ponto de serviço e serviço de biblioteca pública, além das dimensões desses serviços (p.9).

As "Normas para Coleções" (p.13) incluem livros (generalidades, livros de referência, descarte de material, acréscimos anuais, encadernação), publicações periódicas, inclusi-

Digitalizado gentilmente por:

ve jornais, materiais audiovisuais (generalidades, discos e fitas made arte e outros materiais).

São dedicadas às crianças, leitores excepcionais e leitores que se acham confinados em residências, hospitais ou instituições correcionais, entre outros, as "Normas para Grupos Especiais" (p.21), apresentando os requisitos indispensáveis para o pessoal que trabalha nesse tipo de bibliotecas, bem como orientação sobre o uso adequado dos serviços fornecidos ao usuário. São ainda indicados dados numéricos ideais sobre as coleções disponíveis em relação ao número provável de interessados.

As "Normas para Pessoal" (p.27) destinam-se a informar sobre a distribuição de pessoal qualificado e auxiliar para os serviços de bibliotecas públicas, considerando-se três fatores fundamentais: a população da comunidade atendida, o volume de utilização e a variedade dos serviços prestados. Além disso, são previstos problemas relacionados à administraçção de pessoal e contratação de serviços bibliotecários adequados nos países em desenvolvimento.

As "Normas para Edifícios" (p.30) incluem considerações relativas ao planejamento (flexibilidade; localização e acessibilidade; colaboração com outros serviços recreativos, culturais e educacionais; impacto visual; normas), as áreas de empréstimo e referência para adultos (com a apresentação de tabelas), os materiais audiovisuais e respectivos equipamentos (utilização e armazenagem), os serviços bibliotecários para crianças (generalidades, áreas de empréstimo, espaço para estudo, local para atividades), espaço para exposições, área para o depósito de livros, salas de trabalho e gabinetes do pessoal, área para pessoal, espaço para circulação ou "área comum" e outras áreas. Finaliza a obra o capítulo sobre "Custo do Serviço de Biblioteca Pública" (p.49).

Destinado à orientação para a possível solução dos mais variados problemas decorrentes da instalação e funcionamento de Bibliotecas Públicas, o volume publicado pelo Instituto Nacional do Livro deve ser considerado imprescindível para os projetos e estudos sobre o assunto. É oportuno mencionar o aparecimento, em 1975, de uma obra contendo os resultados de trabalho de pesquisa levado a efeito através de convênio entre a FIAB e a UNESCO, a propósito de normas cuja aplicação é atualmente recomendada para as bibliotecas nacionais, universitárias, especializadas, escolares, públicas e outras de vários países. Trata-se de: Withers, F.N. *Normes pour l'établissement des services de bibliothèque: enquête internationale.* Paris, Les Presses de l'Unesco, 1975. 485 p., cuja consulta poderá trazer novos esclarecimentos para os interessados

Laila Gebara Spinelli
Fundação Carlos Chagas — São Paulo

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica: critica textual.** São Paulo, Cultrix, Ed. USP, 1977. 153p.

Ao publicar este manual, o Autor procurou apresentar os fundamentos edóticos necessários ao preparo de uma edição crítica de textos. Professor Titular de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, de longa data sentiu o Autor a necessidade de transmitir os seus conhecimentos sobre o assunto, devido tanto ao "despreparo em que a nossa geração se encontrava em matéria de documentação, bibliografia e técnicas de publicação" (p.13), como à inexistência de tradição filológica em termos de crítica e interpretação de textos no Brasil e em Portugal (p.14).

A Edótica é definida como "a arte de descobrir ou corrigir os erros de um texto transmitido, preparando-lhe a edição que se diz edição crítica; crítica textual" (*Novo Dicionário Aurélio*, p. 489). É evidente que esta "arte" exige outros conhecimentos, além da crítica e interpretação textual. Para os textos mais antigos, há necessidade de conhecimentos de Paleografia — estudo das antigas escritas e evolução dos tipos caligráficos em documentos, isto é, em material perecível (papiro, pergaminho, papel) (p.18), de Diplomática — estudo de todos os caracteres externos do documento (a matéria escriptória, os instrumentos gráficos, as tintas, os selos, as bulas, os timbres, inclusive a letra, a linguagem, as fórmulas) (p.20)—, de Codicologia — o conhecimento do material empregado na produção do manuscrito e das condições materiais em que esse trabalho se verificou (p.22) — e também saber como fazer a exegese (arte de interpretar os textos). Para tanto, o Autor dividiu o seu livro em duas partes: a "Introdução" e a "Edótica".

Os quatro capítulos que compõem a Primeira Parte abrangem, inicialmente, esclareci-

Digitalizado gentilmente por:

mentos básicos relativos aos termos estudados pelo Autor, bem como conceituações de Paleografia, Epigrafia, Diplomática e Edótica. Em seguida, são apresentadas considerações sobre o livro manuscrito e o materiais utilizados para a sua elaboração, a evolução da escrita, o mecanismo desta, particularmente na época medieval (incluindo a pautação, a divisão entre palavras, a pontuação, os acentos, as abreviaturas) e noções sobre a datação dos documentos peninsulares ibéricos. Finalizam esta parte o estudo do documento em geral e do documento na acepção diplomática, a conceituação de "Notícia" e "Carta", a partição analítica, as características internas e externas do documento. Exemplos de transcrições paleográficas e ilustrações complementam o texto.

A Segunda Parte, dedicada à "Edótica", está subdividida em três capítulos: 1. A Edótica; 2. O Texto; 3. A Edição Crítica.

No Capítulo I, o autor ressalta o objetivo primordial da ciência edótica — os documentos literários — e declara "que as normas gerais desta disciplina (são) aplicáveis também à publicação de documentos históricos, filosóficos e religiosos" (p.59). A seguir, é apresentado um histórico do assunto, desde as suas origens até a crítica textual moderna e seus métodos, inclusive a Edótica no Brasil.

O Capítulo II é dedicado ao texto, seja na investigação histórica, literária e filológica, seja quanto às suas formas de reprodução.

A edição crítica, o capítulo principal da obra, compreende duas etapas: a fixação do texto e suas fases e a apresentação do mesmo. Por fixação etende-se o preparo do texto segundo as normas de crítica textual; a apresentação refere-se à organização técnica de um texto e dos seus elementos elucidativos, com vistas à publicação (p.86). Incluem-se na apresentação os elementos secundários da crítica textual, tais como a hermenêutica e exegese (interpretação, comentário e notas); a paráfrase (no caso de textos poéticos, que são vertidos para prosa ligeiramente modernizada) e o glossário. Complementam a apresentação do texto explanações sobre o índice e a bibliografia.

No final do volume são encontrados um quadro sinótico sobre o assunto e uma bibliografia especializada.

Embora a obra esteja voltada "preferentemente para os problemas da edótica medieval", o Autor — sobejamente conhecido pelo seu trabalho sobre *A Lírica Trovadoresca*, além de outros que patenteiam o seu interesse pelas edições críticas — admite que estes princípios possam ser adotados também em edições de textos mais modernos.

Para completar a sua utilidade, talvez fosse oportuno incluir, numa próxima edição, o índice analítico de assunto.

Indicado de prefer encia para os estudantes dos Cursos de Letras, este manual poderá ser utilizado por todos aqueles que partilham do pensamento de Roland Barthes, citado no ínicio da obra: "ninguém hoje, qualquer que seja a filosofia que adote, pensa em contestar a utilidade da erudição".

Rosemarie Erika Horch
Instituto de Estudos Brasileiros
Universidade de São Paulo

HARRISON, K.C. First steps in librarianship: a students'guide. 4.ed. London, André Deutsch-Grafton, 1973. 173p. (Livraria Pioneira, Pça. Dirceu de Lima, 313 São Paulo).

K.C.Harrison, bibliotecário de Westminster, Inglaterra, é autor de várias publicações, dentre as quais *The Library and the Community, Public Relations for Librarians* e *Public Libraries Today*. Uma de suas obras, entretanto, já se encontra em 4° edição, revista e atualizada. Trata-se de *First Steps in Librarianship: a Students'Guide*, destinada, conforme o próprio título, a estudantes de Biblioteconomia, com o intuito de oferecer-lhes informações complementares para a sua atividade profissional. Assim, um Guia dessa natureza aborda vários aspectos inerentes à organização e administração de bibliotecas, entre outras as bibliotecas públicas, com especial destaque para as instituições britânicas. O Autor considera, para os profissionais de quaisquer países, dois pontos fundamentais: a formação intelectual do bibliotecário e a uniformidade e exatidão dos serviços.

A publicação é dividida nos seguintes capítulos: 1. Bibliotecas Nacionais, Universitárias e Especializadas; 2. Bibliotecas Públicas; 3. Administração de Bibliotecas; 4. Cooperação entre Bibliotecas; 5. Associações de Classe; 6. Administração de Pessoal; 7. Métodos de Trabalho em Bibliotecas em Geral e em Bibliotecas Públicas; 8. Acervo; 9. Classificação e Catalogação; 10. Bibliografias e Fontes de Referência.

Digitalizado gentilmente por:

No Capítulo I, são estudadas as características dos diversos tipos de bibliotecas da Grã-Bretanha, a sua organização e legislação, o seu funcionamento e os aspectos históricos mais relevantes.

O Capítulo II é dedicado às bibliotecas públicas, cujos objetivos são semelhantes em todos os países, embora haja divergências na organização básica desse sistema. Considerações são feitas sobre o surgimento e a legislação das diversas bibliotecas públicas do Reino Unido, bem como sobre as mais proeminentes da Europa, dos E.U.A. e da Ásia. Menção especial ao trabalho da UNESCO e de outras entidades para a criação de bibliotecas públicas em diversos países em desenvolvimento finaliza o capítulo.

Quanto à organização de bibliotecas (Capítulo III) verifica-se que na Grã-Bretanha as bibliotecas públicas são as que oferecem as melhores oportunidades de empregos. Por essa razão, a administração dessas bibliotecas é estudada e comparada a instituições do mesmo tipo existentes na Escandinávia e nos Estados Unidos.

O trabalho de cooperação entre bibliotecas no Reino Unido (Capítulo IV) alcançou grande desenvolvimento, em parte devido à pequena extensão geográfica da região. Sistemas semelhantes são encontrados na Escandinávia e nos E.U.A., e neste último a cooperação regional é mais viável, considerando-se a área muito extensa do país. Harrison chama a atenção para o planejamento criterioso desse tipo de atividade, como condição primordial para a obtenção de resultados satisfatórios.

Nos últimos cem anos, com o desenvolvimento da profissão de bibliotecário, várias associações de classe foram surgindo (Capítulo V). Dentre elas, são objeto de considerações a IFLA, a "Library Association", da qual o Autor foi Presidente em 1973, a ASLIB, a SCONUL, a "School Library Association" e outras entidades inglesas e internacionais do gênero. É ressaltada a atividade da UNESCO no seu propósito de congregar as associações de bibliotecários em todo o mundo.

No que se refere à administração de pessoal (Capítulo VI), é de suma importância considerar-se a eficiência profissional, visando ao melhor e mais correto atendimento ao usuário. São analisadas as qualidades desejáveis do bibliotecário e de seus colaboradores, a organização do "staff", os seus direitos e deveres, bem como as diretrizes básicas para a organização racional dos serviços.

Três capítulos são dedicados ao livro propriamente dito: o seu preparo para a circulação em diversos tipos de bibliotecas (Capítulo VII), os critérios de formação e manutenção do acervo (Capítulo VIII) e esclarecimentos básicos sobre os processos de classificação e catalogação, tipos de catálogos e códigos de catalogação, e por fim os sistemas de catalogação cooperativa (Capítulo IX).

O conhecimento profundo de bibliografias e de fontes de referência é, segundo Harrison, essencial para os bibliotecários. Algumas considerações sobre material bibliográfico relativo ao assunto são apresentadas no último capítulo.

No final da obra, encontram-se sugestões para Leituras Complementares, um Apêndice com Lista de Abreviaturas e um Índice Alfabético.

O texto é apresentado em linguagem clara e objetiva, acessível àqueles que tenham conhecimento básico do idioma inglês. A parte gráfica e a encardenação do volume são de boa qualidade.

Inês Maria de M. Imperatriz
Instituto de Química — Universidade de São Paulo

BASTOS, Zenóbia P.S. de Moraes. **Organização de mapotecas.** Rio de Janeiro, BNG/Brasilart, 1978. 115p (Coleção Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação).

A atualidade da Biblioteconomia vem demonstrando a necessidade, cada vez maior, de melhor instrumentação do bibliotecário para agir em áreas especializadas, dentro de seu próprio campo de trabalho. Se requisitado para trabalhar em centros de documentação cartográfica, em mapotecas ou em bibliotecas que possuam mapas, o profissional deverá estar capacitado a processar satisfatoriamente a documentação que venha a ter em mãos. Ora, não recebendo o tratamento adequado no currículo das escolas de Biblioteconomia, nem nos manuais de catalogação, os mapas, salvo algumas exceções, acabam sendo classificados e catalogados empírica e sumariamente.

Zenóbia de Moraes Bastos, graças à longa e fecunda experiência à frente da Biblioteca do Instituto Geológico da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e ao convívio com as classes de Geologia, Meteorologia, Hidrologia, Geodésia, Topografia, Fotogrametria, Cartografia e Mineração, através das tradu-

Digitalizado gentilmente por:

ções que fez para a Classificação Decimal Universal — assim tão particularmente credenciada — vem agora sanar aquela deficiência. Como bem aponta a Profª. Maria Antonieta Ferraz, na apresentação do presente trabalho, não se trata apenas de um manual de técnicas biblioteconômicas. No desenvolver de seus 15 capítulos nota-se a preocupação da Autora em definir cartografia e em estabelecer-lhe as diretrizes e bases na área brasileira; outrossim, relembra o que seja um mapa e historia a representação da terra através dos tempos. Elementos básicos de Cartografia, sistemas de projeções e convenções cartográficas são também estudados. É no capítulo IV que Zenóbia de Moraes Bastos inicia o estudo do mapa como documento. Depois de estabelecidas todas as fases de confecção e impressão do desenho cartográfico, passa ao planejamento da mapoteca, à formação, ao registro e à conservação do acervo.

A leitura de um mapa para fins de catalogação, feita pelo bibliotecário e traduzido na ficha do catálogo, deve possibilitar ao leitor visualizá-lo de imediato. Seja qual for o código de catalogação escolhido, a descrição é proposta. Inúmeros exemplos, com regras e exceções, permitem o seu rápido aprendizado. A catalogação clássica do geógrafo Samuel W. Boggs, usada em alguns dos mais importantes centros especializados, é bastante clara, podendo ser adotada pelos bibliotecários. É, entretanto, diferente dos códigos da American Library Association, da Biblioteca do Congresso ou da Biblioteca do Vaticano.

Para a classificação, são utilizados igualmente os sistemas de Dewey, da Biblioteca do Congresso, de Boggs, a Classificação Decimal Universal, ou ainda classificações próprias. A autora estuda as características de cada uma, apontando-lhes a aplicabilidade.

Uma tabela de notação de nomes de municípios do Estado de São Paulo, uma bibliografia fundamental, a apresentação da profa. Maria Antonieta Ferraz e a reprodução na capa do livro de um mapa holandês do século XVII, representando o litoral brasileiro, enriquecem a obra e refletem o cuidado com que se cercou a sua publicação.

Sendo a recuperação da informação cartográfica tão importante nos dias de hoje, em que os estudos sobre a ocupação do solo cada vez mais estão presentes na raiz de muitas das atividades técnicas, científicas e humanísticas, o presente manual está credenciado a apresentar-se como obra de aquisição obrigatória a bibliotecários, geógrafos e cartógrafos.

Heloisa Liberalli Bellotto
Instituto de Estudos Brasileiros
Universidade de São Paulo

O que é o Sistema ISBN

O que é o ISBN?

O ISBN — International Standard Book Number — é um sistema universalmente aceito para a numeração de livros, utilizado atualmente em 19 países e em fase de implantação em 5 outros. Também a UNESCO o está adotando.

Por que o ISBN?

Vários sistemas de numeração vêm sendo usados para diversos fins, em todo o mundo, e a própria numeração de livros não constitui novidade.

Muitas editoras numeram seus livros há longo tempo, o mesmo ocorrendo com as bibliotecas, cuja técnica de processamento é, naturalmente, mais sofisticada. Contudo, tal procedimento não está ainda generalizado, nem em relação às editoras, nem em relação às bibliotecas, em sua totalidade.

A necessidade de um sistema numérico-padrão para livros tornou-se evidente a partir da década de 60, quando os grandes editores e distribuidores começaram a empregar a computação.

Acrescente-se a isto que hoje o comércio de livros internacionalizou-se. As vendas e/ou permutas atingem todos os países e, ademais, as bibliotecas do mundo inteiro trocam informações bibliográficas com suas congêneres.

Como começou o ISBN?

Os editores ingleses foram os primeiros a utilizar um sistema numérico para livros. O sucesso obtido despertou o interesse de outros países e, logo a seguir, tiveram início as tentativas de elaboração de um sistema padronizado, que pudesse servir tanto ao comércio

Digitalizado gentilmente por:

de livros quanto às bibliotecas. O resultado foi o ISBN, amplamente aceito, por representantes das duas categorias acima referidas, em encontro que os reuniu em Berlim, em 1967.

Posteriormente o sistema foi ratificado pela ISO (International Standards Organization) e publicado como Norma Internacional - ISO 2108 -1972.

Como se constitui o ISBN?

O ISBN compõe-se de 10 dígitos e consta de 4 partes:

1.Identificador de grupo por país ou área idiomática;
2.identificador do editor;
3.identificador do título;
4.dígito de verificação.

Onde colocar o ISBN no livro?

O ISBN deve ser impresso no verso da folha de rosto, no verso da capa, na lombada das brochuras e no verso da sobrecapa, se houver.

O ISBN deve integrar também a referência bibliográfica de: bibliografias nacionais; catálogos de editores; resenhas, listas e anúncios de livros; avisos de publicações no prelo; fichas catalográficas de bibliotecas e de editores.

Quem opera o ISBN?

O ISBN é operado sob o controle geral da:
International ISBN Agency
Staatsbibliothek Preussischer Kulturbesitz Berlin (West)

Entre as responsabilidades da Agência incluem-se a distribuição dos identificadores aos grupos (país ou área idiomática) e a orientação às agências nacionais.

No âmbito de cada país o sistema é operado por uma Agência Nacional, designada pela Agência Internacional.

Quais os benefícios propiciados pelo ISBN?

O ISBN possibilita a simplificação de atividade várias: escrituração contábil, controle de estoque, controle de vendas etc. Permite também que os pedidos de livros às editoras sejam feitos de forma padronizada, bastando, para isto, indicar o código do ISBN e a quantidade de livros desejada.

Quem é a Agência Brasileira do ISBN?

A Agência Nacional para o Brasil foi constituída em 1975 através de delegação da Agência Internacional do ISBN à Biblioteca Nacional que, como órgão executivo, deve controlar e incentivar o uso do sistema ISBN em nosso país.

Cumpre-lhe ainda, enquanto Agência Nacional:

a) atribuir o número de identificação aos editores de seu grupo. Este número deve ser escolhido de modo a permitir que toda a produção, passada, presente e futura, de um editor seja numerada. Para tanto é preciso que cada editor forneça todos os dados requeridos.

Compete-lhe, também, atribuir número de identificação aos editores ocasionais, isto é, pessoas físicas ou jurídicas que eventualmente tenham publicado uma obra, e o fato seja conhecido pela Agência;

b) atribuir, quando solicitada a fazê-lo, o número de identificação aos títulos (livros) produzidos no país;

c) manter atualizados os registros de editores e de todos os ISBN atribuídos;

d) publicar regularmente, em instrumentos bibliográficos apropriados, a lista de todos os ISBN invalidados.

Visando tornar possível o cumprimento destas tarefas, a Biblioteca Nacional e o CIMEC — Centro de Informática do MEC — vêm desenvolvendo um sistema de processamento de dados.

Os primeiros passos para a implantação do Sistema ISBN no Brasil e sua conseqüente entrada para a comunidade ISBN internacional já foram dados. Cabe agora aos editores cadastrarem-se no Sistema. Para isto basta solicitar seu ingresso através de carta ou ofício dirigido à: Biblioteca Nacional - Agência Brasileira do ISBN (Av. Rio Branco, 219/39 - 20000 Rio de Janeiro, RJ).

Dados necessários:

1. Razão social; 2. CGC; 3. Mês e ano de fundação; 4. Endereço completo; 5. Telefone (s); 6. CEP; 7. Caixa Postal; 8. Endereço telegráfico; 9. Fundo editorial (nº de títulos editados desde a fundação); 10. Ano do fundo editorial (ano em que foi feito o levantamento); 11. Maior produção ocorrida em um dos três últimos anos (maior produção — nº de títulos editados); 12. Ano da maior produção (ano a que se refere a produção citada no ítem anterior).

Digitalizado gentilmente por:

Roteiro para elaboração de resenhas

Inez Maria de M. Imperatriz

Licenciada em Letras pela FFLCH/USP; Bibliotecária do Conjunto de Química da USP; Pós-graduanda em Ciências da Comunicação da ECA/USP.

1. Conceito

A resenha deve ser texto de extensão limitada (2- 3 folhas datilografadas, conforme item 3.1), onde se apresenta descrição detalhada da publicação.

2. Finalidade

A finalidade desta Seção é, em primeiro lugar, estimular a elaboração de resenhas por parte dos bibliotecários e demais interessados. Paralelamente, deseja-se proporcionar informação atualizada aos estudantes e profissionais sobre as contribuições em seu campo nos últimos cinco anos. As resenhas destinam-se ainda a fornecer elementos que facilitem a seleção e aquisição de material bibliográfico por estudiosos docentes e bibliotecas institucionais.

3. Apresentação das resenhas

O Roteiro a seguir propõe algumas diretrizes para a organização do texto em sua parte formal. Não está ainda estabelecida, contudo, a natureza da resenha propriamente dita, se crítica, descritiva ou informativa. A opção fica, portanto, a critério do autor do trabalho.

Solicita-se aos Senhores Autores a observância do presente roteiro, sempre que possível, a fim de que maior uniformidade seja alcançada nas resenhas da REVISTA.

3.1 — O trabalho deve ser apresentado em duas vias (original e cópia), datilografado em papel tamanho ofício, de um só lado, em espaço duplo e com margens de 3 cm.

3 .2 — A resenha deve conter, inicialmente, os elementos de identificação da obra, ou seja, a referência bibliográfica. No final, poderão ser acrescentados dados sobre os fornecedores

Digitalizado gentilmente por:

comerciais, bem como o preço respectivo. Exemplos:

BOSI, Ecléia. *Cultura de massa e cultura popular: leitura de operárias.* Petrópolis, Vozes, 1972. 178p. (Coleção Meios de comunicação social. 6. Série pesquisa, 1). Cr$ 18,00

FOSKETT, Douglas Jobn. *Serviço de informação em bibliotecas.* /Information services in libraries/ Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos; introd. Raymond Smith; pref. Edson Nery da Fonseca. São Paulo, Polígono, 1969. 160p.

GARZA MERCADO, Ario. *Enseñanza bibliotecológica: dos ensayos y un proyecto.* México, Associación Nacional de Universidades y Institutos de Enseñanza Superior, 1974. 81p. Cr$ 240,00

(Livraria Polígono, São Paulo)

3.3 — Sempre que possível, recomenda-se que sejam incluídas informações complementares sobre o autor e sobre a obra em pauta. Exemplos:

"Por isso mesmo, é dificílimo sintetizar a História do Livro, proeza que Hipólito Escolar Sobrino realizou com sucesso, escrevendo-a em apenas cinco mil palavras. Diretor-Geral dos Arquivos e Bibliotecas da Espanha, Presidente da Associação Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Arqueólogos (ANABA) e um dos diretores da conceituada Editorial Credos, ele ainda consegue escrever excelentes livros, como, por exemplo, *Márquetin para bibliotecários* (1970), *Planejamento Bibliotecário* (1971) e *El Lector, La Lectura, la Comunicación* (1972), todos editados pela ANABA. Neste sentido, Escolar Sobrino é o perfeito continuador do grande Javier Lasso de la Vega."(ENF)

—"Luiz Beltrão é um dos pioneiros no estudo sistemático do jornalismo, entre nós. Um de seus primeiros trabalbo, *Iniciação à filosofia do jornalismo*, de 1959, recebeu o Prêmio Orlando Dantas. Fundador do Instituto de Ciências da Informação, professor de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Pernambuco, ex-professor e coordenador da Faculdade de Comunicações da Universidade de Brasília, professor da Faculdade Epitácio Pessoa, da capital da República, membro de numerosas entidades internacionais do campo das comunicações culturais, construiu boa reputação pelo seu trabalho docente.

A Imprensa Informativa ostenta, como subtítulo explicativo, "Técnica da notícia e da reportagem do jornal diário". É um livro didático, sobre técnica de jornal, escrito por quem teve experiências profissional como jornalista e agora se dedica ao estudo mais aprofundado e ao ensino do jornalismo." (FG)

—"Bernard Pottier vem se dedicando há muito tempo aos estudos linguísticos puros e à linguística aplicada ao francês, ao espanhol e ultimamente ao português, sobretudo através de trabalhos comparativos.

Entre suas obras mais recentes destaca-se *Linguística moderna y filologia hispánica*, uma série de estudos escritos em francês e tornados acessíveis ao público hispano-falante por meio da tradução de Martín Blanco Álvarez." (MPR).

3.4 — A coerência do texto, composto por sentenças bem estruturadas e interligadas, dará maior realce à contribuição do autor da resenha. Como sugestão, alguns tópicos são apresentados a seguir.

3.4.1 — Sempre que possível, informar sobre o tipo de enfoque dado ao assunto (téorico, filosófico, histórico, descritivo, etc.), o nível de tratamento do material (didático, especializado, de fácil leitura, etc.) e a temática primordial da obra. Exemplos:

—"A formação de bibliotecários é assunto amplamente discutido nos Estados Unidos, em congressos e mesas-redondas, livros e artigos, teses e relatórios. Com sua autoridade de antigo diretor de duas escolas de Biblioteconomia — University of Chicago e Case Western Reserve University — Jesse H. Shera como que esgota o assunto, abordando-o sob todos os aspectos: o teórico e o histórico, o cultural e o profissional, o administrativo e o curricular, o financeiro e o legal.

Os aspectos teóricos e históricos, entretanto, destacam-se dos demais, sendo conhecida a preferência do autor pelas origens e fundamentos dos temas que tem estudado". (ENF).

—"O livro foi concebido, segundo o Autor, como os demais da coleção ANABA, pensando nos alunos dos cursos de Biblioteconomia, embora pretenda também interessar aos bibliotecários no estudo do leitor, dos pontos de vista sociológico, psicológico e da comunica-

Digitalizado gentilmente por:

ção humana. Escrito em linguagem clara e acessível, reúne informações e reflexões sobre o leitor, a leitura e o papel da biblioteca como canal de comunicação social". (MLAG).

3.4.2 — Apresentar descrição e informações sobre as partes da obra. Exemplos:

— "Os volumes até agora publicados — e que serão brevemente seguidos pelos dedicados ao livro na Grécia e em Roma — têm a mesma estrutura textual: introdução histórica, análise dos elementos formais e substanciais do livro em cada época, considerações sobre suas características e sobrevivência, bibliografia, índice temático, onomástico e biblionímico." (ENF)

—"No guia supra-referenciado, Mary Lombardi referencia 1367 publicações seriadas, classificando-as em quatro partes: I — República Federativa do Brasil (Atos Institucionais e Complementares, Coleção de Leis e Orçamento Geral da União); II — Poder Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas da União); III — Poder Executivo (incluindo tanto os órgãos da administração direta como autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações); e IV — Poder Judiciário (incluindo Tribunais Regionais do Trabalho).

Cada parte é constituída por breves introduções históricas e pelos verbetes bibliográficos nos quais são indicados: títulos e suas variantes, conteúdo, periodicidade e eventuais irregularidades na numeração dos volumes." (ENF)

3.4.3 — Apreciação sobre o aparato bibliográfico da obra (bibliografia, notas de rodapé, índices), ilustrações, apêndices, etc. Exemplos:

— "A bibliografia, valorizada pelo seu arranjo, pela limitação a publicações periódicas e seriadas e somente às emanadas de repartições federais, torna-se objetiva e de fácil consulta. É abrangente e dispensa consulta a outras fontes." (JFR)

—"Em dois apêndices, estão indicadas as entidades e as obras consultadas para elaboração do guia, que se completa com um índice de títulos e órgãos publicadores." (ENF)

—"A obra se completa por índice de títulos das publicações e nomes das entidades, com uma rede de remissivas e referências muito cuidadosa, em uma única ordem alfabética: siglas, títulos antigos subtítulos dos periódicos e das séries, nomes antigos das repartições para os atualmente adotados." (JFR)

3.4.4. — Inserção da publicação no contexto geral. Exemplos:

—"É obra indispensável para os estudantes de Biblioteconomia e útil também para bibliotecários de Referência. "(PCR)

— "A leitura deste livro é utilíssima, pois o conhecimento dos hábitos de leituras das diferentes comunidades é indispensável para a melhor organização dos acervos das bibliotecas, não apenas em função de uma visão estática do nível cultural momentâneo dos leitores, mas também com vistas ao enriquecimento de suas experiências culturais e estéticas." (AABL)

— "Obra de referência indispensável aos pesquisadores interessados na administração pública brasileira, às bibliotecas especializadas e públicas e aos órgãos editores oficiais, que terão uma visão conjuntural das publicações oficiais brasileiras — periódicas e seriadas." (JFR)

— "Mary Lombardi não é a primeira norte-americana que se dedica às publicações do governo brasileiro. Ela foi precedida, no desbravamento dessa autêntica "selva selvaggia", por um ilustre bibliógrafo da Library of Congress: o hoje aposentado mas ainda atuante James Bennett Childs, autor de numerosos trabalhos sobre publicações governamentais, em geral, e organizador de um pioneiro *Guide to the official publications of the other American republics*. Em artigo publicado há vários anos na revista *O Cruzeiro*, Gilberto Freyre referiu-se ao problema parafraseando, com feliz pertinência, o título da conhecida obra de Alexis Carrel : 'Publicações oficiais, essas desconhecidas.' Rubens Borba de Moraes costuma chamá-las — juntamente com as universitárias — publicações clandestinas. E no último SALALM (Seminar on the Acquisition of Latin American Library Materials) — realizado em Austin (Texas) em abril de 1974 — a doutora Charlotte Heydecker apresentou um sugestivo documento no qual descreve as aventuras e desventuras do trabalho bibliográfico entre nós, sobretudo em matéria de publicações oficiais." (ENF)

3.4.6 — Discussão de argumen-

Digitalizado gentilmente por:

tos relevantes adicionais a serem encontrados em outras obras ou na pesquisa do próprio autor da resenha. Exemplo:

— "São verdadeiramente magistrais suas ' Conjeturas sobre el nacimiento de la escritura ' (*La tableta cuneiforme*, p.38-47), que chegam a lembrar as tão brilhantes e debatidas considerações de Claude Lévi-Strauss sobre o mesmo assunto, no capítulo XXVIII de sua conhecida obra *Tristes topiques* (Paris, Plon, 1955, p.337-349). Veja-se, por exemplo, sobre a ' Leçon d'écriture ', de Lévi-Strauss, o estudo de Jacques Derrida ' Nature, culture, écriture ', publicado em *Les Cahiers por l'Analyse* nº 4, p.5-50, sep./oct. 1966." (ENF)

4. Redação

O autor de resenha deve apresentar:

4.1 — Descrição das partes da obra, especificando o título de cada capítulo. Exemplos:

— "Na introdução, o Autor mostra o desenvolvimento social da biblioteca que, de guardiã de poucos e preciosos livros para uma minoria letrada, transforma-se em meados do século XIX em veículo de distribuição de leitura para uma quantidade crescente de pessoas instruídas.

No primeiro capítulo 'Lectores de libros y usuarios de la biblioteca', o Autor informa sobre os vários estudos que têm sido feitos sobre hábitos de leitura em diferentes países.

O segundo capítulo 'Tipos de lecturas ' trata das motivações para a leitura. São muito variadas e podem se sobrepor tanto no que se refere aos leitores como aos livros.

O terceiro e último capítulo ' La comunicación ' discorre sobre a teoria da comunicação e sua aplicação à compreensão da leitura, do leitor e da biblioteca." (MLAG)

— "A obra compreende oito capítulos: 1. Introdução; 2. Suporte administrativo; 3. O bibliotecário de referência; 4. A coleção de referência; 5. O consulente; 6. Métodos e técnicas para atender questões de referência; 7. Avaliação; 8. Exercícios práticos sobre atividades e serviços desempenhados pela seção de referência e assistência aos leitores.

No capítulo 1, além de uma introdução sobre finalidades, objetivos e teorias do Serviço de Referência, foi inserido um estudo ...

No capítulo seguinte, são estudados os pontos mais importantes para a criação de uma Seção de Referência..." (PCR)

4.2 — Para artigos de revistas ou partes da obra, devem ser expressos, resumidamente, os tópicos principais do artigo ou da parte da obra em foco.

Exemplo:

"A matéria apresenta-se distribuída em quatro partes, divididas, por sua vez, em capítulos:
Primeira parte: ' *La scena italiana* '
Cap. I — p.13-20 — ' *Rinascimiento e Umanesimo* '
Observa os fatos que deram origem ao Renascimento e procura explicar as razões pelas quais nasceu ele na Itália: considera o Renascimento uma colocação de crônicas que têm como principais protagonistas Dante, Petrarca, Boccaccio e outros ..." (DNS)

4.3 — Procurar apresentar a essência de cada tópico da publicação. Exemplo:

"No primeiro ensaio, que trata do ensino da Biblioteconomia na Universidade de Buenos Aires e no Museu Social Argentino, o autor faz a história, de 1922 a 1972, dos programas de formação de bibliotecários nessas duas instituições e analisa suas respectivas orientações no decorrer desse período.

O segundo ensaio trata das ' ciências da informação na escola de Biblioteconomia ' e se constitui numa revisão bibliográfica sobre definição, divisão, classificação, funções, situação, programas, cursos e livros de texto de ciências da informação, no contexto do ensino da Biblioteconmia". (AABG)

4.4 — Redação do trabalho em estilo objetivo, conciso e claro. Neste particular, alguns princípios são também sugeridos:

4.4.1 — O início da resenha é importante para manter a atenção do leitor. Assim, devem-se evitar inícios tais como: "Este livro...", ou "Neste livro o autor diz...", etc.

4.4.2 — Deve-se variar a extensão das sentenças para obter-se um texto equilibrado, evitando-se a monotonia de sentenças muito curtas e entrecortadas ou de sentenças enormes e complexas.

Digitalizado gentilmente por:

4.4.3. — Termos raros ou não comuns e difíceis devem ser esclarecidos ou definidos. Exemplo:

"Pois o autor se ocupa... das funções exercidas pelos copistas mesopotâmicos e egípcios; da revolução provocada pelo *alifato* (palavra para nós até agora desconhecida e que significa o alfabeto consonântico dos povos semíticos)". (ENF)

4.4.4. — Referências ao autor devem ser em 3ª pessoa, bem como os comentários gerais sobre a obra;

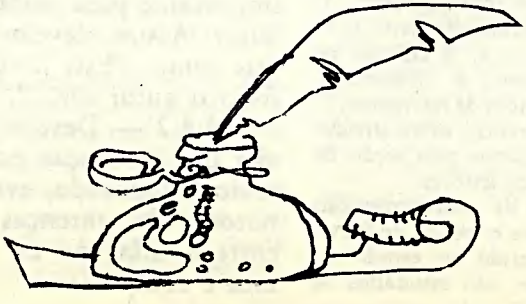
4-4.5 — Deve-se evitar o uso de notas de rodapé ou a apresentação de bibliografia complementar, considerando-se a pequena extensão da resenha. Se houver necessidade de indicar, no texto, uma citação direta ou indireta, isso poderá ser feito entre aspas ou entre parênteses no próprio decorrer da resenha;

4.4.6 — Não se deve usar a resenha para defender pontos de vista de quem as faz, ou avaliar uma obra considerando-se como o autor da resenha a teria feito se fosse o próprio autor do trabalho.

5. Notas finais

5. 1 — Recomenda-se aos interessados em colaborar com esta Seção o prévio entendimento com o Corpo Editorial da Revista.

5.2 — Os exemplos que ilustram os vários itens deste Roteiro foram extraídos de resenhas apresentadas em publicações brasileiras, pelos seguintes autores: (AABL), Antonio Agenor Briquet de Lemos Nery da Fonseca (ENF), Flavio Galvão (FG), Juracy Feitosa Rocha (MPR), Pérola Cardoso Raulino (PCR).



Digitalizado gentilmente por:

Thereza Diácoli Quadrelli *

Bibliotecas Públicas

FONTES CONSULTADAS:
LISA — Library and Information Science Abstracts
LL — Library Literature
ISA — Information Science Abstracts
BBD — Bibliografia Brasileira de Documentação
BS-Section 101 — Bulletin Signaletique — Section 101 Sciences de l'Information. Documentation

ANDERSON, John F. — Aspects of main library administration and management. *Library Trends, 20* (4): 654-62, 1972.

ARAGÃO, E.M. de — *Os sistemas regionais de bibliotecas públicas e seu entrosamento com o serviço nacional de bibliotecas.* Fortaleza, 1963. 12f. /Trabalho apresentado ao 4º Congresso Brasileiro de Bibliotecomia e Documentação/

ASHEIM, L.E. ed — *Forum on the Public library inquiry.* London, Greenwood Press, 1970, 281p.

ASPECTS of public library management; the application of new process of the public library service; rept. of a working party of the library advisory Council for England. London, H.M.S.O., 1973. 22p.

BALE, William R. — Management of public and regional libraries. In: WORKSHOP ON LIBRARY MANAGEMENT, 1969, Red Deer, Albert. *Papers. Lib. Assn. of Alberta*, 1969. p.8-12.

BARROSO, Maria Alice — Independência ou morte da biblioteconomia. *Revista de Biblioteconomia de Brasília, 1*(2):109-20, 1973.

BAUMFIELD, B.H. — Attitudes and authority: a personal examination of the public library scene. *Journal of Librarianship, 2*(1): 22-32, 1970.

BEYERSDORFF, Günter — Vergleich von Organisations-und Geschäftsverteilungsplänen siniger Grosstadtbüchereien. Comparison of organization and business and distribution plans of some large city libraries. In: *Zur Organisation Grosstädtischer Buchereisysteme.* Berlin, Deutscher Büchereivernand, Arbeitsstelle für das Büchereiwesen, 1972. p.15-35-

BIBLIOTECAS públicas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2*(4/6):119-125m 1973

BIEL, Audrey, ed.-Young adult service in the public library. *Library Trends, 17*(2):115-220, 1968. /Fascículo inteiro, composto por reunião de artigos de diversos autores.

BLASINGAME, Ralph Jr. - Future patterns of library development. In: SEMINAR FOR EXPERIENCED BUILDING CONSULTANTS, 1968. *Library building consultant, role and responsability.* New Brunswick, New Jersey, Rutgers University Press, 1969. p. 87-93.

BLOSS, Meredith - Standards for public library service - quo vadis? *Library Journal, 101*(11):1259-62, 1976.

NOTA: Para um levantamento bibliográfico exaustivo sobre Biblioteca Pública, ver "Boletim Bibliográfico - SESC", nº 18/19, dezembro 1977/junho 1978, editado pela Assessoria de Divulgação e Promoção Institucional do Departamento Nacional SESC (rua Voluntários da Pátria, 169, Rio de Janeiro, RJ).

* Chefe-Substituta da Secção de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Divisão de Biblioteca e Documentação da Coordenadoria de Atividades Culturais da Universidade de São Paulo

Digitalizado gentilmente por:

BONE, Larry Earl, ed. — Community analysis and libraries. *Library Trends, 24*(3):429-643, 1976. /Fascículo inteiro composto por reunião de artigos de diversos autores.

BOTTASSO, Enzo — La biblioteca publica: esperienze e problemi. Torino, Italy, Assn. Piemontere dei Bibliotecari, 1973. 283p.

BROGAN, Jack — Recent development in Scotlish public libraries. *Assistant Librarian, 64*(8):119-20, 1971.

BROWN, Robert E. — *Joetta community library*: a simulation exercise in library administration. University of Illinois, Graduate School of Library Science, 1975. 78p.

CAMPBELL, H. C. - Effect of metropolitanism on the public library. *Library Quartely, 38*(1):32-40, 1968.

CHANDLER, G. — Public libraries in development. *International Library Review, 6*(2):231-5, 1974.

CLAPP, V. W. — Public libraries and the network idea. *Library Journal, 95*(2):121-4, 1970.

CLAPP, V. W. — Public library systems and the national library networks. In: INSTITUTE ON PUBLIC MANAGEMENT, Madison, Wisconsin, 1968. *Realities of the public library system cocept in Wisconsin.* Madison, Wisconsin, Div. of. lib. Service, Dept. of public instruction, 1968. p.103-11.

CLAY, E. S. — Public library systems: democracy in the administrative state. *Southeastern librarian, 22*:31-3, Spring 1972.

CONNY, P. T. — *Administrative authority through the delegation of powers.* Oakland, Calif., Public Lib., 1969. 23p.

COBERTT, E. V. — Public libraries today. *Library Association Record, 77*(9):205-6, 1975.

CORBETT, E. V. — *Public library and its control.* 2,ed. rev. North Yorkshire, Association of Assistante Librarians, 1966. 145p.

CRONEBERGER, R. B. — The effective public library. *Catholic Library World, 48*:166-8, Nov. 1976.

CUSHMAN, J. — Children's and young peoples's librarianship: an administrator viewpoint. *California Librarian, 27*:165-7, Jul 1966.

DANE, William J. — Organization patterns in public libraries. *Library Trends, 23*(3):329-48, 1975.

DAUGAARD, P. — Folkebiblioteket: mal og midler. Public Library: aims and means. *Bogens Verden, 57*(2/3):50-3, 1975.

DEWEY, M. — Relation of the state to the public library. In: AMERICAN library philosophy: an anthology. Connecticut, Shoe String Press, 1975.

DUNSTAN. P. W. — The functions of public libraries in the 1970. *Australian Library Journal, 20*(7):9-13, 1971.

Digitalizado gentilmente por:

ESCOBAR, H. — *Desarrollo de las bibliotecas publicas en el Brasil*: creación de la Biblioteca Publica de Brasília. Paris, Unesco, 1969. 63f.

ESCOBAR, H. — El planeamiento bibliotecario. *Boletin de 1ª ANABA* (55):17-34, 1969.

FERGUSON, Eleanor Archer — Public library development through systems. In: INSTITUTE ON PUBLIC LIBRARY MANAGEMENT, Madison, Wisconsin, 1968. *Realities of the public library system concept in Wisconsin.* Madison. Wisconsin, Div. of Lib. Service, Dept. of Public Instruction, 1968. p.9-20.

FERGUSON, Eleanor Archer — Inevitable change for public libraries. *American Libraries*, *3*(7):743-52, 1972.

GALVIN, H. & ASBURY, B. — Public library building in 1972. *Library Journal*, *97*(21):3856-65, 1972.

GARDNER, F.M. — *Public library legislation*: a comparative study. Paris, Unesco, 1971. 285p.

GARDNER, Frank M. — Finalidades y objetivos de las bibliotecas públicas. *Boletin de la Unesco para las Bibliotecas*, *27*(4):225-30, 1973.

GOLTZ, Siegfried — Zu einigen Fragen der Struktur und Funktion der staatlichen allgemeinen offentlichen Bibliotheken. Some problems of structure and function of state public libraries. *Bibiothekar*, *23* (7/8):727-42, 1969.

GRANHEIM, E. — IFLA and the public libraries. *Scandinavian Public Library Quarterly*, *8*(1):3-4. 1975.

GRANHEIM, E. — IFLA'S medium-term programme in relation to aspects of public work. *IFLA Journal*, *3*(3): 239-42, 1977.

GREGOL, L. C. — Bibliotecas públicas: história e situação atual. São Paulo, 1967. 15f. Trabalho apresentado ao 5° Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

GUERIN, Edmond — L'avenir des bibliothèques publiques. *Association de Bibliothecaires Français Bulletin d'Informations* (80):125-7. 1973.

HELWING, Ronald E. — Alternative methods of organizing and financial local public libraries in South Dakota: a thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Arts. *South Dakota Library Bulletin*, *56*(1/2):1-79, 1970.

HENINGTON, D. M. — Developing patterns of main library organization. *Library Trends*, *20*(4):640-53, 1972.

HOLLEY, E. F. — Libraries and the usefulness of knowledge. *Michigan Librarian*, *42*:4-8, Fall 1976.

HOWARD, E. N. — Orbital organization. *Library Journal*, *95*(9):1712-5, 1970.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION — *Standards for public libraries.* Munich, Verlag Dokumentation, Pullach, 1973. 53p.

Digitalizado gentilmente por:

JEFFERSON, G. — *Public library administration*: an examination guidebook. London, Clive Bingley, 1966. 75p.

JONES, Arthur — Criteria for the evaluation of public library services. *Journal of Librarianship*, *2*(4):228-45, 1970.

JONES, K.H. — Management theory and public library: technique or revolution? *Library Association Record, 73* (1): 10-12, 1971.

KOEPP, D.W. - *Public library government:* seven case studies. California, Univ. of Califórnia Press, 1968. 184p.

A KOZMUVELODESI Könyvtárak helyzete és fejlödése. The position and developments of public libraries. *Könyutari Figyelö Szemle* (1):5-24, 1969.

LANGE, C.E. - *Communication behavior and interpersonal coorientation between public library directors ant their board members.* 1972. 183p./Thesis PhD University of Wisconsin, Madison

LEWIS, C.H. - Public library administration in South Carolina. *South Carolina Librarian, 19*: 8-10, Fall 1975.

LIPSMAN, Claire K. - *Disadvantaged and library effectivness.* Chicago, Ill A.L.A., 1972. 197p.

LOCK, R.N. - *Library administration.* 2. ed. London, Lockwood, 1965. 150 p.

MCKINNON, Katherine - Policies for public libraries. *Ontario Library Review, 57* (4): 231-3, 1973.

MCPHERON, J. - Critique of the progressive public library movement in America. *Illinois Libraries, 59*: 299-303, Apr. 1977.

MOHLENBROCK, S. - *Biblioteksadministration*: a teori och praktik, Library administration: theory and practice. Lund, Sweden, Biblioteksjänst, 1970. 369p.

MOLOD, S.E. - Librarians and the power structure. *Focus, 23*:4-8, Mar. 1969.

MONROE, M.E. - Evaluation of public services for adults. *Library Trends, 22* (3): 337-59, 1974.

MOON, E. E. - What is happening to public library circulation. *Library Journal, 91*(15):3851-62, 1966.

MOREY, G.E. *Identification of common library gools:* objetives and activities relative to a planning, programming, system. 1970. 75p. Thesis (Ed. S.) Western Michigan University

MUELLER-HEIDELBERG, Klaus - Buchereiplanung und Verivaltungsorganisation. Library planning and administrative organization. *Bucherei und Bild 19:* 72-8, Feb. 1967.

MURISON, W.G. *Public library:* its origins, purpose and significance. 2 ed. rev. & reset. London, Harrap, 1971. 244p.

NEWHOUSE, J. P. & ALEXANDER, A. J - An economic analysis of public library services. *RANB - R* 848BH, 1972.

NORMEM voor het Openbare bibliotheekwerk. Standards for public library service. *Openbare Bibliotheek*, 12 (7/8): 277-306, 1969.

Digitalizado gentilmente por:

PAGETTI, R. - The organization of public libraries in Milan. *International Library Review 5* (1): 73-6. 1973.

PATON, William B. - Standards for public library. *An Leabharlann, 27* (3): 103-105, 107-13, 1969.

POLITICA do I.N.L. para o setor biblioteca (MEC - Plano Setorial de Educação e Cultura, 1972-1974. Projeto 33: Programa Nacional do Livro. *Revista de Biblioteconomia de Brasília,* 1(1):91-4, 1973.

PUBLIC library aims and objetives. *Library Association Record, 73* (12): 233-4, 1971.

PHINNEY, Elleanor, ed. Library services to the aging. *Library Trends, 21* (3): 359-458, 1973. Fascículo inteiro, composto por reunião de artigos de diversos autores.

RANGANATHAN, S. R. et al. - Freee book service for all: an international survey; publ. for the Mysore Assn. s. l. Asia publ., 1968. 464p.

ROBBINS, J. B. *Citizen participation and public library policy.* New Jersey, Scarecrow, 1975. 178p.

ROCKWOOD, C. and ROCKEOOD, R.H. - Regional differences in public library service *Southeastern Librarian, 19*:217-20, Winter 1969.

RUSSO, Laura Garcia M. - O planejamento de bibliotecas públicas. *Acrópole, 28*(329): 119-25, 1966.

SCHON, B. - Community participation and library planning. *Ontario Library Review, 60*: 78-82, Jan. 1976.

SCHUSTER, Herbert - Zur leitungstätigkeit der algemeinen öffentlichen bibliotheken. Management of the public libraries. *Bibliothekar, 21*:225-33, Mar. 1967.

SEAMAN, F.L. - Insurance coverage for public libraries. *North Carolina Libraries, 35*: 14-23, Spring 1977.

SEVER, Shmuel - Some social aspects of public library development in Israel. *Library Quarterly 38*(4): 388-405, 1968.

SEWELL, P.H. - The development of library services: the basis of their planning and assessment. *Journal of Librarianship, 2*(1): 33-42, 1970.

SHAFFER, K.R. - *Decision marking*: a seminar in library management. Connecticut, Shoe String Press, 1971. 191p.

SHAFFER, K.R. - *Experience of management:* case studies in public and academic library administration. New Jersey, Scarecrow, 1972. 167p.

SILDEN, William K. - Accreditation of public libraries - yes or no? *Wilson Library Bulletin, 45*(4): 394-8, 1970.

SMITH, C.E. - *Aspects of public library administration*: report on a study tour of libraries overseas in 1968. Newcastle public lib., 1969. 310p.

Digitalizado gentilmente por:

SPERANDIO, Liliana - História da Biblioteca Pública do Paraná. *Revista de Biblioteconomia de Brasília, 2*(2): 199-202, 1974.

STTENSLAND, R.P. - Management in public libraries. *North Carolina Libraries, 32*:19-22, Winter 1974.

STEVENSON, G. — Popular culture and the public library. *Advances in Librarianship, 7*:177-229, 1977.

STEVENSON, Grace T., ed. — Group services in public libraries. *Library Trends, 17*(1):3-108, 1968. (Fascículo inteiro, composto por reunião de artigos de diversos autores.)

SYKES, P. — Where the buck stops: public library administration. *New Library World, 73*(850): 182, 1972.

TAYLOR, Anne — How to test your library. *Library Association Record, 72*(2):49-52, 1970.

TAYLOR, William A. — The public library after "mand". In: PROCEEDINGS PAPERS AND SUMMARIES OF DISCUSSIONS AT THE PUBLIC LIBRARIES CONFERENCE HELD AT BRIGHTON, 23 to 26 September, 1968. London, The Library Association, 1968. p. 56-63.

THARAUD, C. — Public librarian as supervisor: sucess or failure. *California Librarian, 37*:6-17, Oct. 1976.

THOMAS, P. A. — Looking at libraries. *Aslib Proceedings, 24*(11):627-34, 1972.

TODAY show features public library service. *Bookmark, 31*:116, Mar. 1972.

VISWANATHAN, C. G. — *Public library operations and services*; a short manual. 2 ed. s. 1. Asia publ., 1967. 294p.

WAKNIS, T. D. — Library organization in India. *Indian Librarian, 25*(4); 191-5, 1971.

WALLIS, C. L. — Public libraries. *American Library Association Year book*, 1976:273-83.

WHEELER, Joseph L. — What good are public library standards? *Library Journal, 95*(3):455-62, 1970.

WELSH, W. J. — The processing department of the Library of Congress in 1970. *Library Resources and Technical Services, 15*(2): 191-214, 1971.

WHITE, P. — Only the best will do: if the public library is to cultivate excellence it must promote elitsm. *Australian Library Journal, 25* (4): 145-9, 1976.

WIGHT, Edward A. — The contribution of the public library survey. *Library Quartely, 38* (4):293-300, 1968.

WIJASURIYA, D. E. K. - Need to know: developing public library services to the community. *IFLA Journal, 3* (2):215-7, 1977.

WILSON, A. - The public library in the service of leisure. *Journal of Librarianship, 4*94):222-39, 1972.

YOUNGS, W.O. - Quality public library service, the long view. *Wyoming Library Roundup, 24*: 24-34, Jan. 1969.

Digitalizado gentilmente por:

Bibliotecas Universitárias

FONTES CONSULTADAS:
LISA - Library and Information Science Abstracts
LL - Library Literature
ISA - Information Science Abstracts

ADKINSON, B. W. & DUBSTER, H. J. - New Challenge for university and technical libraries. *Libri, 19 (4)*: 265-74, 1969.

AMAN, M.M. — Egyptian university libraries. *International Library Review, 2*(2):175-81, 1970.

AMOSU Margaret — On the planning of a new library. *Nigerian Libraries, 10*:141-7, Aug./Dec. 1974.

BADR, Ahmad & KALANDER, Sulaiman — Las bibliotecas universitarias de Kuwait. *Boletin de la Unesco para las Bibliotecas, 24*(2):87-91, 1970.

BAIRD, Donald A. — Simon Fraser university Library, *Canadian Library Journal, 28*(3): 190-2, 1971.

BAKER, N. R. & NANCE, R. E. — Organizational analyses and simulation studies of university libraries: a methodological overview. *Information Storage and Retrieval, 5*(4):153-68, 1970.

BECKMAN, M. — International colloquium on the construction of university libraries. *Canadian Library Journal, 29*(1):28-9, 1972.

BESWICK, Norman W. — Library-college re-visited. *Library Association Record, 72*(4): 148-9, 1970.

BESWICH, Norman W. — Library resources centre in higher education: some personal speculations. *Library Association Record, 75*(7):134-5, 1973.

BLUH, P. — A study of an inventory. *Library Resources and Technical Services, 13*(3):367-71, 1969.

BOLTON, E. C. — Response of university library management to changing modes of university governance and control. *College and Research Libraries, 33*(4):305-11, 1972.

BOOZ, Allen and Hamilton, inc. — *Organization and staffiing of the libraries of Columbia university*, a summary of the case study. Washington, Association of Research Libraries, 1972. 27p.

BOOZ Allen and Hamilton, inc. — *Problems in university library management*; a study

Digitalizado gentilmente por:

conducted for the Association of Research Libraries and the American Council on Education. Washington, Association of Research Libraries, 1970. 63p.

BREITING, Amelie & Staff development in college and university libraries. *Special Libraries, 67*(7):305-10, 1976.

BROWN, Cecily & University libraries. *Quarterly Review of Australian Education, 3*(3):51-5, 1970.

BROWN, Harry Faulkner & *Planning the academic library.* Newcastle upon Tyne, Oriel, 1971. 97p.

BRYAN, H. & Australian university libraries: a gloomy conclusion? *Library Journal, 92*: 4113-16, 1967.

BURGIS, G. C. & The contemporary university library: learning resource technology and techniques. *Canadian Library Journal, 27* (1):24-8, 1970.

BURGIS, G. C. & A systems concept of organization and control for large university libraries. *Canadian Library Journal, 28*(1):24-9, 1971.

BURNETT, A. D. & Impressions of West Germany university libraries. *Libri, 20*(1/2):35-58, 1970.

CARAVIA, Paul & La experiencia moderna de las bibliotecas universitarias de Rumania. *Boletin de la Unesco para las Bibliotecas, 23*(5):285-89, 312, 1969.

CAREY, R. J. P. & Library instruction in colleges and universities of Britain. *Library Association Record, 70*(3):66-70, 1968.

CASSATA, Mary B. & Student unrest and the library. *Wilson Library Bulletin, 45*(1):78-85, 1970.

CLARK, Jay B. & Odyssey of a university library, 1869-1968. *Journal of Library History, 5*(2):119-32, 1970.

COIRO, Giovanni & Problemi delle biblioteche universitarie e prospettive. *Accademie e Biblioteche d'Italia, 37*(4/5):275-84, 1969.

COLUMBIA University. Libraries — *The administrative organization of the libraries of Columbia University:* a detailed description. New York, 1973. 1v.

COMMANGER, Henry Steele — Problems of the university library. *Library College Journal, 3*(4): 44-52, 1970.

CONDAMIN, Jeanne — La nouvelle bibliothèque scientifique universitaire de Reims. *Bulletin des Bibliothèques de France, 12* (4): 145-53, 1967.

DANTON, Joseph Periani — *Book selection and collections, a comparison of German and American university libraries.* New York, Columbia University Press, 1963. 188p.

DAVINSON, Donald — *Academic and legal deposit libraries:* an examination guidebook. London, Bingley, 1965. 74p.

DEALE, H. V. — Trends in college librarianship. *Library Trends, 18* (1): 3-102, 1962.

DEWEESE, L. C. — Status concerns and library professionalism. *College and Research Libraries, 33* (1): 31-8, 1972.

Digitalizado gentilmente por:

DICKINSON, Fidelia — Participative management: a left fielder's view. *California Librarian, 34*: 24-33, Apr. 1973.

DIX, William Shepherd — Cause and effect on university libraries: two decisive decades. *American Libraries, 3* (7): 721-31, 1972.

DORFF, Francis — Librarian as planner. *Catholic Library World, 46:* 17-21, July 1974.

DOUGHERTY, R. M., ed. — Colorado Academic libraries book processing center study. *Library Resources and Technical Services, 13* (1): 115-41, 1969.

DOUGHERTY, R. M. — The unserved-academic library style. *American Libraries, 2* (10):1055-58, 1971.

DOWNS, R. B. & HEUSSMAN, J. N. — Standards for university libraries. *College and Research Libraries, 31* (1): 28-35, 1970.

DUCOTE, R. L. — Spiraling patterns in college libraries: two decisive decades. *American Libraries, 3* (7): 733-4, 1972.

ELLISON, John W. — Coping with administrative problems: a survival kit for librarians. *Unabashed Librarian*, (17):9-10, 1975.

ELLISWORTH, Ralph E. — Scholarly publishing and the university library. *Library Journal, 96*(19):3568-72, 1971.

EMEZI, H. O. — Public relations in university libraries. *Nigerian Libraries, 8*:29-33, Apr. 1972.

ENU, Cosmas — Problems of Nigerian university libraries. *Unesco Bulletin for Libraries, 27*(2):84-91, 1973.

FISCHER, G. L. — Australian university library laws and administrative responsability. *Australian Academic and Research Libraries, 2*:1-15, Mar. 1971.

FLENER, Jane G. — Staff participation in management in large university libraries. *College and Research Libraries, 34* (4):275-9, 1973.

FORD, Geoffrey — Research in user behaviour in university libraries. *Journal of Documentation, 29*(1):85-106, 1973.

FOX, E. S. — Academic libraries in the U.S.A. *Library World, 68*:183-7, 1967.

FRANCIS, D. & RAYMOND, B. — University librarians: shepherds of books or disseminators of information? *Canadian Library Jounal, 26*(2):144-7, 1969.

GAVER, Mary V. — The librarian in the academic community — a new breed?. *Wilson Library Bulletin, 43*(6):540-4, 1969.

GELFAND, Moris A. — *University libraries for developing countries*. Paris, Unesco, 1968. 157p. Existe ed. em espanhol.

GRÖNBERG, L. — University libraries — national libraries, aspects of the problems in Scandinavia, especially in Sweden. *Libri, 17*(1):59-62, 1967.

HAAG, D. E. — Teaching function of the university library. *South African Libraries, 37*(5):272-9, 1970.

Digitalizado gentilmente por:

HAAK, J. R. — The undergraduate library: goal determination. *Library Journal, 96*(9):1573-8, 1971.

HALE, Barbara — Library development at the University of Western Australia. *Australian Library Journal, 22*(7):247-51, 1973.

HALLAM, O. M. — Starting a library from scratch (Honduras) *Library Association Record, 71*(11):328-9, 1969.

HAMBURG, M. et al. — *Library planning and decision — making systems.* Cambridge, Mass.. MIT Press, 1974. 274p.

HAMLIN, A. T. — Libraries of the universities of Italy: a study of their services and collections. *Libri, 15*(2):138-58, 1965.

HAMLIN, A. T. — Library salaries in British universities. *Library Journal, 93*:513-17, 1968.

HARO, R. P. — Change in academic libraries. *College and Research Libraries, 33*(2):97-103, 1972.

HARO, R. P. — College libraries for students. *Library Journal, 94*(11):2207-8, 1969.

HARO, R. P. — The floating academic librarian. *American Libraries, 2*(11):1169-73, 1971.

HARO, R. P. - Some problems in the conversion of a college to a university library. *College and Research Libraries,30*(3):260-4, 1969.

HARVARD-WILLIAMS, R. - National and university libraries - special services for special readers. *Libri, 18*(3/4):173-81, 1968.

HEANEY, Henry J. - Academic libraries. *Library Association Record, 72*(7):262-3, 1970.

HEANEY, Henri J. - Progress in documentation: British university library statistics. *Journal of Documentation, 27*(3):205-11, 1971.

HINGWE, K. S. - Organizational patterns of academic libraries. *Library Herald, 11*(3):139-53, 1969.

HOLLEY, Edward Gailon - Organization and administration of urban university libraries. *College and Research Libraries, 33*(3):175-89, 1972.

HOLLEY, Edward Gailon - *American university libraries*: organization and administration. Texas, Tex. A & M Univ., 1971. 15p.

HOOKWAY, Harry T. - National library planning in Britain. *The Bowker Annual of Library & Book Trade Information*, 1975. p.340-6.

HORN, Roger G. - Think big: the evolution of bureaucracy. *College and Research Libraries, 33*(1):13-17, 1972.

HORNY, K. - The undergraduate library: building Northwestern's core. *Library Journal, 96*(9):1580-3, 1971.

HOSTROP, Richard W. - *Education inside the library media center.* Hamden, Conn., Shoe String Press, 1973. 178p.

Digitalizado gentilmente por:

HUE, Joseph - Les nouvelles structures administratives et les missions des bibliotheques d'études et de recherche. *Association des Bibliothécaires Français Bulletin d'Information* (85):117-81, 1975.

HUMPHREYS, K. W. - Dévelopments récents dans les bibliothéques universitaires en Grande-Bretagne. *Bulletin des Bibliothéques de France, 14*(11):455-64, 1969.

HUMPHREYS, K.W. - Libraries in new universities. *Internacional Library Review, 2*(3):307-28, 1970.

HUMPHREYS, K.W. - Standards in university libraries. *Libri, 20*(1/2):144-55, 1970.

HUMPHREYS, K.W. - Subject specialist in national and university libraries. *Libri, 17*(1):29-41, 1967.

JOHNSON, M. - Performance appraisal of librarians — a survey. *College and Research Libraries, 33*(5):359-67, 1972.

JONES, N. E. - The undergraduate library — for undergraduates! The UCLA experience. *Wilson Library Bulletin, 45*(6):584-90, 1971.

JOSEY, Elonnie Junius - Community use of academic libraries. *Library Trends, 18* (1):66-74, 1969.

JOSEY, Elonnie Junius - Faculty status for librarian. *Library Journal, 96*(8):1333-6, 1971.

JOSEY, Elonnie Junius & BLAKE, F. M. - Educating the academic librarian. *Library Journal, 95*(2):125-30, 1970.

KABBEBO, T. & STEPHENSON, Y. - The university of Guyana library: past, present and future. *Library Association Record, 72*(7):258-60, 1970.

KASER, D. - Modernizing the university library structure. *College and Research Libraries, 31*(4):227-31, 1970.

KASER, David Edwin - A dialetic for planning in academic libraries. In: *Academic library*: essays in honor of Guy R. Lyle. Metuchen, N. J., Scarecrow, 1974. p. 96-104.

KASER, David Edwin - Planning in university libraries: context and processes. *Southeast Librarian, 21*:207-13, Winter, 1971.

KAUL, B. K. — College library and instruction. *Herald Library of Science, 8* (3): 203-9, 169.

KELLER, John E. — Program budgeting and cost benefit analysis in libraries. *College and Research Libraries, 30* (2): 156-60, 1969.

KENNEDY, J. R. — Integrated library instruction. *Library Journal, 95* (8): 1450-3, 1970.

KESSLER, Meyer M. — Application of ideas of management, instruction and technology in the administration of the academic library. *Lacuny Journal, 2*: 23-5, Spring 1973.

KILGOUR, Frederick G. — Regional network: Ohio College Library Center. *Datamation, 16* (2): 87-9, 1970.

KILPELA, Raymond — The administrative structure of the university library. *College and Research Libraries, 29* (6): 511-16, 1968.

Digitalizado gentilmente por:

KLOTSCHE, J. M. — The role of the academic library in urban development. *College and Research Libraries, 30* (2): 126-9, 1969.

KOETTELWESCH, C. — Mass utilization of German university libraries. *Libri, 17* (3): 210-9, 1967.

KORN, Margaret — Academic library administrators workshop. *Oklahoma Librarian, 24*: 22-3, Jan. 1974.

KUHN, W. B. — Undergraduate libraries in a university. *Library Trends, 18* (2): 188-209, 1969.

KUMAR, B. K. — The state of academic libraries in developing countries: the emergence of a foreign - aided departamental library of a university library. *Herald of Library Science, 8* (3): 219-23, 1969.

LEE, H. W. — Fragmentation of academic library resources in Thai university libraries. *International Library Review, 3* (2): 155-67, 1971.

LEHMAN, J. O. — Cooperation among small academic libraries. *College and Research Libraries, 30* (6): 491-7, 1969.

LEIMKUHLER, Ferdinand F. & NEVILLE, Anthony E. - The uncertain future of the library. *Wilson Library Bulletin, 43*(1):30-43, 1968.

LEONARD, Lawrence E. - Colorado academic libraries book processing center: a easibility study. *College and Research Libraries, 29*(5):393-9, 1968.

LINE, Maurice Bernard - Information services in academic libraries. *IATUL Proceedings, 5*(1):28-34, 1970.

LINE, Maurice Bernad - Libraries in institutions of higher education: independence vs. interdependence. *Library Association Record, 68*: 315-23, 1966.

LINE, Maurice Bernad - University library: functions and opportunities. *Library Review, 21*:345-8, Autumn 1968.

LOGSDON, R.H. - The librarian and the scholar: eternal ennemies. *Library Journal, 95*(16): 2871-4, 1970.

LUMSDON, C.A. - Communication within the organization: organizational development, team making and informal meetings (with discussion) *Aslib Proceedings, 27*(8):327-38, 1975.

LUNIN, L.F. - Academic information centers. *American Documentation 20*(1): 3949, 1969.

LYMAN, R. W. - New trends in higher education: the impact on the university library. *College and Research Libraries, 33*(4): 298-304, 1972.

LYNCH, Beverly P. - Organizational structure and the academic library. *Illinois Libraries, 56*:201-6, Mar. 1974.

MCANALLY, Arthur Monroe & DOWNS, Robert B. - The changing role of directors of university libraries. *College and Research Libraries, 34*(2):103-125, 1973.

MCGRATH, William Ernest - *Development of a long-range strategic plan for a university library*: the Cornell experience; chronicle and evaluation of the first year's effort. Ithaca, N.Y., Cornell University Library, 1973. 185p.

Digitalizado gentilmente por:

MACKENZIE, A. G. - Reader instruction in modern universities. *Aslib Proceedings, 21*(7):271-9, 1969.

MCNEAL, A. L. - Libraries book to the state agency: the academic library. *American Libraries, 2*(7):739-71, 1971.

MARCHANT, Maurice P. - Participative management as related to personnel development. *Library Trends, 20*(1):48-59, 1971.

MARCHANT, Maurice P. - University libraries as economic systems. *College and Research Libraries, 36*(6):449-57, 1975.

MASON, E. - Along the academic way: a report of a seven-month study project, November 1, 1969 to May 31, 1970, funded by a Council on Library Resources fellowship. *Library Journal, 96*(10):1671-6, 1971.

MERRY, Susan A. - The Ontario new universities library project - a centralized processing experiment completed. *College and Research Libraries, 29*(2):104-8, 1968.

METCALF, Keyes De Witt - *Planning academic and research library buildings.* New York, N.Y., McGraw-Hill, 1965. 431p.

MEWS, H. - Library instruction concerns people. *Library Association Record, 72*(1):8-10, 1970.

MILCZEWSKI, Marion A. - *Estructura de la biblioteca universitaria en la America Latina.* Washington, D.C. Unión Panamericana, 1967. 48p.

MORRIS, Leslie R. - Head librarian and his education: the presidents' attitudes. *Journal of Education for Librarianship, 12*(3):162-5, 1972.

MOUNT, Ellis & FASANA, Paul - An approach to the measurement of use and cost of a large academic research library system: report of a study done at Columbua University Library. *College and Research Libraries, 33*(3):199-211, 1972.

NEAL, Kenneth William - *Introduction to library administration.* Alderley Edge, 1975. 58p.

NICHOLLS, R. A. — Library service and use. *Library Association Record, 33* (3): 199-211, 1972.

NITECKI, J. — Shared cataloging: an experiment in cooperation between university and special libraries.*Special Libraries, 61*(7): 377-80, 1970.

NOEL, David G. — Dynamic-response library: a blueprint for new universities. *Australian Library Journal, 22*(1): 8-23, 1973.

OBOLER, Eli Martin — Academic library. *Library Journal, 92*(15): 2903, 1967.

O'CONNELL, T. F. — Undergraduate library? *Canadian Library Journal, 27*(4): 278-82, 1970.

OERTEL, Dieter — Tâches et entreprises communes des bibliothèques d'études de la République fédérale allemande. *Bulletin des Bibliothèques de France, 14*(3): 95-104, 1969.

OMELUSIK, N. E. — Ex uno plures: the libraries of the University of British Columbia. *Canadian Library Journal, 28*(3): 186-8, 1971.

ORNE, Jerrold — Future academic library administration — whither or wheter. In: *Academic*

Digitalizado gentilmente por:

Library: essays in honor of Guy R. Lyle. Metuchen, N.J., Scarecrow, 1974. p. 82-95.

ORNE, Jerrold — The place of the library in the evaluation of graduate work. *College and Research Libraries, 30*(1): 25-31, 1969.

ORNE, Jerrold — The undergraduate library. *Library Journal, 95*(12): 2230-3, 1970.

ORNE, Jerrold — PALMOUR, Vernon E. et al. — *Study of characteristics, costs, and magnitude of inter-library loans in academic libraries.* London, Greenwood Press, 1972. 127p.

PARKER, Thomas Francis — Models and methods: the tools of library networking. *College and Research Libraries, 36*(6): 480-6, 1975.

PARRY, Thomás — University libraries and the future. *Library Association Record, 70*(9): 225-9, 1968.

PFLUG, Günther — Effects of automation on library administration. *IFLA Journal, 1* (4): 267-75, 1975

PATTERSON, Franklin — The library as arbiter. *American Libraries, 1* (3): 254-5, 1970.

PERKINS, Ralph — Realistic library orientation — a necessity. *Library College Journal, 3* (4): 20-7, 1970.

PIPE, Christopher C. — University and its library. *Library Association Record, 70* (7): 180-1, 1968.

PLANNING library services: proceedings of a research seminar held at the University of Lancaster, 9-11 July 1969; edited by A. Graham Mackenzie and Ian M. Stuart. Lancaster, University of Lancaster, 1969. 228p.

PRAKASK, O. — Academic libraries in India: problems and prospects. *Herald Library of Science, 5* (1): 68-71, 1966.

RADCLIFFE, F. W. — Problems of open acess in large academic libraries. *Libri, 18* (2): 95-111, 1968.

RAFFEL, J. & SHISHKO, R. — Centralization vs. decentralization: a location analysis approach for librarians. *Special Libraries, 63* (3): 135-43, 1972.

RALSTON, A. — The library lobby. *College and Research Libraries, 32* (6): 427-31, 1971.

READY, William B. — Bibliocentre: an essay in central processing at college level. *College and Research Libraries, 31* (1): 50-4, 1970.

REDMOND, Donald Aitcheson — University libraries and university research. *College and Research Libraries, 33* (6): 447-53, 1972.

ROBERTS, Norman — University libraries. *Library Association Record, 73* (1): 7-8, 1971; *73* (6): 110-2, 1971; *73* (11): 210-2, 1971; *74* (3): 47-9, 1972; *74* (8): 141-8, 1972; *75* (3): 48-50, 1973; *75* (11): 219-221, 1973.

ROBINSON, Eric E. — Developments in higher education and their implications for libraries. *Library Association Record, 71* (5): 142-3, 1969.

ROBINSON, Joyce L. — Library planning in Jamaica. *The Bowker Annual of Library and Book Trade Information*, 1975. p.355-60.

Digitalizado gentilmente por:

ROCHER, Jean Louis — La bibliothèque universitaire de Lyon-La — Dova après cinq années de fonctionnement. *Bulletin des Bibliothèques de France, 15*(11):545-73, 1970.

ROGERS, Rutherford David & WEBER, D. C. — *University library administration.* New York, N.Y., H. W. Wilson, 1971. 454p.

ROSS, Johanna C. — Scientific management in libraries. *California Librarian, 33*:83-7, Apr. 1972.

ROTHSTEIN, S. — From reaction to interaction: the development of the North American university library. *Canadian Library Journal, 29*(2):111-5, 1972.

RUSSELL, Norman et al. — McMaster's Mills memorial library, 1950-1963. *Canadian Library Journal, 27*(3):196-8, 1970.

RZASA, P. V. & BAKER, N. R. — Measures of effectiveness for a university library. *Journal of American Society for Information Science, 23*(4):248-53, 1972.

SAR, R. N. — College libraries in Delhi. *Herald of Library Science, 10*(1):55-8, 1971.

SARGENT, C. W. & LINDBERG, D. A. B. — Computer-based union catalog project for the University of Missouri. *Special Libraries, 63*(3):121-9, 1972.

SARKAR, Amal — Introduction of work-study in a library. *Indian Librarian, 26*:41-4, Jan. 1971.

SAUNDERS, Wilfred Leonard — *University and research library studies*: some contributions from the University of Sheffield Postgraduate School of Librarianship and Information Science. Oxford, Pergamon Press, 1968. 221p.

SCHILLER, A. R. — Computerized information service. *American Libraries, 3*(1):79-80, 1972.

SCHMIDMAIER, D. — Some effects of the science on the education of the library user in the DDR. *IATUL Proceedings, 5*(1): 35-50, 1970.

SCHMIDT, C. James & SHAFFER, Kay — Cooperative interlibrary loan service for the state assisted university libraries in Ohio. *College and Research Libraries, 32*(3): 197-204, 1971.

SHAFFER, Kenneth Raymond — *Experience of management*: case studies in public and academic library administration. Metuchen, N.J. Scarecrow, 1972. 167p.

SHORES, L. — Library-college U.S.A. *ALA Bulletin, 63*(11): 1547-53, 1969.

SIKORSKY, N. M. — Library planning in the Soviet Union. *The Bowker Annual of Library and Book Trade Information*, 1975. p. 351-4.

SIMPSON, D. J. — Library services for Open University staff and students. *Aslib Proceedings, 22*(2): 63-7, 1970.

SMITH, Jessie Carney — Planning library facilities and services within budgetary constraints. *Southeastern Librarian, 21*: 118-22, Summer 1971.

SPEERS, Graeme — Statistics of Australian university libraries, 1971. *Australian Academic and Research Libraries, 3*(3): 150-3, 1972.

STANFORD, E. B. — British university library buildings. *Library Journal, 96*: 4067-71, 1971.

Digitalizado gentilmente por:

STOIKA, Ion — La Biblioteca Central Universitaria de Bucarest. *Boletin de la Unesco para las Bibliotecas*, *26*(2): 97-9, 1972.

SURVEY of college libraries in the United Kingdom 1970: complete report. *Library and Information Bulletin*(15): 1-26, 1971.

SYSTEMS analysis of a university library: final report on a research project; ed. by M. K. Buckland and others. Lancaster, University of Lancaster, 1970. 110p.

TANABE, Hiroshi — University libraries in Japan: present state and problems. *International Library Review*, *5*: 209-23, Apr. 1973.

TAYLOR, Robet Saxton — *The making of a library:* the academic library in transition. New York, N.Y., Wiley, 1972. 250p.

THOMAS, Bruce — Staffing the college library. *Library Journal*, *98*(7):1090- 3, 1973.

THOMPSON, James — *An introduction to university library administration.* London, Bingley Press, 1970. 136p.

TONEY, Bernard J. — Indian university libraries. *College and Research Libraries*, *28*(6):437-41, 1967.

TYSZKO, Oskar — Die universitätsbibliotheken Frankreichs: eine Übersicht. *Zentralblatt für Bibliothekswesen*, *84*(3):144-56, 1970.

VASHISHTH, C. P. — Hindu College Library (University of Delhi) *Library Herald*, *12*(3):191-206, 1970.

VOSPER, Robert Gordon — National and international library planning (an introductory working document for the 40th General Council meeting of IFLA, Washington, D.C. Nov.18-23, 1974) *INSPEL*, *11*(2):56-62, 1976.

WALDHART, Thomas James & ZWEIFEL, L. G. — Organizational patterns of scientific and technical libraries; an examination of three issues. *College and Research Libraries*, *34*(6):426-35, 1973.

WALSH, R. R. — Branch library planning in university. *Library Trends*, *18*(2):210-22, 1969.

WATKINS, David R. — Standards for university libraries. *Library Trends*, *21*(2):190-203, 1972.

WAY, Harold E. — Management techniques. *RQ*, *11*:215-21, Spring 1972.

WILKINSON, Billy Rayford — A screaming sucess as study halls. *Library Journal*, *96*(9):1567-71, 1971.

WILLARD, Derald Dean — Seven realities of library administration: fear, blame, the productivity obsession, experiency, management by crisis, bureaucracy, management by platitude. *Library Journal*, *101*(2):311-7, 1976.

WILSON, Logan - Library roles in American higher education. *College and Research Libraries*, *31*, (2): 96-102, 1970.

WILSON, Louis Round - *La biblioteca universitaria*: su organización, administración y funciones. Washington, D. C., Unión Panamericana, 1963. 389p.

WINTOUR, B. J. C - The student and the university libraries. *Northern Ireland Libraries*, *9* (1): 11-27, 1971.

Digitalizado gentilmente por:

Bibliotecas Universitárias

Bibliografia Nacional

ASSUNÇÃO, Jandira Batista, TAVARES, Ruth Versiani e SANTOS, Jussara Pereira — Recursos humanos em bibliotecas universitárias. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, *4*(1):52-62, 1975.

CARVALHO, Abigail de Oliveira — Função gerencial — direção de biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, *5*(1):60-71, 1976.

COPSTEIN, C. Maron R. — *Seleção e aquisição em biblioteca universitária.* Porto Alegre, 1970. 25f. Trab. apres. a 2ª Jornada Sul-Rio grandense de Biblioteconomia e Documentação.

CORDEIRO, Paulo Py — A participação da biblioteca universitária no sistema de informação científica e tecnológica e em outros sistemas de informação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, *4*(1):79-89, 1975.

CUNHA, Maria Luisa Monteiro da — *Bibliotecas universitárias:* algumas considerações acerca da situação no Brasil. Belém, 1973. 42p. Trab. apresentado ao 7° Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

CUNHA, Maria Luisa Monteiro da — *Controle Bibliográfico Universal, novo desafio às bibliotecas universitárias.* São Paulo, 1975. 16f. Trab. apresentado ao 8° Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

CUNHA, Maria Luisa Monteiro da — *Seminário sobre o desenvolvimento das bibliotecas universitárias na América-Latina.* Fortaleza, 1963. 9f. Trab. apresentado ao 4° Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

FERREIRA, Gilda Pires — *A biblioteca universitária em perspectiva sistemática.* Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1977. 39p.

FERREIRA, Oscar M. de Castro — *Bibliotecas universitárias:* orientação bibliográfica nas escolas superiores. São Paulo, 1967. 2f. Trab. apres. ao 5° Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

FONSECA, E.N. da — *Roteiro para organização de bibliotecas universitárias.* Brasília, Gráfica Piloto da UNB, 1967. 38p.

FONSECA, Edson Nery da — *Universidades, bibliotecas e museus:* diário de uma viagem aos Estados Unidos. Rio de Janeiro, S. ed., 1964. 133p.

GOMES; Hagar Espanha — A participação da biblioteca universitária no sistema de informação científica e tecnológica e em outros sistemas de informação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 4(1):63-78, 1975.

HAMAR, A. A. — *Bibliotecas universitárias:* análise da situação brasileira e sugestões. São Paulo, 1967. 2f. Trabalho apresentado ao 5° Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

HAMAR, A. A. e FERREIRA, O. M. de C. — *Aquisição planificada e cooperativa em bibliotecas universitárias do Centro do Estado de São Paulo.* São Paulo, 1967. 15f. Trab. apres. ao 5° Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

IPPOLITO, Celina — *Análise comparativa da aquisição e circulação de periódicos em bibliotecas da Universidade de São Paulo na área médica e afim:* uma metodologia bibliométrica. São Paulo, 1973. 163p. Dissertação de Mestrado. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Digitalizado gentilmente por:

KEIDANN, E. M., PELLIN, J. T. de A. e MELO, M. T. da S. — *Bibliotecas universitárias.* Porto Alegre, Depto. da Educação e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Associação Riograndense de Bibliotecários, 1968. 25f. Trab. apres. à 1ª Jornada Sul-Riograndense de Biblioteconomia e Documentação.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de e MACEDO, Vera Amália Amarante — A posição da biblioteca na organização operacional de Universidade. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG,* 4(1):40-51, 1975.

LIMA, Etelvina — *A biblioteca e o ensino superior.* Brasília, 1975. 15f. Trab. apres. ao 8° Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

LIMA, Etelvina — *Estrutura organizacional da biblioteca universitária da Universidade Federal de Minas Gerais:* um estudo de centralização e descentralização. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais/Escola de Biblioteconomia, 1974. 75p.+ anexos. Tese de concurso ao cargo de Professor Titular da Disciplina de Organização e Administração de Bibliotecas no Depto. de Biblioteconomia da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais.

LIMA, Maria Lectícia de Andrade - Usuários de uma biblioteca universitária: estudo realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Ciência da Informação, 3(1):51-6,1974.

MACIEL, L. do Rego - *Considerações sôbre a Biblioteca Universitária,* Recife, 1954. 8f. Trab. apres. ao 1° Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

MERCADANTE, Leila M. Z.-*Sistema de bibliotecas da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho.* Trab. apres. ao 1° Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Niterói, 1978.

MIRANDA, Antonio - *Biblioteca universitária no Brasil:* reflexões sobre a problemática. Brasília, MEC/CAPES, 1978. Trab. apresentado ao 1° Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Niterói, 1978.

MIRANDA, Antonio - Bibliotecas dos cursos de pós-graduação em educação no Brasil: estudo comparado. In: CONGRESSO BRASILEIRO de BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9° Porto Alegre, 1977. Anais. Porto Alegre, 977. v. 2 p.268-333.

ORTIZ ORTIZ, José Rafael - *Análise da coleção de livros da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa.* Viçosa, 1974. 27p.

PFROMM NETO, Samuel - A biblioteca como instrumento da tecnologia educacional. *Revista da Escola da Biblioteconomia da UFMG,* 4 (1): 19-39, 1975.

QUEMEL, Maria Angelica Rodrigues & MEDEIROS, Olímpio Jorge de *Projeto CAD:* Controle Automatizado de Duplicatas. Belém, 1973. 11p. Trab. apres. ao 7° Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

SCHREINER, Heloisa et al. - *Processamento técnico centralizado automatizado na Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:* relatório da primeira fase de implantação. Trab. apres. ao 1° Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Niterói, 1978.

Digitalizado gentilmente por:

The School Library as Public Library, by Carminda Nogueira de Castro Ferreira, p.9

Considerations of the purposes of public library and school library, and the diversification of their "must be". In special conditions, it is accepted the coexistence of both libraries joined in a single one: the community library.

The University Library and its contribution to scientific research development, by Elza Correa Granja, p.17.

The role played by the universities and research institutes on the search of new answers for the challenges of the moment. The contribution of the university for the development of academic teaching and scientific research. The university library as an essential element on the transfer and dissemination of scientific information. Unpreparedness of the Brazilian university libraries to follow the demand coming from research and teaching. Results achieved through a study carried out among fifteen libraries of the University of São Paulo. Conclusions and suggestions are presented.

Library Science centered on library User, by Leila Novaes & Leônidas Hegenberg, p.21.

Analysis of the interaction between the user and the librarian: the 1st. one is interested in problem solving in order to prepare a report; the 2nd. must locate the information in relevant documents. The notion of relevance is examined, noting that it may have various meanings. Library Science teaching taking into account the aspects of training the librarian to do efficient work as mediator between the user and the relevant documents.

Library as communication system model, by J. Teixeira Coelho Netto, p. 29.

The traditional model for a communication system SOURCE⟶RECEIVER is a failure due to its paternalistic traits. It should be replaced to the following model: SOURCE⟵RECEIVER, or this: RECEIVER⟶SOURCE, which is the proper model to a library communication system. Such a model, which does not only apply to library situation, is better equipped to fulfill the real needs of individuals, when compared with other communication systems (like those of mass communication) which rather change people in objects, instead of treating them like subjects. The nature of the traditional model is also presented as one of the reasons of the unsatisfactory result of library services, particularly in countries like Brazil.

Documentation and Linguistics – interrelation and fields of research, by Johanna W. Natali, p.33.

The relation between Linguistics and Documentation becomes evident in text analysis, in the analysis of the contents of documents: documentary analysis. The two disciplines have up to now worked independently because linguistic research has been conducted mainly in the field of Syntax. Even semiologic conquests turned towards the extra-phrasal (the "meaning") have not attempted to develop operational methods. Thus the practice of documentary analysis has been based on implicit operations, restricted to the indexer's individual x culture. The intersection of the disciplines has resulted from the attempts towards the systematization of relations between Natural Language (NL) and Documentary Language (DL). According to Gardin, DL are composed of a lexicon (list of descriptors), a paradigmatic network (classification of descriptors) and

Digitalizado gentilmente por:

asyntagmatic network (relations between descriptors),and can be formalized in terms of a minimum syntagma, Ri (x,y),where Ri is a binary relation, paradigmatic or syntagmatic, and x and y are terms or descriptors of the lexicon. The abundance of DL allows for research regarding the passage from NL to DL and the compatibility between different DL. The former starts from the postulate according to which it is possible to render explicit all the rules supporting the translation between the two languages.Research on compatibility between the different DL is being derived from the basic format of Gardin's minimum syntagma, which makes possible the analysis of equivalence between different lexicons; these lines of research have taken different, though parallel, directions: 1) Conversion of one or several lexicons into a fixed lexicon; 2) Construction of a macrothesaurus, *from which different specialized* microthesauri *can be derived; 3) Criation of a concordance language, of an intermediate dictionary to make possible concordance between different systems.*
Documentation,considered by many as the most industrialized variant of text analysis,will serve as a feed-back for linguistic research by which in turn it will be nourished, in a reciprocal collaboration between the two disciplines.

Scientific dissemination through Brazilian serials, by Anneliese Carneiro da Cunha, Virgínia Lobo Ferreira, Marily Antonelly Graeber, Laís Fernandes de Carvalho, p. 43.

The purpose of this paper is to offer to the Brazilian's researchers systematic information about our scientific serials. It analyses the dissemination, in quantitative terms, in the following indexes: Biological Abstracts, Chemical Abstracts, Index Medicus and Current Contents as well as atualization, knowledge areas and geographic distribution.

Library use and research paper orientation: a teaching experience, by Luís Augusto Milanesi, p.47.

The ECA/USP course (Orientação Bibliográfica) seeks to channel the common practice of information research in the library into a wider range of activities from the subject choice, information gathering and organization to the conclusions and evaluation of written work. Bibliography is the subject which acquires its exact dimensions for the student only when in the context of an actual research work. This research, in turn, has real meaning for the student when he understands the role of the university.

Abstracts: technical procedures, by Neusa Dias de Macedo & Maria de Fátima G. Moreira, p.65.

Difficulties in writing abstracts lead some professors from the Library Science Department at the University of São Paulo to carry out an experimental study in order to establish the guidelines and technical procedures for student training. It presents general principles according to the FID/ICSU/FIAB/ISSO Committee, ABNT, MLA guidelines and current tradition. Proposed methodology is based on the idea that an abstract is a summary of the scientific text respecting significant structure: the problem, the hypothesis, the manner of treatment, the arguments, and the solution of the problem. Example and illustration about the information recording are given in a proper form..

Digitalizado gentilmente por:

1 —INFORMAÇÕES — INSTRUÇÕES

1.1 — *Finolidode do Revisto Brosileiro de Biblioteconomio e Documentoção.* A RBBD é órgão oficial da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e tem a finalidda-de precípua de publicar trabalhos sobre biblioteconomia, documentação e área afim, e registrar a legislação nacional corrente da área em vista à atualização profissional.

1.2 — *Tipos de Coloboroção*

1.2.1 — A 1ª Secção da RBBD é constituída de ARTIGOS ORIGINAIS, ENSAIOS, COMUNICAÇÕES TÉCNICAS, REVISÕES E TRADUÇÕES;

1.2.2 — Outras Secções:

1.2.2.1 — LEGISLAÇÃO: referenciação (leis, decretos, portarias, etc.), seguida de emenda e resumo. Sempre que necessário, a espécie legislativa será publicada na íntegra e comentários serão feitos. O arranjo será por descritores;

1.2.2.2 — REPORTAGENS E ENTREVISTAS: pessoas e fatos em evidência de interesse ao fascículo em foco;

1.2.2.3 — NOTICIÁRIO: notícias diversas sobre as associações estaduais e regionais, conselhos, grupos de trabalhos, organismos nacionais e internacionais, congressos, cursos, etc;

RESENHAS: livros, artigos relevantes, teses, publicados nos últimos 5 anos; conforme normas próprias da RBBD;

1.2.2.5 — LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS: assuntos de interesse da área, conforme PNB - 66/1970.

Escolho do motério dos foscículos

Sempre que possível a matéria dos ítens 1.2.1, 1.2.2.3, 1.2.2.4 e 1.2.2.5, será encomendada pelo Editor e haverá uma corência na escolha dos temas. Cerca de 30% da matéria (1.2.1 e 1.2.2.3) estará sob a responsabilidade de um Estado ou região, através do respectivo Correspondente.

2 — REGULAMENTO

2.1 — ARTIGOS ORIGINAIS, ENSAIOS, COMUNICAÇÕES TÉCNICAS, REVISÕES, TRADUÇÕES

Devem ser entregues em duas vias (um original e uma cópia) endereçados ao Editor Neusa Dias de Maceda, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Rua Avanhandava, 40, conj. 110, S.Paula, CEP 01306.

2.1.2 — A matéria deve ser inédita e destinar-se exlusivamente à RBBD, não sendo permitida a publicação simultânea em outro periódico:

2.1.3 — Os conceitos emitidos são de inteira respansabilidade dos autores;

2.1.4 —Os trabalhos recebidos são submetidos à apreciação de, pelo menos, dois Relatores do Conselho Editorial, dentro da especialidade destes. Caberá ao Conselho decidir sobre sua publicoção.

2.1.5 — Os trabalhos não aceitos ficarão à disposição dos autores, pelo prazo de um ano.

2.1.6 — Os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedade da RBBD, vedada tanto a reprodução, mesmo que parcial, como a tradução para outro idioma, sem a devida autorização do Editor ouvido antes o Conselho Editorial.

2.1.7 — O parecer do Conselho Editorial, sob anonimato, será comunicado aos autores. Ao Conselho é reservado o direito de devolver os originais quando se fizer necessária alguma correção ou modificações de ordem temática e/ou formal.

2.1.7.1 — A RBBD se reserva o direito de proceder a modificações de ordem puramente formal, ortográfica e gramatical realizada por Revisores especializados, no texto dos artigos que porventura exigirem tais correções, antes de serem encaminhados à publicação. De tais modificações ("copidescagem") será dada ciência ao autor.

2.1.8 — Os autores recebem somente a primeira prova para correção.

2.1.9 — As colaborações a cada fascículo obedecerão: 1) à programação encomendada pelo Editor-Responsável; 2) à data de entrega da matéria adicional;

2.1.10 — A cada trabalho serão reservadas 30 separatas, entregues ao autor ou primeiro autor.

2.2 — *TRADUÇÕES*

Devem ser submetidas à apreciação do responsável pelas Traduções, ouvido, se for o caso, o Conselho Editorial. Cópia de autorização do autor original deve ser encaminhado ao Editor, junto com a tradução.

2.3 — *REPORTAGENS, NOTICIÁRIO, RESENHAS E LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS:*

O planejamento editorial destas Seções, para cada fascículo, é feito em conjunto com o Editor, mas a coleta e organização da matéria é de responsabilidade do respectivo encarregado de cada Secção.

3 — NORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos devem:

3.1 — limitar-se a 20 páginas datilografadas para os artigos originais; 5 páginas para comunicações técnicas e 60 para ensaios e/ou revisões e traduções;

Digitalizado gentilmente por:

3.2 — ser datilogrofadas, em espoça dupla, numa só face de folhas tamanha afício, mantenda margens loterais de apraximadamente 3 cm. Todas as páginas devem ser numeradas consecutivomente em algarismas arábicas, na canta superiar direita;

3.3 — ser escritas língua portuguesa;

3.4 — canter somente namenclaturas, abreviaturas e siglos aficiais au cansagradas pelo usa. Inovoções poderão ser empregadas, desde que devidamente explicitadas;

3.5 — canter dais resumas, datilografadas em folhas separadas, um em português e autra em inglês. Na máxima canstituída de 300 palavras, devem expressar as pontas relevontes oo artiga, e serem acompanhadas de Descritares que traduzam as facetas temáticas da canteúda. Obedecer as recomendações da NB-88/ABNT. À Comissão de Redaçãa, sempre que for necessária, é reservada a direita de fazer modificações para fins de indexaçãa.

3.6 — apresentar à porte uma página de rasto, na qual contenha:
a) símbala de classificaçãa bibliagráfica (CDU);
b) título da artigo (e subtítula, se necessário) seguido de um asterisca;
c) outar ou autares, seguidas de dais asteríscas;
d) data, de apresentaçãa da artiga à Redaçãa.
Na rodapé do página devem ser apresentadas infarmações sabre a trabalha e credenciais da autar (es).

Exempla

ANTES QUE AS MÁQUINAS CHEGUEM*
D. J. Simpson**

* Do artigo "Before the machines come", publicado em Aslib Proceedings 20 (1):21-33, 1968. Traduzida pelo Prof. Eduardo José Wense Dias, da Escola de Biblioteconomia da UFMG;

** Bibliotecária e Diretor da Media Resources of The Open University Library, Inglaterra.

3.7 — apresentar os tabelas, quanda far a caso, seguinda as "Narmas de Apresentaçãa Tabular" estabelecidas pela Canselha Naciana de Estatística *V. Revista Brasileira de Estatística*, 24:42-60, jan-/jun. 1963). Devem ser numeradas consecutivamente, em algarismos arábicas, e encabeçadas par um título;

3.8 — apresentar as ilustrações numeradas consecutivamente, em algarismas arábicas, e suficientemente claras para permitir sua eventual redução.
Os desenhos devem ser feitas a tinta nanquim preta e as letras traçadas cam narmágrafa au letros decalcáveis (tipa letroset).

3.9 — devem ser feitas as citoções de texta, par uma chamada numérica, que corresponderá às respectivas referências bibliagráficas. Estas devem ser apresentadas na fim da texto, em ordem olfabética-numérica. As chamadas na texta, sãa numerados em função desta numeraçãa prévio, nãa seguinda, partonta, ardem cansetiva.
Camunicoções pessoais, entrevistas, trabalhas inéditos au andamenta, paderão ser citados quondo necessária, mos apenos serãa citodos na texta au em nata de rodapé. Se um manuscrita estiver em vio de publicaçãa, paderá ser incluída na lista de referências bibliagráficas, cam indicaçãa da título do periódico, ona e outras dadas disponíveis.

3.10 — As legendas das ilustrações e tabelas devem vir tadas datilagrafadas em falha à parte, cam indicações entre parênteses que permitam relacioná-las às tabelas au ilustrações (fatas ou desenhas) respectivas

3.11 — seguir as normas de referenciaçãa bibliagráfica, pela ABNT:P-NB-66/1970. Os títulas das periádicas devem ser apresentadas par completa e seguidas da lacal de publicação.
à Camissão de Redaçãa é reservada a direita de unifarmizar a aparata bibliagráfica das artigas, quanda se fizer necessária.

Exemplas:

1 — *Livros:*

GARCIA, Othon M. *Camunicaçãa em prasa maderna*. 2.ed. Ria de Janeira, Fundaçãa Getúlia Vargas, 1969. 502p. (Bibliateca de Administração Pública, 14).

2 — *Traduções:*

FOSKETT, Dauglas Jahn. *Serviça de infarmaçãa em bibliatecas* Infarmatian services in liberais Trad. Antania Agenar Briquet de Lemas. São Paulo, Palígana, 1969. 160p.

3 — *Parte de obra:*

AZEVEDO, Fernanda de. A escala e a literatura. In: COUTINHO, Afrânia. *A literatura na Brasil*. Ria de janeira, Ed. Su Americana, 1955. v.1, t.1, p.129-53

4 — *Artigos de periódico:*

CAMARGO, Nelly de. Camunicaçãa: uma nava perspectiva na campa das ciências da campartamenta. *Revista da Escala de Camunicações Culturais USP*. Sãa Paula, 1(1):152-8, 1968.

3.12 — seguir, sempre que far passível, as narmas da ABNT: NB-69, para a numeraçãa pragressiva da artigo;

3.13 — usar natas de radapé, através de asteríscas, samente quanda indispensáveis;

3.14 — apresentar as agradecimentas a pessaas au instituições, quanda necesária, na fim da artiga, laga após a resuma em inglês.

Digitalizado gentilmente por:

IMPRESSO NAS OFICINAS DAS EDIÇÕES LOYOLA
RUA 1822 N.º 347 — TELEFONE: 63-9695 — SÃO PAULO

Digitalizado gentilmente por:

Pede-se acusar o recebimento a fim de não ser interrompida a remessa.

Please acknowledge the receipt, so that the remittance may not be interrupted.

Recebemos a Rev. Bras. Bibliotec. Doc. V. II, n.º 1/2, jan/jun 1978

Nome/*Name:*

Endereço/*Address:*

Data/*Date:*

(a)

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação é indexada por: Information Science Abstracts (ISA), Library and Information Science Abstracts (LISA) e Library Literature (LL).

REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
(Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários)
São Paulo, **1**, 1973—**10**, 1977; N. Ser. **11**, 1978 —
Cont./ de BOLETIM da FEDERAÇÃO BRASILEIRA de ASSOCIAÇÕES de BIBLIOTECÁRIOS, **1**, 1960/**26** (5/6), 1972.

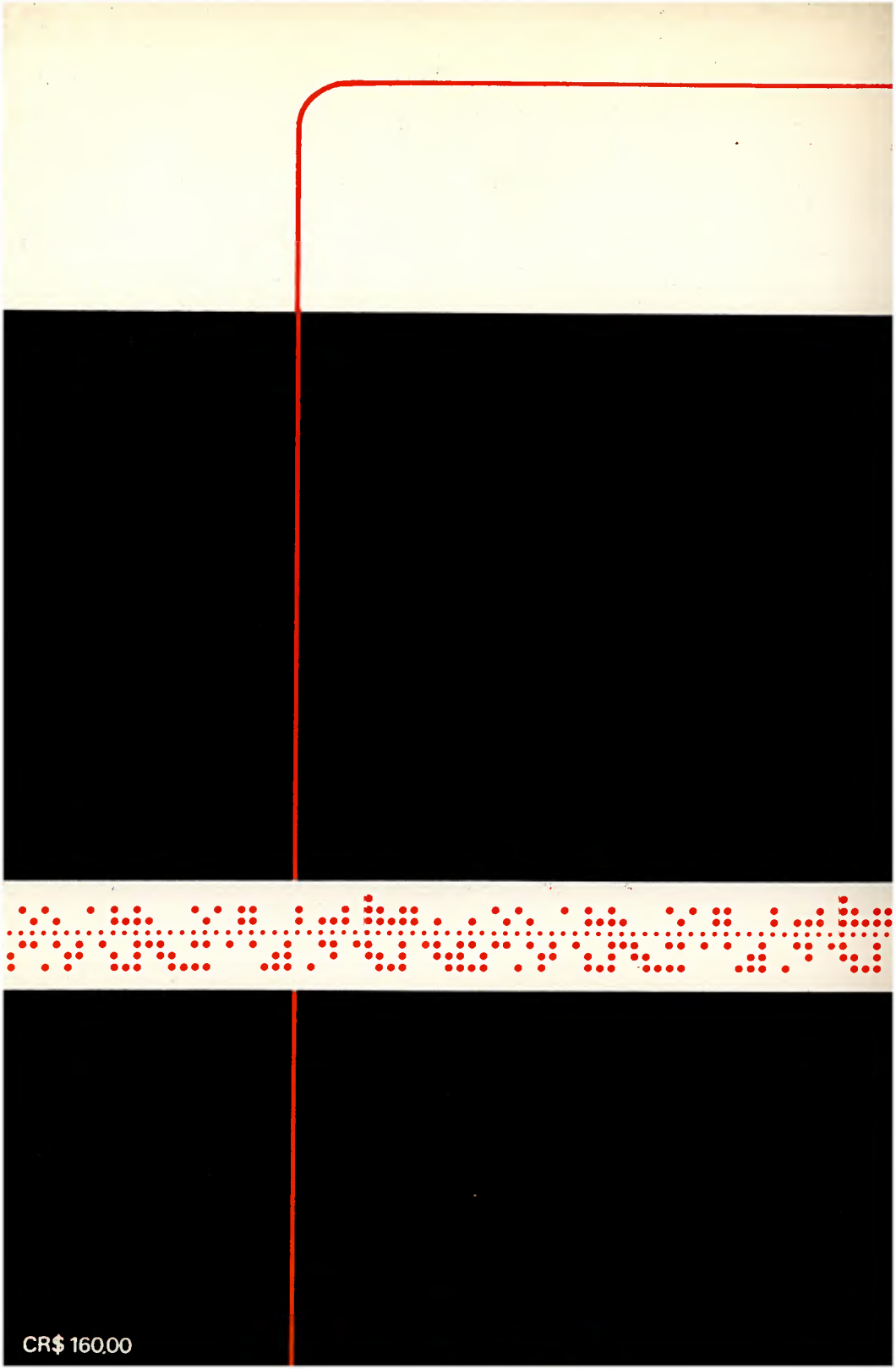
1973/77, **1—10**
1978, **11** (1/2)

CDU: 02:061.25(81)(05)

Luiz de Luca & Hamilton Ribeiro
Assessoria editorial e gráfica

Composição
S.A O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng° Caetano Alvares, 55 - São Paulo

Digitalizado gentilmente por:



Digitalizado gentilmente por:
Scan System Gerenciamento de Informação
FEBAB